



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO DO CAMPO, CÂMPUS DE ARRAIAS.**

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	5
1 - CONTEXTO INSTITUCIONAL	6
1.1 - Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)	8
1.2 - A UFT no contexto regional e local	9
1.3 - Missão, Visão e Valores Institucionais	10
1.3.1 - Missão	10
1.3.2 - Visão	10
1.3.3 - Valores	10
1.4 - Estrutura Institucional	10
2 - CONTEXTO GERAL DO CURSO	12
3 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	14
3.1 - Políticas institucionais no âmbito do curso	14
3.2 - Objetivos do curso	16
3.3 - Perfil Profissional do Egresso	17
3.4 - Estrutura Curricular	19
3.5 - Ementário	28
3.6 - Conteúdos curriculares	78
3.6.1 - Matriz formativa	81
3.6.2 - Flexibilização curricular	83
3.6.3 - Objetos de conhecimento	85
3.6.4 - Programas de formação	87
3.6.5 - Ações Curriculares de Extensão (ACE)	89
3.7 - Equivalências e Aproveitamentos Curriculares	92
3.8 - Migração curricular	96
3.9 - Metodologia	97
3.9.1 - Inovação Pedagógica	98
3.9.2 - Gestão de Metodologias e Tecnologias Educacionais	98
3.9.3 - Ambiente, Materiais e Ferramentas Assistivas	99
3.9.4 - Tecnologias Sociais	101
3.9.5 - Formação e Capacitação Permanente	101
3.9.6 - Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem	104
3.9.7 - Atividades de Ensino-Aprendizagem	106
3.10 - Estágio Curricular Supervisionado	108
3.11 - Atividades complementares	110
3.12 - Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)	111
3.13 - Internacionalização	111
3.14 - Políticas de apoio aos discentes	112
3.15 - Políticas de extensão	113

3.16 - Políticas de pesquisa	113
3.17 - Políticas de inclusão e acessibilidade	114
3.18 - Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	115
3.19 - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no processo ensino-aprendizagem	116
3.20 - Acompanhamento e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	116
3.21 - Atividades Práticas de Ensino	117
3.22 - Integração com as Redes Públicas de Ensino	118
4 - CORPO DOCENTE E/OU TUTORIAL	119
4.1 - Núcleo Docente Estruturante (NDE)	119
4.2 - Corpo Docente e/ou Tutores	121
4.3 - Titulação, formação e experiência do corpo docente e/ou tutores do curso	122
5 - INFRAESTRUTURA	123
5.1 - Infraestrutura do câmpus	123
5.1.1 - Sala de Direção do câmpus	124
5.1.2 - Espaço de trabalho para Coordenador de Curso e para Docentes	124
5.1.3 - Salas de aula	124
5.1.4 - Instalações Administrativas	124
5.1.5 - Estacionamento	124
5.1.6 - Acessibilidade	124
5.1.7 - Equipamentos de informática, tecnológicos e audiovisuais	124
5.1.8 - Biblioteca	125
5.1.8.1 - Bibliografia Básica e Complementar por Unidade Curricular (UC)	126
5.1.8.2 - Relatório de adequação da Bibliografia Básica e Complementar	126
5.1.9 - Anfiteatros / Auditórios	126
5.1.10 - Laboratórios Didáticos de Ensino e de Habilidades, instalações e equipamentos	127
5.1.11 - Núcleo de Práticas Jurídicas	127
5.1.12 - Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	127
5.1.13 - Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA)	127
5.1.14 - Área de lazer e circulação	128
5.2 - Infraestrutura do curso	128
5.2.1 - Ambientes profissionais vinculados ao curso	128
5.2.2 - Laboratórios específicos para o curso	128
5.2.3 - Coordenação de curso	128
5.2.4 - Bloco de salas de professores	128
5.2.4.1 - Bloco de salas de professores	128
5.2.5 - Outra infraestrutura do curso	128
6 - REFERÊNCIAS	128

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Carga horária componentes curriculares do Grupo I	20
Figura 2 - Carga horária componentes curriculares do Grupo II	20
Figura 3 - Carga horária componentes curriculares do Grupo III	21

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Informações do Curso	
Mantenedora	Ministério da Educação (MEC).
IES	Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT).
Credenciamento Inicial IES	Lei n.º 10.032, de 23 de outubro de 2000, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de outubro de 2000. Criação da UFT. Portaria n.º 658, de 17 de março de 2004, homologou o Estatuto da instituição.
CNPJ	05.149.726/0001-04
Administração Superior	Luís Eduardo Bovolato - Reitor, Marcelo Leineker Costa - Vice-Reitor; Eduardo José Cezari - Pró-Reitor de Graduação (Prograd); Raphael Sânzio Pimenta - Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesq); Maria Santana Ferreira dos Santos - Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex); Carlos Alberto Moreira de Araújo Junior - Pró-Reitor de Administração e Finanças (Proad); Eduardo Andrea Lemus Erasmo - Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento (Proap); Kherlley Caxias Batista Barbosa - Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (Proest); Michelle Matilde Semiguem Lima Trombini Duarte - Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (Progedep); Ary Henrique Morais de Oliveira - Pró-Reitor de Tecnologia da Informação e Comunicação Estrutura Institucional (Protic).
Câmpus	Arraias
Direção do Câmpus	Antonivaldo de Jesus - Diretor Janeisi de Lima Meira - Vice-diretor
Nome do Curso	Licenciatura em Educação do Campo - Linguagens e Códigos (Artes e Música)
Diplomação	Licenciatura em Educação do Campo - Linguagens e Códigos (Artes e Música)
Endereço de Funcionamento do Curso	Av. Universitária, s/n.º Centro
E-mail do curso	educampo.arraias@uft.edu.br
Telefone de contato do curso	(63) 3653-3447 (63) 3653-3425
Coordenador do Curso	Aparecida de Jesus Soares Pereira

Código e-MEC	1300181
Autorização	Resolução n.º 10, de 25/09/2013
Reconhecimento	Portaria n.º 575, de 18/12/2019, publicada em 23/12/2019
Renovação do Reconhecimento	
Formas de Ingresso	Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) - Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e Processo Seletivo Complementar (PSC); Processo Seletivo por Análise Curricular (PSAC) e Extravestibular.
Área CNPq	Ciências Humanas
Modalidade	Educação Presencial
Tempo previsto para integralização (mínimo)	8 semestres
Tempo previsto para integralização (máximo)	12 semestres
Carga Horária	3210 horas
Turnos de Funcionamento	Integral
N.º de Vagas Anuais	40
Conceito ENADE	
Conceito Preliminar do Curso	

1 - CONTEXTO INSTITUCIONAL

A UFT tem buscado, desde sua criação, se destacar no cenário nacional considerando a diversidade e a biodiversidade representativas da Amazônia Legal. Inovadora desde sua origem, busca, nesta fase de amadurecimento, projetar-se para o mundo e definir sua identidade formativa, reordenando suas práticas para o momento em que vivemos, de ampla transformação, desenvolvimento e ressignificação dos referenciais de produção de conhecimento, de modernidade, de sociedade, de conectividade e de aprendizagem. A excelência acadêmica desenvolvida por meio de uma educação inovadora passa pelo desafio de utilizar diferentes metodologias de ensino, bem como tipos de ensinar e aprender situadas em abordagens pedagógicas orientadas para uma formação ético-política, com formas mais flexíveis, abertas e contextualizadas aos aspectos culturais, geracionais e de acessibilidade.

Desse modo, a UFT é instituída com a missão de produzir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal e de se tornar um diferencial na educação e no desenvolvimento de pesquisas e projetos inseridos no contexto socioeconômico e cultural do estado do Tocantins, articulados à formação integral do ser humano, via realização de uma gestão democrática, moderna e transparente e de uma educação inovadora, inclusiva e de qualidade.

Desde o início, a UFT tem se preocupado com a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão; com a promoção de uma política de extensão pautada pela ação comunitária e pela assistência ao estudante; e com a integração ao sistema nacional e internacional de ensino, pesquisa e extensão, de modo a viabilizar o fortalecimento institucional, bem como o próprio processo de democratização da sociedade.

A educação na UFT é desenvolvida por meio de cursos de graduação (licenciatura,

bacharelado e tecnólogo) e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, que buscam formar profissionais com sólida formação teórica e compromisso social. Sendo assim, temos os seguintes objetivos para as práticas acadêmicas institucionais:

1. Estimular a produção de conhecimento, a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
2. Formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
3. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
4. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
5. Promover o acompanhamento do desenvolvimento acadêmico da instituição;
6. Proporcionar os elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão, considerando como meta o aprendizado;
7. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
8. Promover a extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição;
9. Modernizar as práticas pedagógicas a partir de metodologias ativas, ensino híbrido, educação 4.0 e adoção de tecnologias educacionais digitais;
10. Ampliar a interface entre educação, comunicação e tecnologias digitais para a construção e divulgação do conhecimento;
11. Integração do ensino, extensão e pesquisa concentrando as atividades cada vez mais na solução de problemas atuais e reais.

Frente ao exposto, cumpre destacar o avanço da UFT nos processos de planejamento, avaliação e gestão, bem como das políticas acadêmico-administrativas, que em grande medida constituem o resultado da vigência do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

A UFT, assim como outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), ingressou com a aprovação da Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016, que alterou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal e estabeleceu outras providências em uma fase, marcada pela redução de recursos e por uma maior ênfase gerencial. Nesse sentido, um dos principais desafios à gestão superior volta-se para a adoção de um conjunto de ações com foco na manutenção da estrutura existente, no aprimoramento dos fluxos administrativos internos, na melhoria do atendimento ao público e no fortalecimento das políticas de ensino, pesquisa e extensão, notadamente aquelas direcionadas aos cursos de

graduação. Aspecto que faz com que as avaliações externas e internas desempenhem um papel ainda mais relevante, no sentido de evidenciar os entraves e aprimorar as políticas e ações de planejamento e gestão institucionais, com base na apropriação do conhecimento, no debate crítico e na construção coletiva.

1.1 - Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei n.º 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente.

Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins (Unitins), mantida pelo Estado do Tocantins. Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo então Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de n.º 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, em abril de 2002, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado, em julho de 2002, o Decreto de n.º 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias à implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor doutor Lauro Morhy, na época reitor da UnB, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT.

Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação n.º 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da UnB, objetivando viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e administrativas, além dos procedimentos estratégicos que estabeleciam funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse dos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de câmpus da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicada uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristovam Buarque. Na ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o professor Dr. Sergio Paulo Moreyra, professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e assessor do MEC. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria n.º 2, de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG, para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral e o processo de transferência dos cursos da Unitins, que foram submetidos ao MEC e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Foram criadas as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Essa comissão ainda preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor

Alan Barbiero.

No ano de 2004, por meio da Portaria n.º 658, de 17 de março de 2004, o Ministro da Educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo CNE, o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores: Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe). Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-reitor da UFT, conforme as diretrizes estabelecidas pela Lei n.º 9.192, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior, por meio da análise da lista tríplice.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Unitins. Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos de graduação e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já eram ofertados pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos câmpus já existentes e dos prédios que estavam em construção. Em 20 anos de história e transformações, a UFT contou com expressivas expansões tanto física, passando de 41.096,60m² em 2003, para 137.457,21m² em 2020, quanto em número de alunos, aumentando de 7.981 para 17.634 em 2020.

Durante os anos de 2019 e 2020 houve o desmembramento da UFT e a consequente criação de uma nova universidade do Estado, a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) que abrangeu os dois câmpus mais ao norte, Araguaína e Tocantinópolis, juntamente com toda a estrutura física, acadêmica e de pessoal dessas unidades.

A UFT continua sendo a maior instituição pública de ensino superior do Estado, em termos de dimensão e de desempenho acadêmico e oferece atualmente 46 cursos de graduação, sendo 40 presenciais e 6 na modalidades EAD, 29 programas de mestrados, sendo 14 profissionais e 14 acadêmicos; e 6 doutorados sendo 1 profissional e 5 acadêmicos, além de vários cursos de especialização lato sensu presenciais, sendo pertencentes à comunidade acadêmica aproximadamente 1.154 docentes, 16.533 alunos e 866 técnicos administrativos.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai, aos poucos, se consolidando numa instituição social voltada para a produção e a difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

1.2 - A UFT no contexto regional e local

A UFT está distribuída em cinco cidades do Estado do Tocantins, com sua sede (reitoria e câmpus) localizada na região central, em Palmas; além dos câmpus de Miracema, Porto Nacional, também localizados na região central, e os câmpus de Gurupi e Arraias, na região sul do Estado. O Tocantins é o mais novo estado da federação brasileira, criado com a promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, e ocupa área de 277.423,630 km². Está situado no sudoeste da região norte do país e tem como limites o Maranhão a nordeste, o Piauí a leste, a Bahia a Sudeste, Goiás a sul, Mato Grosso a sudoeste e o Pará a noroeste. Embora pertença formalmente à região norte, o Estado do Tocantins encontra-se na zona de transição geográfica entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, o que lhe atribui uma riqueza de biodiversidade única.

A população do Tocantins é de aproximadamente 1.607.363 habitantes (população estimada pelo IBGE para o ano de 2021), distribuídos em 139 municípios, com densidade demográfica de 4,98 habitantes por km² (2010), possuindo ainda uma imensa área não entropizada. Existe uma população estimada de 11.692 indígenas distribuídos entre sete grupos, que ocupam área de 2.374.630 ha. O Tocantins ocupa a 14^a posição no ranking brasileiro em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), e terceiro em relação à região norte, com um valor de 0,699 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010).

As principais atividades econômicas do Estado do Tocantins baseiam-se na produção agrícola, com destaque para a produção de arroz (100.114 ha), milho (204.621 ha), soja (728.150 ha), mandioca (8.668 ha) e cana-de-açúcar (33.459 ha) (IBGE, 2017). A pecuária também é significativa, com 8.480.724 bovinos, 266.454 mil suínos, 214.374 mil equinos e 111.981 mil ovinos (IBGE, 2019). Outras atividades significativas são as indústrias de processamento de alimentos, móveis e madeiras e, ainda, a construção civil. O Estado possui ainda jazidas de estanho, calcário, dolomita, gipsita e ouro.

1.3 - Missão, Visão e Valores Institucionais

1.3.1 - Missão

Formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal por meio da educação inovadora, inclusiva e de qualidade.

1.3.2 - Visão

Consolidar-se, até 2025, como uma Universidade pública inclusiva, inovadora e de qualidade, no contexto da Amazônia Legal.

1.3.3 - Valores

- * Respeito à vida e à diversidade.
- * Transparência.
- * Comprometimento com a qualidade e com as comunidades.
- * Inovação.
- * Desenvolvimento sustentável.
- * Equidade e justiça social.
- * Formação ético-política.

1.4 - Estrutura Institucional

Segundo o Estatuto da UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

1. Conselho Universitário - CONSUNI: órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integra esse conselho o Reitor, Pró-Reitores, Diretores de campi e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI n.º 3/2004.

2. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE: órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-Reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSEPE n.º 1/2004.

3. Reitoria: órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do Reitor, Pró-Reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.

4. Pró-Reitorias: No Estatuto da UFT estão definidas as atribuições do Pró-Reitor de Graduação (Art. 20); Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (Art. 21); Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários (Art. 22); Pró-Reitor de Administração e Finanças (Art. 23). As Pró-Reitorias estruturar-se-ão em Diretorias, Divisões Técnicas e em outros órgãos necessários para o cumprimento de suas atribuições (Art. 24).

5. Conselho do Diretor: é o órgão dos campi com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (Art. 26). De acordo com o Art. 25 do Estatuto da UFT, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do Câmpus, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por um representante do corpo docente; por um representante do corpo discente de cada curso; por um representante dos servidores técnico-administrativos.

6. Diretor de Câmpus: docente eleito pela comunidade universitária do câmpus para exercer as funções previstas no Art. 30 do Estatuto da UFT. É eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada câmpus.

7. Colegiados de Cursos: órgão composto por docentes, técnicos e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no Art. 37 do estatuto da UFT.

8. Coordenação de Curso: é o órgão destinado a elaborar e programar a política de ensino e acompanhar sua execução (Art. 36). Suas atribuições estão previstas no Art. 38 do estatuto da UFT.

Considerando a estrutura multicampi, foram criadas cinco unidades universitárias denominadas de campi universitários ou câmpus. Os Campi e os respectivos cursos são os seguintes:

Câmpus Universitários	
Câmpus Universitário de Arraias	Oferece os cursos de graduação em Matemática (licenciatura), Pedagogia (licenciatura), Turismo Patrimonial e Socioambiental (tecnologia), Educação do Campo - Habilitação em Artes e Música (Licenciatura) e Direito (bacharelado).

Câmpus Universitário de Gurupi	Oferece os cursos de graduação em Agronomia (bacharelado), Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia (bacharelado), Engenharia Florestal (bacharelado) e Química Ambiental (bacharelado).
Câmpus Universitário de Miracema	Oferece os cursos de graduação em Pedagogia (licenciatura), Educação Física (licenciatura), Serviço Social (bacharelado) e Psicologia (bacharelado).
Câmpus Universitário de Palmas	Oferece os cursos de graduação em Administração (bacharelado), Teatro (licenciatura), Arquitetura e Urbanismo (bacharelado), Ciência da Computação (bacharelado), Ciências Contábeis (bacharelado), Ciências Econômicas (bacharelado), Jornalismo (bacharelado), Direito (bacharelado), Enfermagem (bacharelado), Engenharia Ambiental (bacharelado), Engenharia Civil (bacharelado), Engenharia de Alimentos (bacharelado), Engenharia Elétrica (bacharelado), Filosofia (licenciatura), Medicina (bacharelado), Nutrição (bacharelado), Pedagogia (Licenciatura), Música - EAD (Licenciatura), Física - EAD (Licenciatura), Administração Pública - EAD (bacharelado), Matemática - EAD (licenciatura), Química - EAD (licenciatura), Biologia - EAD (licenciatura) e Computação - EAD (licenciatura).
Câmpus Universitário de Porto Nacional	Oferece os cursos de graduação em História (licenciatura), Geografia (licenciatura), Geografia (bacharelado), Ciências Biológicas (licenciatura), Ciências Biológicas (bacharelado), Letras - Língua Inglesa e Literaturas (licenciatura), Letras - Língua Portuguesa e Literaturas (licenciatura), Letras - Libras (licenciatura), Ciências Sociais (bacharelado) e Relações Internacionais (bacharelado).

2 - CONTEXTO GERAL DO CURSO

Em consonância com o Edital 02, de 05 de Setembro de 2012, que se caracterizou pela Chamada Pública para Seleção de Projetos de Instituições Públicas de Ensino Superior para o Programa de Apoio à Implantação das Licenciaturas em Educação do Campo – PROCAMPO, a Universidade Federal do Tocantins, mais especificamente o Câmpus de Arraias, apresentou o Projeto Político Pedagógico para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, que se destinava à formação inicial de 120 (cento e vinte) discentes oriundos da área rural, por ano,

para atuarem nas escolas do campo situadas em contextos socioculturais diversificados.

Desse modo, o Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Artes Visuais e Música foi criado em atendimento às demandas das políticas públicas para a Educação do Campo e às proposições dos Movimentos Sociais e Sindicais, do Fórum Estadual de Educação do Campo, das secretarias estaduais e municipais de educação. Com base na Pedagogia da Alternância, o curso volta-se para a formação de professores que atuarão nos ciclos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

A viabilização de formação superior específica tem como foco promover a expansão da oferta da Educação Básica nas comunidades rurais; o atendimento à demanda apresentada no campo, local em que há carência de professores qualificados para o ensino de diversas áreas, incluindo-se Artes Visuais e Música; além do auxílio à superação das desvantagens educacionais, observando os princípios de igualdade e gratuidade no que diz respeito às condições de acesso.

O curso tem caráter regular e apoia-se em duas dimensões de alternância formativa integradas: o Tempo-Espaço Universidade e o Tempo-Espaço Comunidade. As atividades que configuram a dimensão “tempo-comunidade” são realizadas no espaço sócio-profissional do estudante para que ele possa refletir sobre os problemas, discutir com a comunidade e colegas, assim como levantar hipóteses acerca das soluções possíveis. Esta dimensão se concretizará em sala de aula, a cada retorno para as atividades de “tempo universidade”, mediante discussões e socializações.

Em outras palavras, a organização curricular do presente curso prevê etapas presenciais (equivalentes a semestres de cursos regulares) em regime de alternância entre Tempo-Espaço Universidade e Tempo-Espaço Comunidade, tendo em vista a articulação intrínseca entre a educação e a realidade específica das populações do campo, bem como a necessidade de facilitar o acesso e a permanência no curso dos professores em exercício, na intenção de se evitar que o ingresso de jovens e adultos na educação superior reforce a alternativa de que estes sujeitos deixem de viver no campo.

Vale ressaltar alguns aspectos sociais, históricos, políticos, econômicos e culturais que evidenciam a relevância e a trajetória do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (Câmpus Professor Doutor Sérgio Jacintho Leonor/Arraias) em seu território de atuação:

a) Foi realizado o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu – Especialização em Educação do Campo – Práticas Pedagógicas no período de novembro de 2014 a maio de 2016, culminando no Seminário de Encerramento do Programa de Pós-Graduação do Campo, juntamente com o lançamento do livro "Educação do Campo e Pesquisa: políticas, práticas e saberes em questão".

b) Nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019, professores e alunos do curso participaram, apresentaram trabalhos científicos e tiveram seus trabalhos publicados em anais de eventos científicos nacionais e internacionais, assim como a publicação de 4 (quatro) livros no âmbito da graduação e pós-graduação, e-books e periódicos em níveis nacional e internacional.

c) Além de dois Encontros Integradores no âmbito regional, em sua trajetória, o curso promoveu três Encontros de Educação do Campo. Realizou dois Encontros de Educação Musical e Artes Visuais na Educação do Campo, sendo que no III Encontro foram lançados mais 3 (três) livros organizados por professores do curso.

d) Houve também a promoção do Curso de Especialização Lato Sensu em Educação do Campo – Práticas Pedagógicas (EDITAL N ° 001/2022 – UFT), ofertado gratuitamente pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ). Foram destinadas 100 vagas, sendo 5% delas aos servidores da UFT. Vale ressaltar

que as vagas serão destinadas aos profissionais do ensino, em suas diferentes modalidades ou níveis, preferencialmente, aos Egressos do Aperfeiçoamento Escola da Terra promovido pelo Ministério da Educação.

Diante disso, o curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Tocantins – UFT/ Câmpus de Arraias pretende, no seu horizonte utópico, mas também no praxiológico, contrapor-se à dominação e à exclusão historicamente imposta aos povos que habitam o campo. A luta principal da Educação do Campo tem sido por políticas públicas que garantam o direito da população do campo à educação e a uma educação que seja no e do campo. Um dos fundamentos da Educação do Campo é que só há sentido em construir processos pedagógicos específicos às necessidades dos sujeitos do campo, caso estes estejam vinculados à construção de um modelo de desenvolvimento voltado à justiça social e à sustentabilidade ambiental.

A base fundamental de sustentação da Educação do Campo é que o território do campo deve ser compreendido para muito além de um espaço de produção agrícola. O campo é território de produção de vida; de produção de novas relações sociais; de novas relações entre os homens e a natureza; de novas relações entre o rural e o urbano. São relações que revelam vários tipos e formas de ocupação do espaço no campo brasileiro e no Estado do Tocantins.

3 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 - Políticas institucionais no âmbito do curso

Dentre os desafios em construir ou adotar práticas pedagógicas que sejam consideradas exitosas e inovadoras com vistas a atender as demandas políticas, econômicas e sociais em um mundo cada vez mais globalizado, é preciso destacar os percursos ainda a serem vencidos/trilhados no que diz respeito ao contexto de atuação da Licenciatura em Educação do Campo. O próprio momento vivido em decorrência da pandemia de Covid 19, iniciada em 2020 e ainda com efeitos presentes e visíveis em nosso cotidiano, demonstra que, mesmo diante dos avanços tecnológicos, uma parcela expressiva de nossos estudantes possui dificuldade em acessar as tecnologias da informação e da comunicação.

As precárias condições de infraestrutura nas áreas rurais (estradas não asfaltadas, falta de saneamento básico, falta de atendimento à saúde, falta de transporte coletivo etc.) foram ainda somadas à ausência de equipamentos tecnológicos, tais como computadores e celulares, e até mesmo o mais básico, que é o acesso à internet. Tais pontos são aqui destacados para demonstrar o papel e a responsabilidade que as políticas institucionais de organização curricular têm ao pensar em estratégias para a inclusão dessa parcela da população. Isso evidencia ainda mais a relevância das pesquisas e projetos de extensão que considerem a ampliação de oportunidades por meio de programas de formação acadêmica e assistência estudantil, que levem em consideração a formação e a capacitação com base em metodologias de ensino ativas e elementos tecnológicos.

Desse modo, permanece atual o desafio de ampliar a inclusão da população do campo, seja na rede pública de ensino, seja na universidade, dos ambientes, materiais e ferramentas pautadas em metodologias e tecnologias pedagógicas. Ainda assim, enfatizamos em nossa prática docente no processo de formação do profissional da Educação do Campo, o domínio

dos conteúdos e a compreensão crítica daquilo que ensina e faz; o conhecimento e o domínio das novas tecnologias e que estas sejam utilizadas de acordo com o projeto político de emancipação das classes menos privilegiadas. Dito de outro modo, que este profissional contribua para o trabalho coletivo e interdisciplinar na escola e tenha a compreensão das relações entre a escola e a sociedade.

Diante disso, destacamos alguns princípios pedagógicos que assumem o comprometimento com a qualidade do ensino e o compromisso com as comunidades:

- a) a formação contextualizada;
- b) a realidade e as experiências das comunidades do campo como objeto de estudo e fonte de conhecimentos;
- c) a pesquisa como princípio educativo;
- d) a indissociabilidade teoria-prática;
- e) o planejamento e a ação formativa integradas entre as áreas de conhecimento (interdisciplinaridade);
- f) os estudantes como sujeitos do conhecimento;
- g) a produção acadêmica para a transformação da realidade.

Em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional, a Licenciatura em Educação do Campo participa do Programa Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP), por meio do Laboratório VirtualReescrit@, que se encontra em sua segunda edição, sob a responsabilidade do Prof. Dr. Sebastião Silva Soares. O projeto volta-se para a superação das dificuldades de leitura e escrita com base na produção de gêneros textuais e, em especial, na realização de atividades focadas no letramento acadêmico a partir do uso de tecnologias digitais de aprendizagem, como as ferramentas do Google Classroom, Google Docs e WhatsApp.

Além disso, os docentes têm utilizado como ferramenta pedagógica o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para a realização de atividades educativas em lugares e/ ou tempos diversos, postagem e compartilhamento de materiais, realização de aulas síncronas e assíncronas, avaliações etc.

Ressaltamos, assim, que permanece atual e necessário o arcabouço teórico-conceitual e empírico da Pedagogia da Alternância, que vai ao encontro dessa necessidade explicitada. A Pedagogia da Alternância se caracteriza por alternar a formação do acadêmico entre momentos no ambiente escolar e momentos no ambiente familiar/comunitário.

Assim, este projeto pretende pensar a política pública educacional a partir de uma mudança paradigmática, que toma a Pedagogia da Alternância como alternativa de escolarização para o meio rural, que possibilite ao acadêmico ter acesso à universidade e, ao mesmo tempo, contribui para a sua permanência (se assim desejar) junto à família, à sua cultura e às atividades produtivas. Ou seja, como unidade conceitual e metodológica de práticas sustentáveis de possibilidade de permanência do povo do campo.

No caso da Licenciatura em Educação do Campo: Artes Visuais e Música (UFT/ Arraias), empregamos o termo Alternância Pedagógica, uma vez que não são utilizados os mesmos instrumentos pedagógicos oriundos da educação básica, mas recorremos à base teórico-metodológica da Pedagogia da Alternância com vistas a considerar a interação entre os

ambientes de vida e trabalho e o ambiente escolar/acadêmico do estudante.

3.2 - Objetivos do curso

Pretende-se formar um profissional capaz de: (I) exercer a docência multidisciplinar, a partir da área de conhecimento proposta, a saber: Linguagens - Artes Visuais e Música; (II) participar da gestão de processos educativos escolares; (III) ter atuação pedagógica nas comunidades rurais para além da prática escolar.

3.2.1 - Objetivo Geral:

Realizar uma formação que possibilite ao discente de Licenciatura em Educação do Campo: Artes Visuais e Música uma identidade na área de formação de educadores/as politicamente comprometida com a cultura, com as lutas sociais e com o campo brasileiro.

3.2.2 - Objetivos Específicos:

a) Formar professores para o exercício da docência nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio com foco em Música e Artes Visuais em consonância com a realidade social e cultural específica das populações que trabalham e vivem no e do campo;

b) Formar sujeitos autônomos e criativos capazes de inventar soluções para questões inerentes à sua realidade, vinculadas com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários;

c) Garantir uma reflexão/elaboração político-pedagógica específica sobre a educação para o trabalho, a educação técnica, tecnológica e científica a ser desenvolvida especialmente na educação básica de nível médio e nos anos finais do ensino fundamental;

d) Contribuir na construção de alternativas de organização do trabalho escolar e pedagógico que permitam a expansão da educação básica no e do campo, com a necessidade e a qualidade exigida pela dinâmica social em que seus sujeitos se inserem e pela histórica desigualdade que sofrem;

e) Articular, durante todo o percurso formativo do curso, ações integradas entre ensino, pesquisa e extensão voltadas para demandas da Educação do Campo num diálogo entre o Tempo-Espaço Universidade e o Tempo-Espaço Comunidade.

Dentre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que o curso pretende trabalhar, levando em consideração o contexto educacional, as características locais e regionais, destacamos:

* Objetivo 2 (ODS): Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

* Objetivo 4 (ODS): Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

* Objetivo 5 (ODS): Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e

meninas.

* Objetivo 8 (ODS): Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

3.3 - Perfil Profissional do Egresso

O perfil do Licenciado em Educação do Campo: Artes Visuais e Música, a partir da formação comum da docência na Educação Básica, está estruturado de forma a garantir uma consistente formação teórica, uma diversidade de conhecimentos e de práticas, que se articulam ao longo do curso. Este possibilita ao cidadão-profissional o aprofundamento na área de conhecimento do curso e a busca ou o compromisso com a formação continuada.

O curso deve proporcionar as competências, atitudes e habilidades coerentes com seus objetivos e com o perfil profissional. Em um curso dessa natureza, que forma o licenciado em Educação do Campo, tendo como base a docência para atuar como professor multidisciplinar, pretende-se desenvolver no estudante a capacidade de:

- a) analisar, descrever e explicar as práticas educativas na escola, à luz de distintas teorias;
- b) interpretar a prática educativa a partir dos conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social brasileira, regional e local;
- c) resolver situações- problemas que exijam análise, síntese, avaliação e aplicação de conhecimentos;
- d) utilizar formas distintas de acessar e processar conhecimentos, estratégias de ensino e materiais didáticos diversificados; bem como compreender as transformações no mundo atual mediadas por novas tecnologias;
- e) articular os conhecimentos científicos com as experiências vivenciadas na prática pedagógica e com a realidade dos alunos;
- f) posicionar- se criticamente frente à realidade de forma a contribuir no processo de construção social consciente e criativamente;
- g) propor formas de interação entre a educação escolar, o mundo do trabalho e outras práticas sociais concebendo-as como espaços educativos;
- h) respeitar e tolerar as diferenças (pluralidade de ideias e concepções), contribuindo para o convívio democrático e o desenvolvimento da sensibilidade ética e da solidariedade;
- i) manter- se informado sobre as transformações sociais e sobre os novos conhecimentos produzidos, de forma a definir e redefinir o seu papel de educador;
- j) demonstrar autonomia intelectual no exercício de sua atividade ao tomar decisões e apresentar soluções alternativas no tratamento das questões educativas;
- k) apresentar condições teórico-metodológicas para coordenar e executar programas, projetos e experiências vinculadas a processos formais de escolarização, e processos não-formais de práticas alternativas em educação;

l) compreender a dinâmica da realidade, utilizando-se das diferentes áreas do conhecimento para produzir a teoria pedagógica;

m) identificar os processos pedagógicos que se desenvolvem na prática social concreta que ocorrem nas instituições escolares e também fora delas, nos demais lócus educativos;

n) buscar articulações que permitam a unidade teoria/prática no trabalho pedagógico;

o) vivenciar o trabalho coletivo e interdisciplinar no trabalho pedagógico, de forma interrogativa e investigativa, contribuindo para a construção de saberes e conhecimentos no campo educacional;

p) implementar formas de gestão democrática na escola, estando em condições de organizar e gerir, como profissional, a articulação dos sujeitos escolares entre si e destes com os movimentos sociais fora da escola;

q) assumir o compromisso de contribuir para a melhoria da educação e das condições sociais sobre as quais ela se dá;

r) identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

s) promover diálogo sobre valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo do campo;

t) atuar como agentes interculturais, com vistas à valorização e o estudo de temas relacionados à educação do campo.

3.3.1 - Campo de Atuação Profissional

O campo de atuação do Licenciado em Educação do Campo pode abranger as seguintes áreas:

a) Docência na Educação Básica, nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio na modalidade Normal, na Educação de Jovens e Adultos, assim como na Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de atuar em outras áreas nas quais os conhecimentos adquiridos de forma multidisciplinar estejam a serviço de uma área de conhecimento prevista, especialmente, nas escolas do campo;

b) Gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não-escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação do campo e escolas rurais / do campo;

c) Produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares;

d) Atuação pedagógica junto às comunidades rurais, no desenvolvimento do trabalho pedagógico com as famílias, grupos sociais, cooperativas, associações e movimentos sociais, junto às lideranças e equipes e para a implementação (técnica e organizativa) de projetos de

desenvolvimento comunitário sustentável;

e) Atuar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos do campo em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo.

3.4 - Estrutura Curricular

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo propõe a organização e o desenvolvimento do processo formativo por meio de três grupos (I, II e III), conforme dispõe a resolução CNE/CP n.º 2, de 20 de dezembro de 2019. Estes grupos estão organizados da seguinte maneira:

a) Grupo I: aglutinará os conteúdos acadêmicos referentes à área de Linguagens (Artes Visuais e Música), focando os estudos necessários à construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades da docência; à compreensão dos aspectos que envolvem o desenvolvimento e a aprendizagem em geral; ao desenvolvimento da linguagem oral e escrita; ao aprendizado dos fundamentos da pesquisa em educação; à compreensão das características e práticas próprias da agricultura familiar; e à compreensão das questões que envolvem a realidade do campo no Brasil e na Amazônia.

b) Grupo II: aglutinará os conteúdos específicos referentes à área de Linguagens (Artes Visuais e Música) com foco nos estudos necessários à construção de conhecimentos, habilidades e competências docentes com vistas à reflexão epistemológica relativa à Arte enquanto área do conhecimento humano. De modo específico, volta-se ao aprendizado dos fundamentos e à compreensão de aspectos da realidade do campo em acordo com aquilo que é próprio da referida área do conhecimento.

c) Grupo III: Consiste na prática pedagógica realizada em momentos de vivência nos ambientes e situações no âmbito dos conhecimentos teórico-práticos na área de abrangência do curso (nesse caso, devemos considerar o estágio supervisionado em situação real de trabalho). Além disso, integra à formação do estudante a prática como componente curricular, sendo consideradas as atividades vivenciadas ao longo do curso através da pesquisa, ensino, extensão e gestão.

As atividades que compõem os três grupos são estruturadas e realizadas no Tempo-Espaço Universidade e no Tempo- Espaço Comunidade, levando em consideração a realidade sociocultural, ambiental e econômica do território de atuação do curso, isto é, o contexto da Educação do Campo na região.

Abaixo temos o detalhamento da carga horária dos grupos (I, II e III).

Figura 1

Figura 1 - Carga horária componentes curriculares do Grupo I

Grupo I			
Componente Curricular	Sem.	CH DISC.	CH PCC
METODOLOGIA CIENTÍFICA	1º	60 h	
CONCEPÇÕES HISTÓRICO-FILOSÓFICAS E METODOLÓGICAS DE ALTERNÂNCIA	1º	60 h	15 h
ESTADO E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	1º	60 h	15 h
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	1º	60 h	
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	2º	60 h	
HISTÓRIA, IDENTIDADE E MEMÓRIA DOS POVOS DO CAMPO	2º	60 h	15 h
EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA	2º	60 h	15 h
MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL	3º	60 h	15 h
LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DO CAMPO	3º	60 h	15 h
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	3º	60 h	
DIDÁTICA GERAL	4º	60 h	
FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	4º	60 h	
FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	4º	60 h	15 h
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	5º	60 h	15 h
GESTÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	5º	60 h	30 h
LIBRAS	7º	60 h	
Total de horas do Grupo I (carga horária da disciplina – carga horária Prática como Componente Curricular) 960 h – 150 h = 810 h		960 h	150 h
Obs.: as 150 h do PCC correspondem ao Grupo III			

Fonte: NDE Educação do Campo UFT /Arraias (2023).

Figura 2

Figura 2 - Carga horária componentes curriculares do Grupo II

Grupo II			
Componente Curricular	Sem.	CH DISC.	CH PCC
LINGUAGEM MUSICAL I – Percepção e materiais musicais	1º	60 h	15 h
ESTUDOS VISUAIS	1º	60 h	15 h
ALTERNÂNCIA PEDAGÓGICA E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS I	1º	60 h	
PRODUÇÃO DE GÊNEROS ACADÊMICOS I	2º	60 h	
LINGUAGEM MUSICAL II - Percepção e materiais musicais	2º	60 h	15 h
POÉTICAS VISUAIS	2º	60 h	15 h
ALTERNÂNCIA PEDAGÓGICA E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS II	2º	60 h	
PRODUÇÃO DE GÊNEROS ACADÊMICOS II	3º	60 h	
LINGUAGEM MUSICAL III – Percepção, preparação vocal e canto coletivo	3º	60 h	15 h
LABORATÓRIO DE DESENHO E GRAVURA	3º	60 h	
ALTERNÂNCIA PEDAGÓGICA E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS III	3º	60 h	
LINGUAGEM MUSICAL IV – Percepção, preparação vocal e canto coletivo	4º	60 h	15 h
INSTRUMENTO ELETIVO I	4º	60 h	15 h
LABORATÓRIO DE EXPRESSÕES TRIDIMENSIONAIS	4º	60 h	
ALTERNÂNCIA PEDAGÓGICA E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS IV	4º	60 h	
INSTRUMENTO ELETIVO II	5º	60 h	15 h
HISTÓRIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA	5º	75 h	30 h
TÓPICOS ESPECIAIS EM ARTES VISUAIS, CULTURA E EDUCAÇÃO	5º	45 h	
LABORATÓRIO DE FOTOGRAFIA	5º	60 h	15 h
ALTERNÂNCIA PEDAGÓGICA E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS V	6º	45 h	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	6º	60 h	
INSTRUMENTO ELETIVO III	6º	60 h	15 h
METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO MUSICAL	6º	60 h	15 h
LABORATÓRIO DE PINTURA	6º	60 h	
ED. (DO) SENSÍVEL, PESQUISAS E ABORDAGENS NO ENSINO DAS ARTES VISUAIS	6º	60 h	15 h
OPTATIVA DE MÚSICA	7º	60 h	
ESTÉTICA E POÉTICA CAMPONESA	7º	60 h	
ARTES E CULTURA VISUAL	7º	60 h	15 h
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	8º	60 h	
ARTE, EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE	8º	60 h	
EDUCAÇÃO VOCAL	8º	60 h	30 h
Total de horas do Grupo II (carga horária da disciplina – carga horária Prática como Componente Curricular) 1845 h – 255 h = 1590 h		1845 h	255 h
Obs.: as 255 h do PCC correspondem ao Grupo III			

Fonte: Criação NDE Educação do Campo UFT /Arraias (2023).

Figura 3

Figura 3 - Carga horária componentes curriculares do Grupo III

Grupo III		
Componente Curricular	Sem.	CH DISC.
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I	5º	60 h
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II	6º	90 h
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III	7º	120 h
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV	8º	135 h
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (Grupo I)	-	150 h
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (Grupo II)	-	255 h
Total de horas do Grupo III		810 h

Fonte: Criação NDE Educação do Campo UFT /Arraias (2023).

Estes quadros foram apresentados com o intuito de possibilitar a melhor compreensão da organização dos grupos que integram o processo formativo do curso em atendimento à resolução CNE/CP n.º 2, de 20 de dezembro de 2019. Ressaltamos que a estrutura curricular completa do curso encontra-se a seguir.

Estrutura Curricular - Cargas Horárias								
Período	Componente Curricular	CH teórica	CH prática	CH extensão	CH estágio	CH PCC	CH total	Créditos
1	METODOLOGIA CIENTÍFICA	45	15	0	0	0	60	4
	CONCEPÇÕES HISTÓRICO-FILOSÓFICAS E METODOLÓGICAS DE ALTERNÂNCIA	30	15	0	0	15	60	4
	ESTADO E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	30	15	0	0	15	60	4
	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	45	15	0	0	0	60	4
	LINGUAGEM MUSICAL I – Percepção e materiais musicais	30	15	0	0	15	60	4
	ESTUDOS VISUAIS	30	15	0	0	15	60	4
	ALTERNÂNCIA PEDAGÓGICA E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS I	0	0	60	0	0	60	4
	sub - total:	210	90	60	0	60	420	28
2	PRODUÇÃO DE GÊNEROS ACADÊMICOS I	45	15	0	0	0	60	4
	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	45	15	0	0	0	60	4
	HISTÓRIA, IDENTIDADE E MEMÓRIA DOS POVOS DO CAMPO	30	15	0	0	15	60	4
	LINGUAGEM MUSICAL II - Percepção e Materiais Musicais	30	15	0	0	15	60	4
	POÉTICAS VISUAIS	30	15	0	0	15	60	4

	EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA	30	15	0	0	15	60	4
	ALTERNÂNCIA PEDAGÓGICA E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS II	0	0	60	0	0	60	4
	sub - total:	210	90	60	0	60	420	28
3	MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL	30	15	0	0	15	60	4
	PRODUÇÃO DE GÊNEROS ACADÊMICOS II	45	15	0	0	0	60	4
	LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DO CAMPO	30	15	0	0	15	60	4
	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	45	15	0	0	0	60	4
	LINGUAGEM MUSICAL III – Percepção, preparação vocal e canto coletivo	15	30	0	0	15	60	4
	LABORATÓRIO DE DESENHO E GRAVURA	15	45	0	0	0	60	4
	ALTERNÂNCIA PEDAGÓGICA E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS III	0	0	60	0	0	60	4
	sub - total:	180	135	60	0	45	420	28
4	DIDÁTICA GERAL	45	15	0	0	0	60	4
	FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	45	15	0	0	0	60	4
	LINGUAGEM MUSICAL IV - Percepção, preparação vocal e canto coletivo	15	30	0	0	15	60	4
	FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	30	15	0	0	15	60	4
	LABORATÓRIO DE EXPRESSÕES TRIDIMENSIONAIS	15	45	0	0	0	60	4
	ALTERNÂNCIA PEDAGÓGICA E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS IV	0	0	60	0	0	60	4
	INSTRUMENTO ELETIVO I	15	30	0	0	15	60	4
	sub - total:	165	150	60	0	45	420	28
5	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	30	15	0	0	15	60	4
	GESTÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	30	0	0	0	30	60	4
	HISTÓRIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA	30	15	0	0	30	75	5
	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I	0	0	0	60	0	60	4
	TÓPICOS ESPECIAIS EM ARTES VISUAIS, CULTURA E EDUCAÇÃO	0	0	45	0	0	45	3
	LABORATÓRIO DE FOTOGRAFIA	15	30	0	0	15	60	4
	INSTRUMENTO ELETIVO II	15	30	0	0	15	60	4
	sub - total:	120	90	45	60	105	420	28
6	ALTERNÂNCIA PEDAGÓGICA E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS V	0	0	45	0	0	45	3
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	45	15	0	0	0	60	4
	METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO MUSICAL	30	15	0	0	15	60	4

	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II	0	0	0	90	0	90	6
	LABORATÓRIO DE PINTURA	15	45	0	0	0	60	4
	EDUCAÇÃO (DO) SENSÍVEL, PESQUISAS E ABORDAGENS NO ENSINO DAS ARTES VISUAIS	30	15	0	0	15	60	4
	INSTRUMENTO ELETIVO III	15	30	0	0	15	60	4
	sub - total:	135	120	45	90	45	435	29
7	LIBRAS	45	15	0	0	0	60	4
	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III	0	0	0	120	0	120	8
	ESTÉTICA E POÉTICA CAMPONESA	30	30	0	0	0	60	4
	ARTES E CULTURA VISUAL	30	15	0	0	15	60	4
	OPTATIVA I	30	30	0	0	0	60	4
	sub - total:	135	90	0	120	15	360	24
8	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	45	15	0	0	0	60	4
	ARTE, EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE	30	30	0	0	0	60	4
	EDUCAÇÃO VOCAL	15	15	0	0	30	60	4
	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV	0	0	0	135	0	135	9
	sub - total:	90	60	0	135	30	315	21
Optativa	Prática de ensino de Música na Educação Básica	30	30	0	0	0	60	4
	Metodologia da pesquisa em música	30	30	0	0	0	60	4
	Regência e formação de grupos musicais	30	30	0	0	0	60	4
	Introdução à etnomusicologia	30	30	0	0	0	60	4
	Educação musical e narrativas da multiculturalidade	30	30	0	0	0	60	4
	sub - total:	150	150	0	0	0	300	20
Eletiva	Instrumento Eletivo I - Violão I	15	30	0	0	15	60	4
	Instrumento Eletivo I - Teclado I	15	30	0	0	15	60	4
	Instrumento Eletivo I - Flauta-doce I	15	30	0	0	15	60	4
	Instrumento Eletivo II - Violão II	15	30	0	0	15	60	4
	Instrumento Eletivo II - Teclado II	15	30	0	0	15	60	4
	Instrumento Eletivo II - Flauta-doce II	15	30	0	0	15	60	4
	Instrumento Eletivo III - Violão III	15	30	0	0	15	60	4
	Instrumento Eletivo III - Teclado III	15	30	0	0	15	60	4
	Instrumento Eletivo III - Flauta-doce III	15	30	0	0	15	60	4
	sub - total:	135	270	0	0	135	540	36
Carga Horária Parcial:		1245	825	330	405	405	3210	214
	Atividades Complementares						0	0
Carga Horária Total:		1245	825	330	405	405	3210	214

Resumo de Cargas Horárias do Curso			
Categoria	Carga Horária Total	Créditos	Nº Disciplinas
Carga Horária da Matriz	3210	214	51
CH Teórica	1245	83	-
CH Prática	825	55	-
CH de Extensão	330	22	-
CH de Estágio	405	27	-
CH de Prática como Componente Curricular	405	27	-
CH de Atividades Complementares	0	0	-
TOTAL	3210	214	51

Estrutura Curricular - Pré-requisitos			
Período	Código	Componente Curricular	Pré-requisitos
1	2EDCL058	METODOLOGIA CIENTÍFICA	
	2EDCL059	CONCEPÇÕES HISTÓRICO-FILOSÓFICAS E METODOLÓGICAS DE ALTERNÂNCIA	
	2EDCL060	ESTADO E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	
	2EDCL061	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	
	2EDCL077	LINGUAGEM MUSICAL I – Percepção e materiais musicais	
	2EDCL094	ESTUDOS VISUAIS	
	2EDCL104	ALTERNÂNCIA PEDAGÓGICA E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS I	
2	2EDCL062	PRODUÇÃO DE GÊNEROS ACADÊMICOS I	
	2EDCL064	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	
	2EDCL068	HISTÓRIA, IDENTIDADE E MEMÓRIA DOS POVOS DO CAMPO	
	2EDCL078	LINGUAGEM MUSICAL II - Percepção e Materiais Musicais	LINGUAGEM MUSICAL I – Percepção e materiais musicais
	2EDCL095	POÉTICAS VISUAIS	
	2EDCL103	EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA	
	2EDCL105	ALTERNÂNCIA PEDAGÓGICA E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS II	
3	2EDCL063	MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL	
	2EDCL065	PRODUÇÃO DE GÊNEROS ACADÊMICOS II	PRODUÇÃO DE GÊNEROS ACADÊMICOS I
	2EDCL066	LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DO CAMPO	
	2EDCL067	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	
	2EDCL079	LINGUAGEM MUSICAL III – Percepção, preparação vocal e canto coletivo	LINGUAGEM MUSICAL II - Percepção e Materiais Musicais
	2EDCL101	LABORATÓRIO DE DESENHO E GRAVURA	
	2EDCL106	ALTERNÂNCIA PEDAGÓGICA E PRÁTICAS	

COMUNITÁRIAS III			
4	2EDCL069	DIDÁTICA GERAL	
	2EDCL070	FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	
	2EDCL080	LINGUAGEM MUSICAL IV - Percepção, preparação vocal e canto coletivo	LINGUAGEM MUSICAL III – Percepção, preparação vocal e canto coletivo
	2EDCL092	FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	
	2EDCL102	LABORATÓRIO DE EXPRESSÕES TRIDIMENSIONAIS	
	2EDCL107	ALTERNÂNCIA PEDAGÓGICA E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS IV	
	2EDC3075	INSTRUMENTO ELETIVO I	
5	2EDCL071	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
	2EDCL072	GESTÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	
	2EDCL083	HISTÓRIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA	
	2EDCL089	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I	
	2EDCL096	TÓPICOS ESPECIAIS EM ARTES VISUAIS, CULTURA E EDUCAÇÃO	
	2EDCL099	LABORATÓRIO DE FOTOGRAFIA	
	2EDC3076	INSTRUMENTO ELETIVO II	
6	2EDC3051	ALTERNÂNCIA PEDAGÓGICA E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS V	
	2EDCL073	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	METODOLOGIA CIENTÍFICA
	2EDCL085	METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO MUSICAL	
	2EDCL090	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I
	2EDCL097	LABORATÓRIO DE PINTURA	
	2EDCL098	EDUCAÇÃO (DO) SENSÍVEL, PESQUISAS E ABORDAGENS NO ENSINO DAS ARTES VISUAIS	
	2EDC3077	INSTRUMENTO ELETIVO III	
7	2EDCL074	LIBRAS	
	2EDCL091	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II
	2EDCL093	ESTÉTICA E POÉTICA CAMPONESA	
	2EDCL100	ARTES E CULTURA VISUAL	
	2EDC3078	OPTATIVA I	
	8	2EDCL075	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

	2EDCL076	ARTE, EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE	
	2EDCL087	EDUCAÇÃO VOCAL	
	2EDCL088	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III
Optativa	2EDC3061	Prática de ensino de Música na Educação Básica	
	2EDC3062	Metodologia da pesquisa em música	
	2EDC3063	Regência e formação de grupos musicais	
	2EDC3064	Introdução à etnomusicologia	
	2EDC3065	Educação musical e narrativas da multiculturalidade	
Eletiva	2EDC3066	Instrumento Eletivo I - Violão I	
	2EDC3067	Instrumento Eletivo I - Teclado I	
	2EDC3068	Instrumento Eletivo I - Flauta-doce I	
	2EDC3069	Instrumento Eletivo II - Violão II	Instrumento Eletivo I - Violão I
	2EDC3070	Instrumento Eletivo II - Teclado II	Instrumento Eletivo I - Teclado I
	2EDC3071	Instrumento Eletivo II - Flauta-doce II	Instrumento Eletivo I - Flauta-doce I
	2EDC3072	Instrumento Eletivo III - Violão III	Instrumento Eletivo II - Violão II
	2EDC3073	Instrumento Eletivo III - Teclado III	Instrumento Eletivo II - Teclado II
	2EDC3074	Instrumento Eletivo III - Flauta-doce III	Instrumento Eletivo II - Flauta-doce II

Estrutura Curricular - Equivalências			
Período	Componente Curricular	Tipo de Equivalência	Equivalências
1	METODOLOGIA CIENTÍFICA - 60h	ED	Metodologia Científica - (60/60h)
1	ESTADO E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL - 60h	ED	Estado, Sociedade e Questões Agrárias - (60/60h)
1	LINGUAGEM MUSICAL I – Percepção e materiais musicais - 60h	ED	Introdução à Teoria Musical - (60/60h)
1	ESTUDOS VISUAIS - 60h	ED	História da Arte - (60/60h)
2	PRODUÇÃO DE GÊNEROS ACADÊMICOS I - 60h	ED	Produção de Gêneros Acadêmicos I - (60/60h)

2	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO - 60h	ED	Sociologia da Educação - (60/60h)
2	HISTÓRIA, IDENTIDADE E MEMÓRIA DOS POVOS DO CAMPO - 60h	ED	História, Identidade e Memória dos povos do Campo - (60/60h)
2	LINGUAGEM MUSICAL II - Percepção e Materiais Musicais - 60h	ED	Percepção e Notação Musical I - (60/60h)
2	POÉTICAS VISUAIS - 60h	ED	Percepção Visual - (60/60h)
2	EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA - 60h	ED	Educação para Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade - (60/60h)
3	MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL - 60h	ED	Movimentos Sociais - (60/60h)
3	PRODUÇÃO DE GÊNEROS ACADÊMICOS II - 60h	ED	Produção de Gêneros Acadêmicos II - (60/60h)
3	LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DO CAMPO - 60h	ED	Legislação e Organização da Educação Básica e do Campo - (60/60h)
3	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO - 60h	ED	Psicologia da Educação - (60/60h)
3	LINGUAGEM MUSICAL III – Percepção, preparação vocal e canto coletivo - 60h	ED	Percepção e Notação Musical II - (60/60h)
4	DIDÁTICA GERAL - 60h	ED	Didática Geral - (60/60h)
4	FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO - 60h	EM	Introdução à Filosofia - (60/60h) Filosofia da Educação - (60/60h)
4	LINGUAGEM MUSICAL IV - Percepção, preparação vocal e canto coletivo - 60h	ED	Voz II - (60/60h)
4	FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO - 60h	ED	Práticas Pedagógicas da Educação do Campo - (75/75h)
4	LABORATÓRIO DE EXPRESSÕES TRIDIMENSIONAIS - 60h	ED	Metodologia do Ensino de Artes I - (60/60h)
5	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM - 60h	ED	Avaliação da Aprendizagem - (60/60h)
5	HISTÓRIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA - 75h	ED	História da Música Brasileira - (75/75h)
5	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I - 60h	ED	Estágio Curricular Supervisionado I - (60/60h)
5	LABORATÓRIO DE FOTOGRAFIA - 60h	ED	Laboratório de Fotografia - (60/60h)
6	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II - 90h	ED	Estágio Curricular Supervisionado II - (90/90h)
6	LABORATÓRIO DE PINTURA - 60h	ED	Laboratório de Pintura - (60/60h)
6	EDUCAÇÃO (DO) SENSÍVEL, PESQUISAS E ABORDAGENS NO ENSINO DAS ARTES VISUAIS - 60h	ED	Metodologia do Ensino de Artes II - (60/60h)
ED = Equivalência Direta			
EM = Equivalência Mista			

3.5 - Ementário

1º Período

METODOLOGIA CIENTÍFICA					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
Origem e evolução da ciência, tipos de conhecimento, método científico, tipos de pesquisa, a ética na pesquisa, plágio, pesquisa na universidade e no contexto da educação. Introdução ao planejamento, elaboração e apresentação do trabalho científico (normas da ABNT).					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação. São Paulo - SP: Atlas, 2010.					
2 - GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo - SP: Atlas, 2008.					
3 - LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo - SP: Atlas, 2010.					
Bibliografia Complementar:					
1 - BIKLEN, Sari; BOGDAN, Robert. Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto - Portugal: Porto Editora, 1994.					
2 - BORTONI-RICARDO, Stella Maris. O professor-pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo - SP: Parábola Editorial, 2008.					
3 - GAMBOA, Silvio Sanchez. Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias. Chapecó - RS: Argos, 2007.					
4 - MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) et al. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro - RJ: Ed. Vozes, 2002.					
5 - TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo - SP: Atlas, 2010.					

CONCEPÇÕES HISTÓRICO-FILOSÓFICAS E METODOLÓGICAS DE ALTERNÂNCIA					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	15	-	60	Obrigatória
Ementa					

Conceito e origens da Alternância Pedagógica. Alternância e Educação do Campo: limites e possibilidades. Instrumentos pedagógicos de acompanhamento da Alternância e suas implicações com o ensino, pesquisa e extensão. As relações da alternância com a escola da educação básica do campo e com a comunidade rural.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1992.
- 2 - ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Editora Vozes, 2014.
- 3 - ARROYO, Miguel G; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Editora Vozes, 2011.

Bibliografia Complementar:

- 1 - ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite: Do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. São Paulo: Vozes, 2017.
- 2 - SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2011.
- 3 - SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum a consciência filosófica**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- 4 - LOMBARDI, J. C; SAVIANI, Dermeval. **Marxismo e Educação: Debates contemporâneos**. Campinas: Autores Associados HISTEDBR, 2005.
- 5 - FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 28°. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- 6 - GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância**. Editora Vozes, 2007.
- 7 - ESTEVAM, Dimas de Oliveira. **Casa Familiar Rural: a formação com base na Pedagogia da Alternância**. Insular, 2012.
- 8 - PRAXEDES, Walter; ROSSATO, Geovanio. **Fundamentos da educação do campo: história, legislação, identidades camponesas e pedagogia**. Edicoes Loyola, 2015.

ESTADO E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	15	-	60	Obrigatória

Ementa

Origem e evolução do Estado. O papel do Estado na elaboração de políticas públicas no contexto da Educação do Campo. Questão Agrária e a situação de posse e uso da terra no

Brasil. Debate atual sobre Reforma Agrária e o desenvolvimento do campo. Organização social dos trabalhadores rurais – especificamente os trabalhadores rurais sem terra.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - STEDILE, João Pedro. **Questão Agrária no Brasil: 1500 – 1960**. São Paulo - SP: Expressão Popular, 2005.
- 2 - CALDART, Roseli Saete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- 3 - VEIGA, José Eli. **O que é Reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Bibliografia Complementar:

- 1 - ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura Familiar e Capitalismo no Campo: In: STEDILE, João Pedro (Coord.). **A Questão Agrária Hoje**. 2ª ed. Porto Alegre - RS: Ed. da UFRGS, 1994.
- 2 - MARTÍNEZ ALIER, Juan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.
- 3 - IANNI, O. **A luta pela terra: história social da terra e de luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1981.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	-	-	60	Obrigatória

Ementa

Compreensão da história da educação, seus fundamentos teórico metodológicos e sua importância para a formação do educador. Estudo das principais teorias práticas educacionais desenvolvidas ao longo da história da humanidade, além de uma visão histórica dos elementos mais significativos da educação brasileira, considerando o contexto social, político, econômico e cultural de cada período.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira. **500 anos de educação no Brasil..** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003.
- 2 - SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2011.
- 3 - ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil 1930/1973**. Petrópolis: EDITORA VOZES, 2003.

Bibliografia Complementar:

- 1 - BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- 2 - BRANDÃO, C. **O que é Educação Popular**. São Paulo - SP: Brasiliense, 2006.
- 3 - ROQUE ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira. **A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A PRODUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A GEOGRAFIA ESCOLAR: desdobramentos na formação docente**. 10. Brasil: EDUGEO, 2020. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/915>. Acesso em: 14 ago. 2022.
- 4 - RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. Campinas: Autores Associados, 1998.
- 5 - COLARES, . **Historia e cultura afro-brasileira e indigena nas escolas: uma reflexao necessaria**. 2010.
- 6 - MEIRELLES, Mauro; MOCELIN, Daniel Gustavo; RAIZER, Leandro. **Relações étnico-raciais e diversidade na escola**. Porto Alegre, RS: CirKula, 2016.
- 7 - BRASIL, Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. 1. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 14 ago. 2022.
- 8 - **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educacao das Relacoes Etnico-Raciais e para o Ensino de Historia e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. MEC, 2005.
- 9 - LOBATO, Glauber de Araújo Barroco. **Educação e as Relações Étnico-Raciais – Volume 2**. Formiga, MG, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/600395>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- 10 - BARRA, V. M. L. **Estudos de História da Educação de Goiás (1830-1930)**. Goiânia: Ed. da PUC GO, 2011.
- 11 - ALMEIDA, Vasni. **História da Educação e método de aprendizagem em ensino de História**. Palmas: EDUFT, 2018. Disponível em: <https://umbu.uft.edu.br/bitstream/11612/1293/1/Hist%C3%B3ria%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20m%C3%A9todos%20de%20aprendizagem%20em%20ensino%20de%20Hist%C3%B3ria%20-%20Vasni%20de%20Almeida.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2022.

LINGUAGEM MUSICAL I – Percepção e materiais musicais

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	15	-	60	Obrigatória

Ementa

Percepção, notação e materiais musicais. Musicalização e imersão na linguagem da Música por meio da percepção musical e do canto baseado nas propostas de Kodály. Estudo dos componentes básicos,

leitura e compreensão de partituras musicais. Desenvolvimento da percepção musical e do solfejo rítmico e cantado visando a identificação de texturas e aspectos harmônicos e melódicos, direcionados ao futuro professor do ensino fundamental e médio. O Mundo Tonal, modal e suas paisagens sonoras.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - MED, Bohumil. **Teoria da Música**. 4. ed. Brasília, DF: Musimed, 2017.
- 2 - JACCHIERI, Hermes Daniel; PINTO, Theophilo Augusto. **Notas Introdutórias: exercícios de teoria musical**. São Paulo - SP: Theophilo A Pinto, 2007.
- 3 - LACERDA, Oswaldo. **Teoria Elementar da Música**. 15ª ed. São Paulo - SP: Ricordi, 1966.

Bibliografia Complementar:

- 1 - BENNETT, Roy. **Como ler uma partitura**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2010.
- 2 - BENWARD, Bruce; CARR, Mauren. **Percepção Musical: Leitura Cantada à Primeira Vista**. Série Didático Musical - Vol.1. São Paulo, SP: Edusp, 2017.
- 3 - HEGYI, Erzsébet. **Método Kodály de solfejo**. Madrid - ESPANHA: Pirâmide, 1999.
- 4 - POZOLI, H. **Guia teórico-prático**. São Paulo - SP: Ricordi Brasileira, 1983.
- 5 - SCHAFER, Murray. **O ouvido pensante**. São Paulo-SP: UNESP, 1991.

ESTUDOS VISUAIS

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	15	-	60	Obrigatória

Ementa

Artes e culturas. Práticas artísticas e contextos de produção. Arte relacional. Visualidades Contemporâneas.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - ANTONACCI, Célia Maria. **Apontamentos da arte africana e afro-brasileira contemporânea: políticas e poéticas**. São Paulo: Invisíveis Produções, 2021.
- 2 - BOURRIAUD, Nicolas. **Estética relacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- 3 - ALVES MARTINS, Aracy; DA SILVA CARVALHO, Cristiene Adriana. **Práticas artísticas do campo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

Bibliografia Complementar:

- 1 - ARGAN, Giulio Carlo. **Arte Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- 2 - CARDOSO, Rafael. **Modernidade em preto e branco: arte e imagem, raça e identidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- 3 - CANTON, Kátia. **Temas da arte contemporânea**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- 4 - JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Lisboa: Ed. 70, 2007.
- 5 - SHUSTERMAN, Richard. **Vivendo a arte: o pensamento pragmatista e a estética popular**. São Paulo: Editora 34, 1998.

ALTERNÂNCIA PEDAGÓGICA E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS I

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
-	-	-	60	60	Obrigatória

Ementa

Articulação entre teoria e prática no processo de formação docente. Desenvolvimento de atividades/ações nas comunidades integradoras a partir das reflexões e práxis relativas ao Tempo-espaço Universidade e Tempo-espaço Comunidade. Ações extensionistas voltadas à Área Temática I (Resolução n.º 5, de 02 de setembro de 2020): comunicação. Linha da extensão universitária (Política Nacional de Extensão): Alfabetização, leitura e escrita.

Bibliografia**Bibliografia Básica:**

- 1 - GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância**. Editora Vozes, 2007.
- 2 - CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil: leitura crítica compreensiva artigo a artigo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- 3 - CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

Bibliografia Complementar:

- 1 - SOUZA, M. A. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas desenvolvidas**. Petrópolis - RJ: Ed. Vozes, 2006.
- 2 - PAGLIA, Edmilson Cezar, et al. **Práticas pedagógicas em educação do campo**. Matinhos: UFPR Litoral, 2009.
- 3 - ALMEIDA, Malu. **Políticas educacionais e práticas pedagógicas: para além da mecanização do conhecimento**. Campinas, SP: Alinea, 2005.

2º Período

PRODUÇÃO DE GÊNEROS ACADÊMICOS I					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
<p>O papel social da linguagem, diversidade discursiva e linguístico-textual. Linguagem na era digital. Letramento social e acadêmico. Aspectos teóricos, práticos e reflexivos sobre leitura, escrita, gêneros textuais e gêneros acadêmicos. Fatores de textualidade: coesão e coerência. Produção e reescrita dos gêneros acadêmicos: Fichamento, Resumo e Resenha.</p>					
Bibliografia					
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - BOFF, Odete Maria Benetti; KOCH, Vanilda Salton; PAVANI, Cinara Ferreira. Prática textual: atividades de leitura e escrita. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2014.</p> <p>2 - MARCUSCHI, Luiz Antonio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo - SP: Parábola Editorial, 2008.</p> <p>3 - MOTTA-ROTH, Désirée. Produção textual na universidade. São Paulo - SP: Parábola Editorial, 2010.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>1 - COUTO, Hildo Honório do. O Tao da linguagem: um caminho suave para a redação. São Paulo - SP: Pontes Editores, 2012.</p> <p>2 - KLEIMAN, Angela. Os significados do letramento: reflexões sobre a prática social da escrita. Campinas - SP: Mercado das Letras, 2001.</p> <p>3 - ELIAS, Vanda Maria; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo - SP: Contexto, 2006.</p> <p>4 - ABREU-TARDELLI, Lilia Santos; LOUSADA, Eliane; MACHADO, Anna Raquel. Resenha. São Paulo - SP: Parábola Editorial, 2004.</p> <p>5 - ABREU-TARDELLI, Lilia Santos; LOUSADA, Eliane; MACHADO, Anna Raquel. Resumo. São Paulo - SP: Parábola Editorial, 2004.</p>					

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	-	-	60	Obrigatória

Ementa
Sociologia e sociologia da Educação. Pressupostos sociológicos que fundamentam a educação. Educação, cultura e sociedade. Práticas educativas formais e não formais. Instituições sociais. Processos de socialização. Processos educativos. Marcadores sociais da diferença. Cultura, etnocentrismo e diversidade cultural. O pensamento educacional brasileiro. A educação escolar e as transformações políticas e culturais.
Bibliografia
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - RODRIGUES, A. T. Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.</p> <p>2 - SANTOS, R. C. G. Sociologia da Educação: debates clássicos na formação de professores. Rio Grande: Editora da FURG, 2013.</p> <p>3 - DURKHEIM, Émile. educação e sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1978.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>1 - TOMAZI, Nelson Dacio. Iniciação Sociologia. São Paulo - SP: Atual, 2001.</p> <p>2 - MARTINS, Carlos Benedito. O que é Sociologia. São Paulo: Brasiliense, 1982.</p> <p>3 - BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Petrópolis: EDITORA VOZES, 2019.</p> <p>4 - GIDDENS, Anthony. Sociologia. Artmed, 2005.</p> <p>5 - LAKATOS, Eva Maria. Sociologia Geral. São Paulo: Atlas, 1999.</p> <p>6 - DAYRELL, JUAREZ. A escola "faz" as juventudes?: REFLEXÕES EM TORNO DA SOCIALIZAÇÃO JUVENIL. Campinas, SP: Educ. Soc, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 17 ago. 2022.</p> <p>7 - DOIN, Rosângela. Cartografia escolar. 1. São Paulo: Contexto, 2007.</p> <p>8 - FREITAS, W. C. P. Espaço urbano e criminalidade: lições da escola de Chicago. São Paulo - SP: IBCCRIM, 2002.</p> <p>9 - ALVES, Gilberto luiz. O trabalho didático na escola moderna: formas históricas.. Campinas: Autores Associados, 2005.</p> <p>10 - DESLANDES, Keila; LOURENÇO, Érika. Por uma cultura dos direitos humanos na escola: princípios, meios e fins. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.</p> <p>11 - FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 28°. São Paulo: Paz e Terra, 2003.</p> <p>12 - FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1992.</p>

HISTÓRIA, IDENTIDADE E MEMÓRIA DOS POVOS DO CAMPO

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	15	-	60	Obrigatória

Ementa

O Brasil Campesino: a multiplicidade dos sujeitos e da cultura (produção, modus vivendi) do Campo. Memória, identidade e história. Trabalho e cultura. A formação dos povos do campo no Brasil. Povos tradicionais. Territorialidade. Reforma agrária. Resistência no campo.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - HABWACKS, Maurice. **A memória coletiva**. 1ª ed. São Paulo: Centauro Editora, 2008.

2 - GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro-RJ: LTC, 1989.

3 - ANDRADE, Karylleila dos Santos; BODNAR, Roseli; FLORES, Kátia Maia. **Populações Tradicionais do Tocantins: cultura e saberes de comunidades quilombolas**. Goiânia, GO: América, 2013.

Bibliografia Complementar:

1 - LARAIA, Roque. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro-RJ: J. Zahar, 1986.

2 - MARTINS, J. S. **A militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder**. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1986.

3 - MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo - SP: Contexto, 2010.

4 - ANJOS, Rafael Sanzio Araujo dos. **Quilombolas: tradições e cultura de resistência**. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

5 - GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário.: Sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI-XVIII)**. São Paulo: Companhia da Letras, 2003.

6 - CASTRO, Eduardo Viveiros. **O papel da religião no sistema social dos povos indígenas..** Cuiabá: GTME, 1999. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/o-papel-da-religiao-no-sistema-social-dos-povos-indigenas>. Acesso em: 21 ago. 2022.

7 - SILVA, Reijane. **Povos Indígenas do Tocantins**. Nagô, 2015.

LINGUAGEM MUSICAL II - Percepção e Materiais Musicais

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	15	-	60	Obrigatória

Ementa

Aprofundamento da disciplina Linguagem Musical I: Percepção, notação e materiais musicais.

Musicalização e imersão na linguagem da Música por meio da percepção musical e do canto baseado nas propostas de Kodály. Estudo dos componentes básicos, leitura e compreensão de partituras musicais. Desenvolvimento da percepção musical e do solfejo rítmico e cantado visando a identificação de texturas e aspectos harmônicos e melódicos, direcionados ao futuro professor do ensino fundamental e médio. O Mundo Tonal, modal e suas paisagens sonoras.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - MED, Bohumil. **Teoria da Música**. 4. ed. Brasília, DF: Musimed, 2017.
- 2 - JACCHIERI, Hermes Daniel; PINTO, Theophilo Augusto. **Notas Introdutórias: exercícios de teoria musical**. São Paulo - SP: Theophilo A Pinto, 2007.
- 3 - LACERDA, Oswaldo. **Teoria Elementar da Música**. 15ª ed. São Paulo - SP: Ricordi, 1966.

Bibliografia Complementar:

- 1 - BENNETT, Roy. **Como ler uma partitura**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2010.
- 2 - BENWARD, Bruce; CARR, Mauren. **Percepção Musical: Leitura Cantada à Primeira Vista**. Série Didático Musical - Vol.1. São Paulo, SP: Edusp, 2017.
- 3 - HEGYI, Erzsébet. **Método Kodály de solfejo**. Madrid - ESPANHA: Pirâmide, 1999.
- 4 - POZOLI, H. **Guia teórico-prático**. São Paulo - SP: Ricordi Brasileira, 1983.
- 5 - SCHAFER, R. Murray. **Educação Sonora**. São Paulo - SP: Melhoramentos, 2009.
- 6 - SCHAFER, Murray. **O ouvido pensante**. São Paulo-SP: UNESP, 1991.

POÉTICAS VISUAIS

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	15	-	60	Obrigatória

Ementa

Pesquisa poética e processos de criação. Visualidades cotidianas e produção de sentidos. Construção de narrativas visuais.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - BOURRIAUD, Nicolas. **Formas de vida: a arte moderna e a invenção de si**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- 2 - DUARTE JUNIOR, João-Francisco. **O sentido dos sentidos: a educação (do) sensível**.

Curitiba: Criar editora, 2004.

3 - CELESTE MARTINS, Mirian. **Pensar juntos mediação cultural: [entre]laçando experiências e conceitos.** São Paulo: Terracota Editora, 2014.

Bibliografia Complementar:

1 - DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha.** 34, 2010.

2 - FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 28°. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

3 - MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela.** Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2021.

4 - JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação.** São Paulo: Cortez, 2004.

5 - MENDES RICHTER, Ivone. **Interculturalidade e estética do cotidiano no ensino das artes visuais.** São Paulo: Mercado das Letras, 2033.

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	15	-	60	Obrigatória

Ementa

Fundamentos teóricos, legais e metodológicos da Educação para a população das Comunidades Remanescentes de Quilombo. O racismo, o preconceito e a discriminação racial e suas manifestações no currículo da escola. As diretrizes curriculares para a educação das relações étnico- raciais. Movimento negro no Brasil. Estudo e análise das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - GOMES, N. L; SILVA, P. B. G. **Experiências étnicos-culturais para a formação de professores.** Belo Horizonte: Autentica, 2002.

2 - ABRAMOVAY, M. ; GARCIA, M. C. (coord.). **Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade.** *Brasília-DF: UNESCO; INEP; Observatório de Violências nas Escolas, 2006.

3 - BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. **Resolução nº 20 de novembro de 2012.** Brasília, DF: CNE/CEB, 2012.

Bibliografia Complementar:

1 - BAIOCCHI, M. N. **Kalunga: povo da terra.** Goiânia, GO: Editora UFG, 2006.

2 - GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato no Brasil. *São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2015.

3 - HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula**: visita a história contemporânea. *São Paulo: Selo Negro, 2005.

ALTERNÂNCIA PEDAGÓGICA E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS II

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
-	-	-	60	60	Obrigatória

Ementa

Articulação entre teoria e prática no processo de formação docente. Realização de atividades/ações nas comunidades integradoras a partir das reflexões e práxis relativas ao Tempo- espaço Universidade e Tempo- espaço Comunidade. Compartilhamento das experiências vivenciadas na própria comunidade. Ações extensionistas voltadas à Área Temática II (Resolução n.º 5, de 02 de setembro de 2020): cultura e arte. Linhas da extensão universitária (Política Nacional de Extensão): Artes integradas; Artes Visuais; Música.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - ARROYO, Miguel G; CALDART, Roseli Salette; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Editora Vozes, 2011.

2 - PAGLIA, Edmilson Cezar, et al. **Práticas pedagógicas em educação do campo**. Matinhos: UFPR Litoral, 2009.

3 - BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7352 de 4/11/2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional da Reforma Agrária**. Brasília, 2010.

Bibliografia Complementar:

1 - ANDRADE, Karylleila dos Santos; BODNAR, Roseli; FLORES, Kátia Maia. **Populações Tradicionais do Tocantins: cultura e saberes de comunidades quilombolas**. Goiânia, GO: América, 2013.

2 - ANJOS, Rafael Sanzio Araujo dos. **Quilombolas: tradições e cultura de resistência**. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

3 - **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola: Parecer CNE/CEB nº 16 de 2012. Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012..** Brasília - DF: MEC, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/18693-educacao-quilombola>. Acesso em: 29 ago. 2022.

4 - PEREIRA, Ana Lúcia. **Família Quilombolas: História, resistência e luta contra a vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional na Comunidade Mumbuca**. Paco Editorial, 2022.

5 - ARAÚJO, Dinomar Rosa. **Música e tradição: trajetória da folia de reis na comunidade quilombola do mimoso.** Monografia (Graduação). Araias-TO: Universidade Federal do Tocantins, 2019. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2137>. Acesso em: 02 set. 2022.

3º Período

MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
Ações Coletivas. Mobilizações coletivas. Movimentos Sociais. Sujeitos Coletivos. Movimentos Sociais no Brasil. Novos atores sociais. Cidadania Coletiva e Emergência de Espaços Públicos Não Estatais. Confronto político. Novos Movimentos Sociais. Redes Sociais e Redes de Movimentos.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - GOHN, Maria da Glória. Novas Teorias dos Movimentos Sociais. São Paulo - SP: Ed. Loyola, 2008.					
2 - TARROW, S. O Poder em Movimento: movimentos sociais e Confronto Político. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 2009.					
3 - DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, C. Estado, Classe e Movimento Social. São Paulo - SP: Cortez, 2010.					
Bibliografia Complementar:					
1 - IANNI, O. A luta pela terra: história social da terra e de luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1981.					
2 - THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa.. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.					
3 - GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política. São Paulo, SP: Cortez, 1999.					
4 - BRAZ, Marcelo. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas. *São Paulo - SP: Cortez, 2012.					
5 - SCOLESO, Fabiana. Relações Internacionais e Questão Agrária: Mundialização Do Capital, Agronegócio e as Lutas Pela Terra em Porto Nacional – Tocantins. Projeto História, São Paulo, v. 68, pp. 249-285, 2020. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/47154 . Acesso em: 24 ago. 2022.					

PRODUÇÃO DE GÊNEROS ACADÊMICOS II					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
Aspectos teóricos, práticos e reflexivos sobre gêneros acadêmicos. Tipos, estruturas e funções no âmbito dos gêneros acadêmicos. Produção e reescrita do gênero acadêmico Artigo. Introdução ao gênero acadêmico Projeto de Pesquisa. Revisão de tópicos textuais e gramaticais e de Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - BOFF, Odete Maria Benetti; KOCH, Vanilda Salton; PAVANI, Cinara Ferreira. Prática textual: atividades de leitura e escrita . Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2014.					
2 - ABREU-TARDELLI, Lilia Santos; LOUSADA, Eliane; MACHADO, Anna Raquel. Planejar gêneros acadêmicos . São Paulo - SP: Parábola Editorial, 2005.					
3 - HENDGES, Graciela Rabuske; MOTTA-ROTH, Désirée. Produção textual na universidade . São Paulo - SP: Parábola Editorial, 2010.					
Bibliografia Complementar:					
1 - CINTRA, Luiz Filipe Lindley; CUNHA, Celso Ferreira da. Nova gramática do português contemporâneo (atualizada) . Rio de Janeiro - RJ: Nova Fronteira, 2012.					
2 - FARACO, Carlos Alberto. Prática de texto: língua portuguesa para estudantes universitários . Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2001.					
3 - GARCIA, Othon M. (Othon Moacyr). Comunicação em prosa moderna . São Paulo - SP: Ed. FGV, 2007.					
4 - KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luis Carlos. Texto e coerência . São Paulo - SP: Cortez Autores Associados, 2002.					
5 - LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico . São Paulo - SP: Atlas, 2003.					

LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DO CAMPO					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
Legislação da Educação Básica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96). Regulamentação educacional a partir da Base Nacional Comum Curricular (Lei 13.145/2017). O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90) e direitos educacionais					

de crianças e jovens. Política Nacional para a Educação do Campo e suas especificidades (Lei 7352/2010). Marcos Normativos para a Educação do Campo.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - **Constituição Federal**. Brasília: Ed. Foco, 2022.
- 2 - BRASIL. Presidência da República: **Decreto nº 7352 de 4/11/2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional da Reforma Agrária**. Brasília, 2010.
- 3 - BRZEZINSKI, Iria. **LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 2003.
- 4 - FERREIRA, L. A. **O Estatuto da Criança e do adolescente e o professor: reflexos na sua formação e atuação**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 2008.

Bibliografia Complementar:

- 1 - ANTUNES-ROCHA, Maria Izabel; MARTINS, A. A. **Educação do Campo: desafios para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- 2 - BEZERRA NETO, L; BEZERRA, M. C. S. **Educação para o campo em discussão: subsídios para o Programa Escola Ativa**. São José - SP: Premier, 2011.
- 3 - CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil: leitura crítica compreensiva artigo a artigo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- 4 - ADRIÃO, Thereza; PORTELA DE OLIVEIRA, Romualdo. **Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades**. São Paulo: Xama, 2007.
- 5 - SAVIANI, Dermeval. **A Nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1997.
- 6 - BRASIL. **Educação do Campo: Marcos Normativos**. Brasília: MEC, 2012.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	-	-	60	Obrigatória

Ementa

Abordagem da ciência psicológica quanto à constituição da subjetividade, do desenvolvimento, da aprendizagem, da transformação e das dificuldades de aprendizagem. Pressupostos da Educação Especial. Políticas públicas de atendimento aos portadores de necessidades especiais. Inclusão escolar.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - CARRARA, Kester. **Introdução à psicologia da educação: seis abordagens.** *São Paulo: Editora Avercamp, 2004.

2 - COOL, C. ; PALACIOS, J. ; MARCHESIS, A. (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar.** 2 ed. *Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

3 - VIGOTSKI, L. S. ; LURIA, A. R. ; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone Editora, 2001.

Bibliografia Complementar:

1 - OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. **Saberes, imaginários e representações na educação especial: a problemática ética da "diferença" e da exclusão social.** *Petrópolis - RJ: Vozes, 2005.

2 - CRUZ, N; FONTANA, R. **Psicologia e trabalho pedagógico.** São Paulo: Atual, 1997.

3 - DAVIDOFF, L. L. **Introdução à Psicologia.** São Paulo: Makron Books, 2006.

LINGUAGEM MUSICAL III – Percepção, preparação vocal e canto coletivo

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	30	15	-	60	Obrigatória

Ementa

Musicalização e aprendizagem musical por meio do canto e da voz. Prática do canto coletivo. Princípios básicos da técnica vocal aplicada ao desenvolvimento vocal individual e grupal. Repertório de canções contemplando diferentes estilos musicais, com possibilidade de diferentes acompanhamentos. Leitura nas claves de sol e fá. Prática da voz cantada direcionada ao futuro professor do ensino fundamental e médio. O regente coral como educador musical.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - DINVILLE, C. **A técnica da voz cantada.** Rio de Janeiro-RJ: Enelivros, 1993.

2 - BAÊ, Tutti; MARSOLA, Mônica. **Canto, uma expressão: princípios básicos de técnica vocal.** São Paulo-SP: Irmãos Vitale, 2000.

3 - MATHIAS, Nelson. **Coral, um canto apaixonante.** Brasília-DF: Musimed, 1986.

Bibliografia Complementar:

1 - BAÊ, Tutti; PACHECO, Claudia. **Canto: equilíbrio entre corpo e som.** Rio de Janeiro: Irmãos Vitale, 2006.

2 - BARBOSA, Maria Clara; BARBOZA, Sérgio; LAGO, Manoel Aranha Corrêa do. **Heitor Villalobos: Guia Prático para a educação artística e musical**. Rio de Janeiro-RJ: ABM FUNARTE, 2009.

3 - OITÍCICA, Vanda. **O bê-a-bá da técnica vocal**. Brasília-DF: Musimed, 1992.

4 - BAÊ, Tutti. **Equilíbrio entre corpo e som:: princípios da filosofia vocal**. São Paulo-SP: Irmãos Vitale, 2011.

5 - ASSUNPÇÃO, Sheila. et al; FRANÇA, Patrícia. **Canto, canção e cantoria:: como montar um coral infantil**. São Paulo-SP: SESC São Paulo, 1997.

LABORATÓRIO DE DESENHO E GRAVURA

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	45	-	-	60	Obrigatória

Ementa

Conhecimento e utilização dos principais materiais, instrumentos e suportes para as práticas em Desenho. Esboço e Arte final - enquadramento, perspectiva, proporção, volume e faturas. A linha como estrutura da ideia e a gestualidade. Desenho de observação, memória e imaginação. Conceito e história da gravura: aspectos técnicos e estéticos. Processos da gravura: preparação do projeto e matriz; entintagem e impressão. Práticas de Gravura: Monotipia, Xilogravura, técnicas alternativas e experimentais de gravura. Pintura e Gravura e processos formativos em Artes Visuais.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - DERDYK, Edith. **Formas de pensar o desenho: desenvolvimento do grafismo infantil**. 1. São Paulo: Scipione, 1994.

2 - DERDYK, Edith. **O desenho da figura humana**. 1. São Paulo: Scipione, 1995.

3 - FAJARDO, Elias. **O que é, o que é gravura?**. 1. Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 1999.

Bibliografia Complementar:

1 - BARBOSA, Ana Mae. **Redesenhando o desenho: educadores, política e história**. 1. São Paulo: Cortez, 2015.

2 - WONG, Wucius. **Princípios da forma: desenho bi e tridimensional**. 1. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

3 - EDWARDS, Betty. **Desenhando com o artista interior**. 1. São Paulo: Claridade, 2002.

4 - DUTRA PILLAR, Analice. **Desenho e escrita como sistema de representação..** 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

5 - PARRAMON, José Maria. **Luz e sombra no desenho e pintura**. 1. Madrid: Parramon, 1997.

ALTERNÂNCIA PEDAGÓGICA E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS III

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
-	-	-	60	60	Obrigatória

Ementa

Articulação entre teoria e prática no processo de formação docente. Planejamento, realização e avaliação das atividades/ ações desenvolvidas nas comunidades integradoras. Reflexão e práxis relativas ao Tempo- espaço Universidade e Tempo- espaço Comunidade. Ações extensionistas voltadas à Área Temática III (Resolução n.º 5, de 02 de setembro de 2020): direitos humanos e justiça. Linhas: direitos individuais e coletivos; organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- 2 - GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância**. Editora Vozes, 2007.
- 3 - PAGLIA, Edmilson Cezar, et al. **Práticas pedagógicas em educação do campo**. Matinhos: UFPR Litoral, 2009.

Bibliografia Complementar:

- 1 - ROSELI, Ana; SANTOS, Wilson Rogério. **Práticas musicais da extensão na Universidade Federal do Tocantins**. Palmas, TO: EDUFT, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2564>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- 2 - GUERSON, Milena; SILVA, Hertha T. **Artes Visuais na Educação do Campo: contextos, tramas e conexões**. Palmas - TO: EDUFT, 2018.
- 3 - MOURA, Silvia Adriane T. de. **Nas Palmas da Capoeira: resistência cultural pela Chapada dos Negros em Arraias/TO (1984 a 2012)**. 1ª ed. Goiânia - GO: Kelps, 2017.

4º Período

DIDÁTICA GERAL

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	-	-	60	Obrigatória

Ementa

Compreensão dos fundamentos epistemológicos da didática, de seu papel na formação do professor, da sua importância para o planejamento didático e a organização do trabalho docente. A prática docente frente às novas tecnologias aplicadas ao ensino. Didática, identidade e profissionalização docente.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - CANDAU, Vera Maria. **A didática em questão**. 18ª ed. Petrópolis - RJ: Ed. Vozes, 2000.
- 2 - FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas - SP: Editora Papyrus, 1988.
- 3 - IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo - SP: Cortez Autores Associados, 2001.

Bibliografia Complementar:

- 1 - BRZEZINSKI, Iria. **Profissão professor: identidade e profissionalidade docente**. Brasília - DF: Plano editora, 2002.
- 2 - FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da Didática**. Campinas - SP: Editora Papyrus, 1995.
- 3 - HAYDT, Regina Celia C. **Curso de didática geral**. 8ª ed. São Paulo - SP: Atica, 2011.
- 4 - CORDEIRO, Jaime. **Didática**. 2ª ed. São Paulo - SP: Contexto, 2010.
- 5 - LIBANEO, Jose Carlos. **Didática..** São Paulo: Cortez, 2013.
- 6 - PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo - SP: Cortez Autores Associados, 1999.
- 7 - BEHRENS, Marilda Aparecida; MASETTO, Marcos T; MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. São Paulo - SP: Editora Papyrus, 2010.

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	-	-	60	Obrigatória

Ementa

Origens do pensamento filosófico: do mito à razão. O senso comum, a ciência e a Filosofia como saber reflexivo e crítico. Concepções Filosóficas da Educação. Relações entre Teorias Pedagógicas e as Teorias do Conhecimento. Natureza da atividade filosófica ligada à educação.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- 2 - ARISTÓTELES. **A Política**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- 3 - PLATÃO. **Escritos sobre Educação**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

Bibliografia Complementar:

- 1 - HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- 2 - NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- 3 - FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1992.
- 4 - RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2017.

LINGUAGEM MUSICAL IV - Percepção, preparação vocal e canto coletivo					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	30	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
Aprofundamento da disciplina anterior. Musicalização e aprendizagem musical por meio do canto e da voz. Prática do canto coletivo. Princípios básicos da técnica vocal aplicada ao desenvolvimento vocal individual e grupal. Repertório de canções contemplando diferentes estilos musicais, com possibilidade de diferentes acompanhamentos. Leitura nas claves de sol e fá. Prática da voz cantada e sua aplicação na atuação do professor de música atuando no ensino fundamental e médio.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - BAË, Tutti; MARSOLA, Mônica. Canto, uma expressão: princípios básicos de técnica vocal . São Paulo-SP: Irmãos Vitale, 2000.					
2 - MATHIAS, Nelson. Coral, um canto apaixonante . Brasília-DF: Musimed, 1986.					
3 - SILVA, Leandro. Canto coral: uma proposta para o ensino médio . Dissertação (Mestrado Profissional). Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas gerais, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/35981 . Acesso em: 31 ago. 2022.					
Bibliografia Complementar:					
1 - BAË, Tutti; PACHECO, Claudia. Canto: equilíbrio entre corpo e som . Rio de Janeiro: Irmãos Vitale, 2006.					
2 - DINVILLE, C. A técnica da voz cantada . Rio de Janeiro-RJ: Enelivros, 1993.					

3 - BARBOSA, Maria Clara; BARBOZA, Sérgio; LAGO, Manoel Aranha Corrêa do. **Heitor Villa-Lobos: Guia Prático para a educação artística e musical**. Rio de Janeiro-RJ: ABM FUNARTE, 2009.

4 - OITÍCICA, Vanda. **O bê-a-bá da técnica vocal**. Brasília-DF: Musimed, 1992.

5 - ASSUNPÇÃO, Sheila; FRANÇA, Patrícia. et al. **Canto Canção Cantoria:: como montar um coral infantil**. São Paulo-SP: SESC São Paulo, 1997.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	15	-	60	Obrigatória

Ementa

Concepções de educação e matrizes pedagógicas construídas ao longo da história do pensamento educacional. Elementos de algumas matrizes pedagógicas produzidas desde a concepção humanista-histórica. Estudo a partir do social, cultural e pedagógico de cada escola. Valorização do amplo campo de trabalho dos camponeses e dos direitos humanos na educação. Identidade e formação docente. Práxis educativa. Igualdade, diversidade e equidade no processo de ensino-aprendizagem. Articulação dos objetos do conhecimento, competências e habilidades no planejamento e avaliação.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - CHARLOT, Bernard. **a relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2013.
- 2 - FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 28°. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- 3 - PAGLIA, Edmilson Cezar, et al. **Práticas pedagógicas em educação do campo**. Matinhos: UFPR Litoral, 2009.
- 4 - SANTOME, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade**. Porto Alegre - RS: Artmed, 1998.
- 5 - TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis - RJ: Ed. Vozes, 2002.
- 6 - SOUZA, M. A. **Educação do campo:: propostas e práticas pedagógicas desenvolvidas**. Petrópolis - RJ: Ed. Vozes, 2006.
- 7 - LERENA, C. **Trabalho, educação e prática social**. Porto Alegre - RS: Artmed (Artes Medicas), 1991.

Bibliografia Complementar:

- 1 - FRIGOTTO, Gaudencio. **Educação e crise do trabalho:: perspectivas de final de século.** Petrópolis - RJ: Ed. Vozes, 1998.
- 2 - BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura..** Campinas: Mercado das Letras, 2002.
- 3 - BRUNER, J. **A cultura da educação.** Porto Alegre - RS: Artmed (Artes Medicas), 2001.
- 4 - VALLE, L. **Os Enigmas da Educação.** Belo Horizonte - MG: Autêntica Editora, 2012.
- 5 - BRASIL, Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. 1.** Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

LABORATÓRIO DE EXPRESSÕES TRIDIMENSIONAIS

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	45	-	-	60	Obrigatória

Ementa

Processos criativos e elementos da linguagem tridimensional. Estratégias de produção tridimensional: construção, composição, apropriações, montagem e intervenção. Estudos de materiais. Práticas coletivas, meio ambiente e produção artística.

Bibliografia**Bibliografia Básica:**

- 1 - DALGLISH, Lalada. **Noivas da seca: cerâmica popular do Vale do Jequitinhonha.** São Paulo: Ed. da UNESP, 2006.
- 2 - LAINO CÂNDIDO, Suzana. **Formas num mundo de formas.** São Paulo: Moderna, 1997.
- 3 - TUCKER, Willian. **A linguagem da escultura.** São Paulo: Cosac & Naify, 1999.

Bibliografia Complementar:

- 1 - MILLIET, Maria Alice. **Lygia Clark: obra-Trajeto.** São Paulo: Edusp, 1992.
- 2 - DRAPER, Jean. **Stitch and pattern: design and technique for pattern textile art.** Londres: Batsford, 2018.
- 3 - BARBÉ, Karen. **Colour confident stitching.** Londres: Pimpernel Press Ltd, 2017.
- 4 - BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- 5 - MIDGLEY, Barry. **Guía completo de escultura, modelado y cerâmica: técnicas e materiais.**

Barcelona: Herman Blume, 1982.

ALTERNÂNCIA PEDAGÓGICA E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS IV

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
-	-	-	60	60	Obrigatória

Ementa

Articulação entre teoria e prática no processo de formação docente. Aperfeiçoamento das ações desenvolvidas nas comunidades integradoras. Reflexão e práxis relativas ao Tempo- espaço Universidade e Tempo- espaço Comunidade. Ações extensionistas voltadas à Área Temática IV (Resolução n.º 5, de 02 de setembro de 2020): Educação. Linhas da extensão universitária (Política Nacional de Extensão): metodologias e estratégias de ensino e aprendizagem; mídias e artes.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância**. Editora Vozes, 2007.

2 - PRAXEDES, Walter; ROSSATO, Geovanio. **Fundamentos da educação do campo: história, legislação, identidades camponesas e pedagogia**. *Edições Loyola, 2015.

3 - MOURA, S. A. T; SALES, S. S; KHIDIR, K. S. **Educação do Campo e Pesquisa: políticas, práticas e saberes em questão**. *Goiânia, GO: Kelps, 2016.

Bibliografia Complementar:

1 - SILVA, Cícero da. et. al. **Educação do Campo, Artes e Formação Docente**.. Palmas / TO, 2016.

2 - ROSELI, Ana; SANTOS, Wilson Rogério. **Práticas musicais da extensão na Universidade Federal do Tocantins**. Palmas, TO: EDUFT, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2564>. Acesso em: 31 ago. 2022.

3 - ARAÚJO, Gilberto Paulino de; COELHO, George L. S. **Educação do campo e cidadania no brasil contemporâneo**. Palmas, TO: EDUFT, 2018.

INSTRUMENTO ELETIVO I

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	30	15	-	60	Obrigatória

Ementa

Introdução às habilidades funcionais para a prática do instrumento. Escolha (por parte do

estudante) de um instrumento dentro das três opções: Violão I; Teclado I ou Flauta-doce I.
Bibliografia
Bibliografia Básica:
Bibliografia Complementar:

5º Período

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	15	-	60	Obrigatória
Ementa					
Abordagem do processo de Avaliação na Educação Básica, em nível teórico e prático, bem como da prática avaliativa e dos mecanismos de exclusão: reprovação, repetência e evasão. Procedimentos e instrumentos da avaliação da aprendizagem.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - HAIDT, R. C. C. Avaliação do processo ensino-aprendizagem. São Paulo - SP: Ed. Atica, 1994.					
2 - LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1998.					
3 - HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do caminho. Porto Alegre - RS: Editora Mediação, 2001.					
Bibliografia Complementar:					
1 - FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 28 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.					
2 - FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Paz e Terra, 2000. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 2000.					
3 - GURGEL, C. R. Referência para avaliação da aprendizagem: perspectiva de formação docente. Fortaleza - CE: Ed. UFC, 2002.					
4 - HOFFMANN, Jussara. Avaliação mito e desafio: uma perspectiva construtiva. Porto Alegre - RS: Educação e Realidade, 1991.					

GESTÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:

30	-	30	-	60	Obrigatória
Ementa					
Fundamentos teóricos e metodológicos da gestão democrática e seus mecanismos de mobilização, representação e contestação. Processo de inclusão e reconhecimento dos sujeitos do campo como detentores de identidade própria. Modelo de desenvolvimento do campo que se contraponha ao modelo hegemônico de educação. Pressupostos científicos para implementação democrática do projeto político-pedagógico em escolas do campo. Construção/reformulação, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar. Campinas: Autores Associados, 1998.					
2 - FERREIRA DE OLIVEIRA, João; SEABRA TOSCHI, Mirza. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2009.					
3 - LIBANEO, Jose Carlos. Organização e gestão da escola. Goiânia: Alternativa, 2001.					
Bibliografia Complementar:					
1 - BEISIEGEL, Celso de Rui. A política de educação de jovens e adultos analfabetos no Brasil: In OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). Gestão Democrática de educação. Petrópolis: Vozes, 1997.					
2 - FREITAS, MARIA ISABEL. C. de; LOMBARDO, A. Universidade e Comunidade na Gestão do Meio Ambiente. Rio Claro-SP: Associação de Geografia Teórica – AGETEO, 2000.					
3 - CALDART, Roseli Salete et al. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.					
4 - ARROYO, Miguel G; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. Por uma educação do campo. Editora Vozes, 2011.					

HISTÓRIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	30	-	75	Obrigatória
Ementa					
Apreciação e reflexão sobre o panorama histórico da música popular brasileira de suas origens à atualidade, considerando a diversidade de gêneros e manifestações, com enfoque especial nas músicas ligadas ao contexto do campo, mas também considerando as manifestações musicais urbanas. Deverão ser estudadas tanto as músicas e correntes mais ligadas e presentes na mídia, como as manifestações com menor apelo comercial, mas com o mesmo grau de importância. Estudo					

das perspectivas que a História da Música Popular Brasileira pode oferecer para o aluno-professor na educação musical em diferentes contextos.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - MARIZ, Vasco. **História da música no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2000.
- 2 - SEVERIANO, Jairo. **Uma história da música popular brasileira: das origens à modernidade**. 3. ed. São Paulo, SP: Editora 34, 2013.
- 3 - KIEFER, Bruno. **Raízes da música popular brasileira: da modinha e lundú ao samba**. Porto Alegre-RS: Movimento, 2013.

Bibliografia Complementar:

- 1 - MORAES, José G. V; SALIBA, Elias T. **História e Música no Brasil**. São Paulo-SP: Alameda, 2010.
- 2 - NAPOLITANO, Marcos. **História & Música: História cultural da música popular**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2002.
- 3 - TINHORÃO, José Ramos. **História social da música popular brasileira**. 2. ed. São Paulo, SP: Editora 34, 2010.
- 4 - TINHORÃO, José Ramos. **Os sons dos negros no Brasil: cantos, danças, folguedos: origens**. São Paulo, SP: Editora 34, 2008.
- 5 - MASCARENHAS, Mário. **O melhor da música popular brasileira**. São Paulo-SP: Irmãos Vitale, 1982.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
-	-	-	-	60	Obrigatória

Ementa

Abordagem do processo de formação e a trajetória da profissionalização docente e suas instâncias constitutivas, além de laboratório e oficinas de planejamento, ação docente e avaliação, construção de materiais didáticos, utilização das novas tecnologias em educação.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores**. 11 ed. *São Paulo: Cortez, 2012.
- 2 - TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 2 ed. *Petrópolis - RJ: Ed.

Vozes, 2002.

3 - VEIGA, I. P. A; AMARAL, A. L. (Orgs.). **Formação de professores: políticas e debates.** *Campinas, SP: Papyrus, 2002.

Bibliografia Complementar:

1 - ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar.** *Porto Alegre: Artmed, 1998.

2 - ALARCÃO, Isabel. (Org.) **Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão.** *Porto - Portugal: Porto Editora, 1996.

3 - LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e Docência.** 5 ed. *São Paulo: Cortez, 2004.

TÓPICOS ESPECIAIS EM ARTES VISUAIS, CULTURA E EDUCAÇÃO

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
-	-	-	45	45	Obrigatória

Ementa

Ampliação e aprofundamento de conhecimentos e especificidades destes por meio do tripé das práticas artísticas, pedagógicas e culturais, fundamentadas em teorias e estudos de salvaguarda de patrimônios materiais e imateriais, mitologias, movimentos e coletivos, bem como na promoção da valorização e diversidade cultural. Ações extensionistas voltadas às Áreas Temáticas II e IV (Resolução n.º 5, de 02 de setembro de 2020): cultura e arte; educação. Linha da extensão universitária (Política Nacional de Extensão): Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - CHARTIER, Roger. **Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico.** Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1995.

2 - CAMPOS, Yussef; KRENAK, Ailton. **Lugares de origem.** São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

3 - LARROSA, Jorge. **Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas.** 6 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

Bibliografia Complementar:

1 - CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.** 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

2 - BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno.** São Paulo: Zahar, 2013.

3 - CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.**

4 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

4 - FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo - SP: Ubu Editora, 2020.

5 - GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo - SP: Companhia das Letras, 1990.

LABORATÓRIO DE FOTOGRAFIA

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	30	15	-	60	Obrigatória

Ementa

A história da fotografia. Relações entre arte e fotografia em suas implicações técnicas, estéticas e conceituais. Composição fotográfica. Produção, análise e conceituação da imagem fotográfica. Novas mídias e seus desdobramentos na estética contemporânea.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

2 - DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico**. 8 ed. Campinas: Papirus, 2003.

3 - FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

Bibliografia Complementar:

1 - ADAMS, Ansel. **A Câmera**. 4 ed. São Paulo: SENAC, 2000.

2 - BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

3 - BUSSELLE, Michael. **Tudo sobre fotografia**. São Paulo: Pioneira, 1999.

4 - COSTA, Helouise; RODRIGUES DA SILVA, Renato. **A fotografia moderna no Brasil**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

5 - JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas: Papirus, 2005.

INSTRUMENTO ELETIVO II

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	30	15	-	60	Obrigatória

Ementa

Estudo da técnica básica do instrumento. Orientação para a utilização do instrumento na prática da educação musical em contextos variados. Escolha (por parte do estudante) de um instrumento dentro das três opções: Violão II; Teclado II ou Flauta-doce II.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

Bibliografia Complementar:

6º Período

ALTERNÂNCIA PEDAGÓGICA E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS V

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
-	-	-	45	45	Obrigatória

Ementa

Articulação entre teoria e prática no processo de formação docente. Aperfeiçoamento das ações desenvolvidas nas comunidades integradoras. Reflexão e práxis relativas ao Tempo-espaço Universidade e Tempo-espaço Comunidade. Ações extensionistas voltadas à Área Temática VIII (Resolução n.º 5, de 02 de setembro de 2020): Trabalho. Linhas da extensão universitária (Política Nacional de Extensão): gestão do trabalho; emprego e renda; formação de professores.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância**. Editora Vozes, 2007.

2 - PRAXEDES, Walter; ROSSATO, Geovanio. **Fundamentos da educação do campo: história, legislação, identidades camponesas e pedagogia**. Edições Loyola, 2015.

3 - KHIDIR, K. S; MOURA, S. A. T; SALES, S. S. **Educação do Campo e Pesquisa: políticas, práticas e saberes em questão**. Goiânia, GO: Kelps, 2016.

Bibliografia Complementar:

1 - SILVA, Cícero da et al. **Educação do Campo, Artes e Formação Docente**. Palmas -TO: EDUFT, 2016.

2 - SANTOS, Ana Roseli Paes dos; SANTOS, Wilson Rogério dos. **Práticas musicais da extensão na Universidade Federal do Tocantins**. Palmas, TO: EDUFT, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2564>. Acesso em: 31 ago. 2022.

3 - ARAÚJO, Gilberto Paulino de; COELHO, George L. S. **Educação do campo e cidadania no Brasil contemporâneo**. Palmas - TO: EDUFT, 2018.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	-	-	60	Obrigatória

Ementa

Levantamento bibliográfico, elaboração e defesa de projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo - SP: Atlas, 2009.
- 2 - LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo - SP: Atlas, 2007.
- 3 - HENDGES, Graciela Rabuske; MOTTA-ROTH, Désirée. **Produção textual na universidade**. São Paulo - SP: Parábola Editorial, 2010.

Bibliografia Complementar:

- 1 - CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo - SP: Cortez Autores Associados, 2003.
- 2 - FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo - SP: Cortez Autores Associados, 2002.
- 3 - FEIJÓ, Ricardo. **Metodologia e filosofia da ciência**. São Paulo - SP: Atlas, 2002.
- 4 - FREITAS, Maria Teresa; JOBIM, Solange Souza; KRAMER, Sonia. **Ciências humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin**. São Paulo - SP: Cortez Autores Associados, 2003.
- 5 - SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo - SP: Cortez Autores Associados, 2000.

METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO MUSICAL

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	15	-	60	Obrigatória

Ementa

Estudo das principais linhas pedagógicas e dos principais conceitos da metodologia aplicados ao ensino da música. Educação Musical contemporânea: funções e tendências. Concepção de planos de aulas e confecção de material didático para a prática pedagógico-musical. Vivência de atividades de iniciação musical levando em consideração a aplicação dos métodos ativos. Estratégias práticas de musicalização, formação e alfabetização musical.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - FONTERRADA, Marisa Trench de Oliveira. **De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação.** *São Paulo-SP: UNESP, 2005.
- 2 - ILARI, Beatriz; MATEIRO, Teresa. **Pedagogias em educação musical.** Curitiba - PR: IBPEX, 2013.
- 3 - SANCHES, Melina. **Vivências em Educação Musical.** São Carlos-SP: EDUFSCAR, 2009.

Bibliografia Complementar:

- 1 - CAMPOS, Moema C. **A educação musical e o novo paradigma.** Rio de Janeiro-RJ: Enelivros, 2000.
- 2 - ELLIOTT, David J. **Music Matters: a new philosophy of music education.** New York: Oxford University, 1995.
- 3 - FRANÇA, Cecília Cavalieri; MARES, Rosa Lúcia. **Jogos Pedagógicos para Musicalização.** Belo Horizonte-MG: Ed. UFMG, 2006.
- 4 - PENNA, Maura. **Música(s) e seu ensino.** Porto Alegre-RS: Sulina, 2010.
- 5 - SOUZA, Jusamara. **Aprender e ensinar música no cotidiano.** Porto Alegre, RS: Sulina, 2012.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
-	-	-	-	90	Obrigatória

Ementa

Abordagem do Projeto de Estágio. Realização do estágio observacional escolar no ensino fundamental e médio.

Bibliografia**Bibliografia Básica:**

- 1 - CUNHA, M. I. **O Bom Professor e sua Prática.** 16.^a ed. *Campinas: Papyrus, 2004.
- 2 - PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática?.** 11 ed. *São Paulo: Cortez, 2018.
- 3 - ALVES, Nilda. (Org.). **Formação de Professores: pensar e fazer.** *9 Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia Complementar:

- 1 - LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 2 ed. *São Paulo: Cortez, 2013.

2 - ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Ática, 2004.

3 - HAYDT, Regina Celia C. **Curso de didática geral**. 8ª ed. São Paulo - SP: Atica, 2011.

LABORATÓRIO DE PINTURA

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	45	-	-	60	Obrigatória

Ementa

Conhecimento e utilização dos principais materiais, instrumentos e suportes para as práticas em Pintura (guache, aquarela, têmperas, vinílicas e acrílicas) - características e faturas. A espacialidade da tela, composição e perspectiva. Teoria da cor e produção de escalas cromáticas. As dimensões da representação e da abstração na criação pictórica. Elaboração de projetos teórico-práticos em Pintura.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - MAYER, Ralph. **Manual do artista: de técnicas e materiais**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- 2 - GOETHE, Johann Wolfgang von. **Doutrina das cores**. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 1996.
- 3 - ALBERS, Josef. **Interação da cor**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2021.

Bibliografia Complementar:

- 1 - RIED MILLER BARROS, Lilian. **A cor no processo criativo**. São Paulo: SENAC, 2006.
- 2 - HARISSON, Hezel; TATE, Elizabeth. **Manual de técnicas de pintura**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- 3 - GIANNOTI, Marco. **Reflexões sobre a cor**. São Paulo: Edusp, 2021.
- 4 - GUIMARÃES, Maria Luiza; MOTTA, Edson. **Iniciação à pintura**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.
- 5 - LICHTENSTEIN, Jacqueline. **A cor eloquente**. São Paulo: Siciliano, 1994.

EDUCAÇÃO (DO) SENSÍVEL, PESQUISAS E ABORDAGENS NO ENSINO DAS ARTES VISUAIS

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	15	-	60	Obrigatória

Ementa

Estudo das principais linhas pedagógicas, filosóficas e conceitos aplicados ao ensino das Artes Visuais em espaços de educação formal e não-formal. Novos métodos e práticas artísticas fundamentados nos usos de tecnologias, demandas do século XXI e intercâmbios culturais.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - DUARTE JUNIOR, João-Francisco. **O sentido dos sentidos: a educação (do) sensível.** Curitiba: Criar editora, 2004.

2 - ALVES, Rubem. **Educação dos Sentidos e mais.** Campinas, SP: Verus, 2010.

3 - MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene. **Processos e práticas de pesquisa em cultura visual e educação.** Santa Maria: UFSM, 2013.

Bibliografia Complementar:

1 - BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane. **Arte/Educação como mediação cultural e social.** São Paulo: UNESP, 2009.

2 - MARQUES CARVALHO, Lívia. **O ensino de artes em ONG's.** São Paulo: Cortez, 2008.

3 - DUARTE JUNIOR, João-Francisco. **A montanha e o videogame.** Campinas: Papyrus, 2010.

4 - BRITTES, Blanca; TESSLER, Elida. **O meio como ponto zero: metodologia da pesquisa em artes plásticas.** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2002.

5 - CINTRA DA SILVA, Silvia Maria. **A Constituição Social do Desenho da Criança.** Campinas: Mercado das Letras, 2002.

INSTRUMENTO ELETIVO III

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	30	15	-	60	Obrigatória

Ementa

Aprofundamento das habilidades funcionais para a prática do instrumento. Orientação para a utilização do instrumento na prática da educação musical em contextos variados. Escolha de um instrumento dentro das três opções: Violão III; Teclado III ou Flauta-doce III.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

Bibliografia Complementar:

LIBRAS					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
Aspectos clínicos, educacionais e socioantropológicos da surdez. A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe. Tradução em Libras/ Português. Desenvolvimento da expressão visual- espacial. Noções básicas da Língua Brasileira de Sinais.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - CAPOVILLA, F. C; RAPHAEL, W. D. Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira . São Paulo, 2006.					
2 - GOES, M. C. R. Linguagem, surdez e educação . Campinas: Autores Associados, 1996.					
3 - QUADROS, R. M. ; KARNOPP, L. B. Língua Brasileira de Sinais: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.					
Bibliografia Complementar:					
1 - CAPOVILLA, F. C. ; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais . Volume 1. *São Paulo-SP: EDUSP, FABESP, Fundação Vitae, FENEIS, BRASIL TELECOM, 2001.					
2 - CAPOVILLA, F. C. ; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais . Volume 2. *São Paulo: EDUSP, FABESP, Fundação Vitae, FENEIS, BRASIL TELECOM, 2001.					
3 - FELIPE, T. A. Libras em contexto: curso básico: livro do estudante . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.					

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
-	-	-	-	120	Obrigatória
Ementa					
Desenvolver as atividades práticas de estágio com acompanhamento e orientação do professor supervisor, focando a regência para o ensino de artes Visuais nas escolas de ensino fundamental e médio, assim como em contextos não- formais (não escolares). Leituras relacionadas ao assunto. Planejamento de aulas. Elaboração e apresentação do relatório de estágio.					
Bibliografia					

Bibliografia Básica:

1 - DUARTE JUNIOR, João-Francisco. **O sentido dos sentidos: a educação (do) sensível.** Curitiba: Criar editora, 2004.

2 - HERNÁNDEZ, Fernando. **Cultura Visual, mudança educativa e projeto de trabalho.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

3 - DUTRA PILLAR, Analice. **A educação do olhar no ensino das artes.** 8º ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

Bibliografia Complementar:

1 - NOVAES, Adauto. **O olhar.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

2 - BELLICO DA COSTA, Anna Edith; DE MATOS COELHO, Maria Inês. **A educação e a formação humana: tensões e desafios na contemporaneidade.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

3 - FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

4 - OSTROWER, Fayga. **Criatividade e processos de criação.** Petrópolis: Vozes, 1986.

5 - MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2011.

ESTÉTICA E POÉTICA CAMPONESA

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	30	-	-	60	Obrigatória

Ementa

Mística e movimento social: conceitos e práticas. Constituição simbólica do homem e da mulher camponês/a. Abordagens midiáticas em interface com a estética e poética camponesa. Saberes e fazeres camponeses e da terra, religiosidade e manifestações culturais.

Bibliografia**Bibliografia Básica:**

1 - ASSARÉ, Patativa do. **Cante lá que eu canto cá: filosofia de um trovador nordestino.** Rio de Janeiro - RJ: Ed. Vozes, 2008.

2 - ALVES MARTINS, Aracy; DA SILVA CARVALHO, Cristiene Adriana. **Práticas artísticas do campo.** Belo Horizonte - MG: Autêntica Editora, 2016.

3 - TOLENTINO, Célia Aparecida Ferreira. **O rural no cinema brasileiro.** São Paulo - SP: Ed. da UNESP, 2001.

Bibliografia Complementar:

- 1 - ALMEIDA, Angela. **Estética do Sertão**. Natal - RN: EDUFRRN - UFRN, 2009.
- 2 - BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo - SP: Brasiliense, 1983.
- 3 - BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os deuses do povo: um estudo sobre a religião popular**. Uberlândia - MG: EdUFU, 2007.
- 4 - GUERSON, Milena; SILVA, Hertha T. **Artes Visuais na Educação do Campo: contextos, tramas e conexões**. Palmas - TO: EDUFT, 2018.
- 5 - WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília - DF: Ed. da UnB, 1997.

ARTES E CULTURA VISUAL

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	15	15	-	60	Obrigatória

Ementa

Imagens, significados e contextos. Interpretação crítica da arte e da imagem. Construção social e cultural da visão e das visualidades.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - ALLOA, Emmanuel. **Pensar a imagem**. São Paulo: Editora Autêntica, 2015.
- 2 - BERGER, John. **Modos de ver**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- 3 - HERNÁNDEZ, Fernando. **Catadores da Cultura Visual: proposta para uma nova narrativa educacional**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

Bibliografia Complementar:

- 1 - BOURRIAUD, Nicolas. **Pós-produção: como a arte reprograma o mundo contemporâneo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- 2 - JOLY, Martine. **A imagem e sua interpretação**. Lisboa: Ed. 70, 2017.
- 3 - MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene. **Educação da cultura visual: narrativas de ensino e pesquisa**. Santa Maria: UFSM, 2009.
- 4 - DIAS, Belidson; IRWIN, Rita L. **Pesquisa educacional baseada em arte: a/r/tografia**. Santa Maria: UFSM, 2013.
- 5 - MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene. **Processos e práticas de pesquisa em cultura visual e educação**. Santa Maria: UFSM, 2013.

OPTATIVA I					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	30	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
Escolha de uma disciplina relacionada à Música e que esteja sendo oferecida no semestre: Prática de ensino de Música na Educação Básica; Metodologia da pesquisa em música; Regência e formação de grupos musicais; Introdução à etnomusicologia; Educação musical e narrativas da multiculturalidade.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
Bibliografia Complementar:					

8º Período

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	-	-	60	Obrigatória
Ementa					
Desenvolvimento do projeto de pesquisa. Prática de coleta de dados, experimentação e análise. Elaboração e apresentação da monografia.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - FEIJÓ, Ricardo. Metodologia e filosofia da ciência . São Paulo - SP: Atlas, 2003.					
2 - LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da Metodologia Científica . São Paulo - SP: Atlas, 2007.					
3 - SANTOS, Antonio Raimundo dos. Metodologia Científica:: a Construção do Conhecimento . Rio de Janeiro - RJ: Lamparina, 2008.					
Bibliografia Complementar:					
1 - ALARCÃO, Isabel; CARDOSO, Teresa; CELORICO, Jacinto Antunes. Revisão da literatura e sistematização do conhecimento . Porto - Portugal, 2010.					
2 - CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais . São Paulo - SP: Cortez Autores Associados, 2003.					
3 - FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Metodologia da pesquisa educacional . São Paulo - SP: Cortez Autores Associados, 2002.					

4 - DIONE, Jean; LAVILLE, Christian. **A construção do saber**. Belo Horizonte - MG: Ed. UFMG, 1999.

5 - MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina ED.PUCRS, 2015.

ARTE, EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	30	-	-	60	Obrigatória

Ementa

Relações entre ambiente e sociedade no mundo contemporâneo. Críticas ecológicas à lógica consumista e de maximização produtiva das sociedades modernas. Ética e desenvolvimento sustentável. Relações entre o ambiente e atores sociais. Arte e Educação para o desenvolvimento da consciência ambiental.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - MORAN, Emilio Frederico. **Meio ambiente e ciências sociais: interações homem-ambiente e sustentabilidade**. São Paulo, 2011.

2 - HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental**. Rio de Janeiro, 2009.

3 - REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2006.

Bibliografia Complementar:

1 - LOVELOCK, James. **A era de Gaia: uma biografia da nossa terra viva**. Portugal: Europa-América, 1998.

2 - MARTÍNEZ ALIER, Juan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização**. São Paulo: Contexto, 2007.

3 - GUERSON, Milena; SILVA, Hertha T. **Artes Visuais na Educação do Campo: contextos, tramas e conexões**. Palmas - TO: EDUFT, 2018.

EDUCAÇÃO VOCAL

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	15	30	-	60	Obrigatória

Ementa

Domínio da voz falada e do canto. Estudo e orientação sobre a utilização e manutenção da voz.

Funcionamento do aparelho fonador, fundamentos teóricos-científicos do fenômeno vocal.

Desenvolvimento da consciência corporal do aluno com relação à voz falada e cantada, com ênfase na construção de um repertório e voltada à instrumentalização do discente, dando suporte à sua atuação no ensino fundamental e médio.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - LOUZADA, Paulo da Silva. **As bases da educação vocal**. Rio de Janeiro-RJ: O livro médico, 1982.
- 2 - MELLO, Edemée Brandi de Souza. **Educação da voz falada**. São Paulo-SP: Atheneu, 1995.
- 3 - FERREIRA, L. P. **Trabalhando a voz**. São Paulo-SP: Summus, 1988.

Bibliografia Complementar:

- 1 - PERELLÓ, Jorge. **Canto-Dicci3n**. Barcelona: Editorial Científico Médica, 1975.
- 2 - BEHLAU, Mara. **Higiene vocal para o canto coral**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Revinter, 2009.
- 3 - SUNDBERG, Johan. **Ciência da voz: fatos sobre a voz na fala e no canto**. São Paulo-SP: Edusp, 2015.
- 4 - BAÊ, Tutti. **Equilíbrio entre corpo e som:: princípios da filosofia vocal**. São Paulo-SP: Irmãos Vitale, 2011.
- 5 - BAÊ, Tutti; MARSOLA, Mônica. **Canto, uma expressão: princípios básicos de técnica vocal**. São Paulo-SP: Irmãos Vitale, 2000.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
-	-	-	-	135	Obrigatória

Ementa

Desenvolver as atividades práticas de estágio, com acompanhamento e orientação do professor supervisor, focando a regência para a Educação Musical nas escolas de ensino fundamental e médio, assim como em contextos não-formais (não escolares). Leituras relacionadas ao assunto. Planejamento de aulas. Elaboração e apresentação do relatório de estágio.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - ALBINO, Ângela Alves; SILVA, Andreia Ferreira da. **BNCC e BNC da formação de professores**. São Paulo - SP: Retratos da Escola, 2019. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/966>. Acesso em: 29 ago. 2022.

2 - MATEIRO, Teresa; SOUZA, Jusamara. **Práticas de ensinar música**. Porto Alegre-RS: Sulina, 2009.

3 - UTUARI, Solange; et. al. **Por toda parte: Ensino Fundamental II**. São Paulo-SP: FTD, 2016.

Bibliografia Complementar:

1 - ILARI, Beatriz; MATEIRO, Teresa. **Pedagogias em educação musical**. Curitiba, PR: IBPEX, 2013.

2 - SWANWICK, Keith. **Ensinando música musicalmente**. São Paulo-SP: Moderna, 2003.

3 - PROTÁSIO, Nilceia; SHIOZAWA, Priscilla Harumi. **O estágio supervisionado na licenciatura em música e o desenvolvimento da autonomia**. Campo Grande-MS: Intermeio, 2017.

4 - BRASIL, Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. 1. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

5 - OLIVEIRA, R. G. **Estágio Curricular Supervisionado**. Paco Editorial, 2011.

6 - CUNHA, Sandra Mara da; MATEIRO, Teresa. **Estágios Curriculares Supervisionados em Música: uma aventura incerta**. Sala Virtual: ABEM, 2020.

Optativas

Prática de ensino de Música na Educação Básica					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	30	-	-	60	Optativa
Ementa					
Abordagem pedagógico-musicais aplicáveis à Educação Básica. Construção de instrumentos musicais para utilização em sala de aula, incluindo instrumentos alternativos feitos a partir de materiais recicláveis; elaboração e execução repertório para conjuntos de instrumentos alternativos. Elaboração e execução de projetos educacionais a serem aplicados na escola.					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
1 - BRITO, Teca de. Música na educação infantil: propostas para formação integral da criança . 3 ed. São Paulo: Peirópolis, 2006.					
2 - LOUREIRO, Alicia Maria. O ensino da música na escola fundamental . 4 ed. Campinas: Papyrus, 2003.					
3 - ILARI, Beatriz; MATEIRO, Teresa. Pedagogias em educação musical . Curitiba, PR: IBPEX,					

2013.

Bibliografia Complementar:

1 - ANDRÉS, Artur. **UAKTI: um estudo sobre a construção de novos instrumentos musicais acústicos**. Belo Horizonte: Com-Arte, 2005.

2 - JEANDOT, Nicole. **Explorando o universo da música**. 2 ed. São Paulo: Scipione, 1993.

3 - PENNA, Maura. **Música(s) e seu ensino**. Porto Alegre-RS: Sulina, 2010.

4 - SCHAFER, Murray. **A afinação do mundo**. São Paulo: UNESP, 2012.

Metodologia da pesquisa em música

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	30	-	-	60	Optativa

Ementa

Estudo da natureza e diferenciação dos paradigmas e desenhos de investigação. Definição dos instrumentos mais adequados à investigação em diversos contextos ligados à Música e à Educação Musical. Orientação e desenvolvimento de projeto de pesquisa, a partir das propostas criadas com a orientação dos professores de música.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - COUTINHO, Clara Pereira. **Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática**. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2013.

2 - LEVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

3 - DIÁZ, Maravillas. **Introducción a la investigación en Educación musical**. Madrid: Enclave Creativa, 2006.

Bibliografia Complementar:

1 - BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

2 - BIKLEN, Sari; BOGDAN, Robert. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Porto Editora, 2010.

3 - FREIRE, Vanda B. **Horizontes da pesquisa em Música**. Rio de Janeiro-RJ: 7Letras, 2010.

--

Regência e formação de grupos musicais					
--	--	--	--	--	--

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	30	-	-	60	Optativa

Ementa					
--------	--	--	--	--	--

Formação e trabalho com conjuntos vocais e instrumentais em contextos escolares e não escolares. A regência como ferramenta para o educador musical. Os gestos convencionais da regência e o desenvolvimento de técnicas de condução de ensaios. Funções do educador musical no planejamento do trabalho em grupo, na aplicação de estratégias e na avaliação de resultados. Organização do repertório. Concepção e prática da produção de concertos didáticos.

Bibliografia					
--------------	--	--	--	--	--

Bibliografia Básica:

- 1 - MARTINEZ, Emanuel; et al. **Regência coral: princípios básicos**. Curitiba - PR: Dom Bosco, 2000.
- 2 - ROCHA, Ricardo. **Regência: uma arte complexa**. Rio de Janeiro: Ibis, 2004.
- 3 - SANTOS, Ana Roseli; SANTOS, Wilson R. **Educação musical na educação do campo: outras epistemologias**. Palmas: EDUFT, 2018.

Bibliografia Complementar:

- 1 - ZANDER, Oscar. **Regência Coral**. Porto Alegre-RS: Movimento, 2001.
- 2 - FIGUEIREDO, Sérgio L. **O ensaio coral como momento de aprendizagem: a prática coral numa perspectiva de educação musical**. Dissertação (Mestrado em Música: Educação musical). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: UFRS, 1990.
- 3 - MULLER, V.B. Ações sociais em educação musical : com que ética, para qual mundo?. **Revista da ABEM**. Porto Alegre, 2004. n.10, p. 53-58.

Introdução à etnomusicologia					
------------------------------	--	--	--	--	--

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	30	-	-	60	Optativa

Ementa					
--------	--	--	--	--	--

Trajatória da Etnomusicologia dentro dos contextos Estadunidense e Europeu e suas possíveis aproximações com a Educação Musical. Práticas etnográficas, mapeamento sonoro, vivencias

e produção de conhecimentos relacionados às sociedades indígenas e afrodescendentes no Brasil e em especial no estado do Tocantins.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - CAMARA DE LANDA, Enrique. **Etnomusicologia**. Madrid: ICCMU, 2003.
- 2 - BLACKING, John. **¿Hay música en el hombre?**. Madrid: Alianza, 2012.
- 3 - FRANCISCO, Cruces. **Las culturas musicales: lecturas de etnomusicologia**. Madrid: Trotta, 2002.

Bibliografia Complementar:

- 1 - SANTOS, Ana Roseli; SANTOS, Wilson R. **Educação musical na educação do campo: outras epistemologias**. Palmas: EDUFT, 2018.
- 2 - ANDRADE, Mario de. **Música de feitiçaria no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.
- 3 - LAPLANTINE, François. **A descrição etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

Educação musical e narrativas da multiculturalidade

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	30	-	-	60	Optativa

Ementa

Aproximações multiculturais a partir da Educação Musical, considerando três tipos de abordagem: insular, modificada e dinâmica. A Música como elemento de partida para a incorporação, no currículo escolar, de conteúdos provenientes de manifestações dos saberes tradicionais. Diálogo intercultural, desenvolvimento de novos padrões de apreciação e comportamento relacionados às Músicas e aos Povos do Mundo.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - ELLIOTT, David J. **Music Matters: a new philosophy of music education**. New York: Oxford University, 1995.
- 2 - CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. (Org.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 10. Petrópolis: Vozes, 2008.
- 3 - NASCIMENTO, Marco Antonio Toledo; STERVINO, Adeline Annelise Marie. **Ensino e**

aprendizagens musicais no mundo: formação, diversidade e currículo com ênfase na formação humana. Sobral, CE: Sobral Gráfica e Editora, 2018. Disponível em: <https://ciems.files.wordpress.com/2018/06/livro-ii-ciems.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.

Bibliografia Complementar:

- 1 - SOUSA, Maria do R. **Música, educação artística e interculturalidade.** Rio Tinto - Portugal: Lugar da Palavra, 2010.
- 2 - SWANWICK, Keith. **Ensinando música musicalmente.** São Paulo-SP: Moderna, 2003.
- 3 - WISNIK, José Miguel. **O som e o sentido: uma outra história das músicas.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2017.

Eletivaº Período

Instrumento Eletivo I - Violão I					
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	30	15	-	60	Eletiva
Ementa					
<p>Introdução às habilidades funcionais para a prática do instrumento. Postura corporal. Técnicas básicas de mão direita e esquerda. Leitura e compreensão do sistema de cifras e leitura de partitura musical.</p> <p>Estudo de repertório de diferentes estilos, gêneros e períodos. Orientação para a utilização do instrumento na prática da educação musical em contextos variados, especialmente os ligados ao ensino fundamental e médio.</p>					
Bibliografia					
Bibliografia Básica:					
<p>1 - CHEDIK, Almir. Dicionário de acordes cifrados: harmonia aplicada à música popular. São Paulo-SP: Irmãos Vitale, 1984.</p> <p>2 - PINTO, Henrique. Iniciação ao Violão. São Paulo-SP: Ricordi, 1978.</p> <p>3 - MORRIS, Bob; SCHMID, Will. Essential elements for guitar: comprehensive guitar method (v.1). Hal Leonard, 2005.</p>					
Bibliografia Complementar:					
<p>1 - BARRETO, Robson; TOURINHO, Cristina. Oficina de Violão. Salvador-BA: Quarteto, 2003.</p> <p>2 - GUEST, Ian. Harmonia: método prático. Rio de Janeiro-RJ: Lumiar, 2005.</p> <p>3 - PINTO, Henrique. Violão: um olhar pedagógico. São Paulo - SP: Ricordi Brasileira, 2005.</p>					

--

Instrumento Eletivo I - Teclado I					
-----------------------------------	--	--	--	--	--

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	30	15	-	60	Eletiva

Ementa					
--------	--	--	--	--	--

Considerações gerais sobre o instrumento abordando: posicionamento corporal; os principais valores das notas; sinais de dinâmica; nomenclatura das teclas brancas; tonalidades de C e G; claves de sol e fá. Repertório para o instrumento, explorando seus recursos como instrumento solo e acompanhador. Fundamentos do ensino do instrumento e do ensino em grupo enquanto ferramenta pedagógica para a educação musical em diferentes contextos, especialmente os ligados ao ensino fundamental e médio.

Bibliografia					
--------------	--	--	--	--	--

Bibliografia Básica:

- 1 - ADOLFO, Antonio. **Iniciação ao piano e teclado.** Rio de Janeiro-RJ: Lumiar, 1994.
- 2 - MASCARENHAS, Mário. **Método rápido para tocar teclado.** São Paulo-SP: Irmãos Vitale, 1991.
- 3 - MENDES, Adriana; SANTIAGO, Glauber Lúcio Alves. **Introdução ao Teclado: uma introdução à prática musical por meio do teclado.** São Carlos-SP: EDUFSCAR, 2012.

Bibliografia Complementar:

- 1 - SWANWICK, Keith. **Ensinando música musicalmente.** São Paulo-SP: Moderna, 2003.
- 2 - VERHAALLEN, Marion. **Explorando música através do teclado.** Porto Alegre-RS: Ed. UFRGS, 1989.
- 3 - FABER, Nancy; FABER, Randal. **Adult piano adventures all-in-one: piano course (v. 1).** Ann Arbor (MI): Faber, 2016.

Instrumento Eletivo I - Flauta-doce I					
---------------------------------------	--	--	--	--	--

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	30	15	-	60	Eletiva

Ementa					
--------	--	--	--	--	--

Estudo da técnica básica do instrumento com o objetivo de dar suporte técnico à execução

instrumental, utilização do instrumento e do ensino em grupo como ferramenta pedagógica para aulas de educação musical em contextos variados, especialmente os ligados ao ensino fundamental e médio.

Articulação simples. Orientações sobre postura (mãos, dedos, coluna, embocadura) e respiração.

Emissão e refinamento da sonoridade de notas da primeira oitava da flauta doce soprano nas tonalidades maiores de Do, Fá e Sol. Sincronia entre dedilhado e articulação. Duetos e trios.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - MASCARENHAS, Mário. **Minha doce flauta doce**. Rio de Janeiro-RJ: Irmãos Vitale, 1977.

2 - ROSA, Nereide S. S. **Flauta doce método de ensino para crianças**. São Paulo - SP: Scipione, 1993.

3 - VELLOSO, Cristal Angélica. **Sopro novo Yamaha: : Caderno de flauta doce soprano**. Rio de Janeiro - RJ: Irmãos Vitale, 2006.

Bibliografia Complementar:

1 - DEL-BEN, Luciana; HENTSCHKE, Liane. **Ensino de Música: propostas para pensar e agir em sala de aula**. São Paulo - SP: Moderna, 2003.

2 - MONKEMEYER, Helmut. **Método para flauta doce soprano**. São Paulo-SP: Ricordi, 2004.

3 - POTTIER, Laurence. **Método de Flauta Doce para Iniciantes: a flauta doce soprano**. Recife-RE: Ed. UFPE, 2008.

Instrumento Eletivo II - Violão II

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	30	15	-	60	Eletiva

Ementa

Aprofundamento das habilidades funcionais para a prática do instrumento. Aperfeiçoamento da postura corporal. Técnicas básicas de mão direita e esquerda. Leitura e compreensão do sistema de cifras e leitura de partitura musical. Estudo de repertório de diferentes estilos, gêneros e períodos. Orientação para a utilização do instrumento na prática da educação musical em contextos variados, especialmente os ligados ao ensino fundamental e médio

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - CHEDIAK, Almir. **Dicionário de acordes cifrados: harmonia aplicada à música popular**. São

Paulo-SP: Irmãos Vitale, 1984.

2 - PINTO, Henrique. **Iniciação ao Violão**. São Paulo-SP: Ricordi, 1978.

3 - MORRIS, Bob; SCHMID, Will. **Essential elements for guitar: comprehensive guitar method (v.1)**. Hal Leonard, 2005.

Bibliografia Complementar:

1 - GUEST, Ian. **Harmonia: método prático**. Rio de Janeiro-RJ: Lumiar, 2005.

2 - CHAPPELL, ; PHILLIPS, Mark. **Violão para leigos**. Rio de Janeiro-RJ: Alta Books, 2012.

3 - BARRETO, Robson; TOURINHO, Cristina. **Oficina de Violão**. Salvador-BA: Quarteto, 2003.

Instrumento Eletivo II - Teclado II

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	30	15	-	60	Eletiva

Ementa

Aprofundamento das habilidades funcionais para a prática do instrumento. Estudo da técnica básica do instrumento. Independência das mãos. Fundamentos do ensino do instrumento e do ensino em grupo enquanto ferramenta pedagógica para a educação musical em diferentes contextos, especialmente os ligados ao ensino fundamental e médio. Leitura tradicional nas claves de sol e fá. Desenvolvimento de repertório, explorando seus recursos como instrumento solo e acompanhador. Inversão de acordes. Leitura com base na notação de cifras.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - ADOLFO, Antonio. **Iniciação ao piano e teclado**. Rio de Janeiro-RJ: Lumiar, 1994.

2 - MASCARENHAS, Mário. **Método rápido para tocar teclado**. (v. 2). São Paulo-SP: Irmãos Vitale, 1991.

3 - MENDES, Adriana; SANTIAGO, Glauber Lúcio Alves. **Introdução ao Teclado: uma introdução à prática musical por meio do teclado**. São Carlos-SP: EDUFSCAR, 2012.

Bibliografia Complementar:

1 - ALVES, Luciano. **Dicionário de acordes para piano e teclados**. São Paulo-SP: Irmãos Vitale, 1996.

2 - COLLURA, Turi. **Rítmica e levadas brasileiras para o piano: novos conceitos para a rítmica pianística.** Vitória - ES: Ed. de Autor, 2009.

3 - FABER, Nancy; FABER, Randal. **Adult piano adventures all-in-one: piano course (v. 1).** Ann Arbor (MI): Faber, 2016.

Instrumento Eletivo II - Flauta-doce II

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	30	15	-	60	Eletiva

Ementa

Aprofundamento das habilidades funcionais para a prática do instrumento. Estudo da técnica do instrumento com o objetivo de dar suporte técnico à execução instrumental, utilização do instrumento e do ensino em grupo como ferramenta pedagógica para aulas de educação musical em contextos variados, especialmente no ensino fundamental e médio. Articulação simples. Orientações sobre postura (mãos, dedos, coluna, embocadura) e respiração. Emissão e refinamento da sonoridade de notas da primeira oitava da flauta doce soprano nas tonalidades maiores de Do, Fá, Sol, Sib e Ré. Sincronia entre dedilhado e articulação. Exercícios de agilidade. Duetos e trios com flauta-doce e outros instrumentos.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - MASCARENHAS, Mário. **Minha doce flauta doce.** (v. 2). Rio de Janeiro-RJ: Irmãos Vitale, 1977.

2 - TIRLER, Helle. **Vamos tocar flauta-doce.** (v. 2). 33.^a ed. São Leopoldo-RS: Sinodal, 2004.

3 - WOLTZENLOGEL, Celso. **Flauta Fácil: método prático para principiantes.** São Paulo-SP: Irmãos Vitale, 2008.

Bibliografia Complementar:

1 - BEINEKE, Viviane. **Canções do Mundo para Tocar: arranjos para grupo instrumental (v.1).** *Florianópolis - SC: Cidade Futura, 2001.

2 - BEINEKE, Viviane. **Canções do Mundo para Tocar: arranjos para grupo instrumental (v. 2).** Florianópolis - SC: Cidade Futura, 2002.

3 - VELLOSO, Cristal Angélica. **Sopro Novo Yamaha: caderno de prática de conjunto.** São Paulo-SP: Irmãos Vitale, 2008.

--

Instrumento Eletivo III - Violão III					
--------------------------------------	--	--	--	--	--

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	30	15	-	60	Eletiva

Ementa					
--------	--	--	--	--	--

Aprofundamento das habilidades funcionais para a prática do instrumento. Técnicas básicas de mão direita incluindo levadas e dedilhados de diversos tipos de gêneros populares. Técnicas avançadas de mão esquerda (pestanda, arrastes e ligados). Leitura do sistema de cifras, com inclusão de acordes estendidos; leitura de partitura musical. Estudo de repertório de diferentes estilos, gêneros e períodos. Preparação para as atividades do aluno-professor na sala de aula e em contextos variados, especialmente os ligados ao ensino fundamental e médio.

Bibliografia					
--------------	--	--	--	--	--

Bibliografia Básica:

- 1 - CHEDIAK, Almir. **Dicionário de acordes cifrados: harmonia aplicada à música popular.** São Paulo-SP: Irmãos Vitale, 1984.
- 2 - PINTO, Henrique. **Iniciação ao Violão.** São Paulo-SP: Ricordi, 1978.
- 3 - MORRIS, Bob; SCHMID, Will. **Essential elements for guitar: comprehensive guitar method (v.1).** Hal Leonard, 2005.

Bibliografia Complementar:

- 1 - DUDEQUE, Norton. **História do Violão.** Curitiba-PR: Ed. UFPR, 1994.
- 2 - TAUBKIN, Myriam. **Violões do Brasil.** São Paulo-SP: Editora Sesc, 2008.
- 3 - TABORDA, Márcia. **Violão e identidade nacional.** Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 2011.
- 4 - TAUBKIN, Myriam (Org.). **Violões do Brasil.** São Paulo - SP: Sesc, 2008.

Instrumento Eletivo III - Teclado III					
---------------------------------------	--	--	--	--	--

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	30	15	-	60	Eletiva

Ementa					
--------	--	--	--	--	--

Aprofundamento das habilidades funcionais para a prática do instrumento, incluindo levadas de diversos tipos de gêneros populares. Utilização do instrumento como ferramenta pedagógica para a educação musical em diferentes contextos, especialmente os ligados ao ensino fundamental e médio. Desenvolvimento de repertório, explorando seus recursos como instrumento solo e acompanhador. Leitura com base na notação de cifras. Realização de escalas e arpejos, inversão de acordes. Orientação sobre os recursos do instrumento teclado (timbres e ritmos).

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - ADOLFO, Antonio. **Iniciação ao piano e teclado**. Rio de Janeiro-RJ: Lumiar, 1994.
- 2 - FABER, Nancy; FABER, Randal. **Adult piano adventures all-in-one: piano course (v. 2)**. Ann Arbor-MI: Editora Faber, 2016.
- 3 - MASCARENHAS, Mário. **Método rápido para tocar teclado**. (v. 2). São Paulo-SP: Irmãos Vitale, 1991.

Bibliografia Complementar:

- 1 - COLLURA, Turi. **Rítmica e levadas brasileiras para o piano: novos conceitos para a rítmica pianística**. Vitória - ES: Ed. de Autor, 2009.
- 2 - MASCARENHAS, Mário. **O melhor da música popular brasileira**. (v. 1). São Paulo-SP: Irmãos Vitale, 1982.
- 3 - MASCARENHAS, Mário. **O melhor da música popular brasileira**. (v. 2). *São Paulo - SP: Irmãos Vitale, 1982.
- 4 - SUZUKI, Shinichi. **Piano school**. (v. 2). New York: Alfred Publishing/New International, 2007.
- 5 - VERHAALLEN, Marion. **Explorando música através do teclado**. (v. 2). Porto Alegre-RS: UFRGS, 1989.

Instrumento Eletivo III - Flauta-doce III

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de PCC	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	30	15	-	60	Eletiva

Ementa

Aprofundamento da técnica do instrumento com o objetivo de dar suporte técnico à execução instrumental. Articulação simples. Emissão de notas e refinamento da sonoridade. Sincronia entre dedilhado e articulação. Exercícios de agilidade. Duetos e trios com flautas-doce e outros instrumentos. Estudo das

diversos instrumentos da família das flautas- doce (sopranino, soprano, contralto, tenor e baixo).
Orientação e preparação para as atividades do aluno-professor na sala de aula e em contextos variados, especialmente no ensino fundamental e médio.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - SANTIAGO, Glauber Lúcio Alves. **Método de Flauta doce contralto** (Intermediário). São Carlos - SP: UFSCAR, 2009.

2 - VELLOSO, Cristal Angélica. **Sopro Novo Yamaha: Caderno de flauta doce contralto**. São Paulo - SP: Irmãos Vitale, 2006.

3 - VELLOSO, Cristal Angélica. **Sopro Novo Yamaha: caderno de prática de conjunto**. São Paulo-SP: Irmãos Vitale, 2008.

Bibliografia Complementar:

1 - LACERDA, Oswaldo. **6 temas do folclore brasileiro: para quarteto de flautas doce**. São Paulo-SP: Ricordi Brasileira, 1977.

2 - MONKEMEYER, Helmut. **Método para flauta doce soprano**. São Paulo-SP: Ricordi, 2004.

3 - VELLOSO, Cristal Angélica. **Orquestra de flauta doce**. São Paulo - SP: Irmãos Vitale, 2008.

4 - WOLTZENLOGEL, Celso. **Música brasileira para conjuntos de flauta**. (v. 1). Rio de Janeiro-RJ: Vitale, 1988.

3.6 - Conteúdos curriculares

A objetivação do processo de formação acadêmica da Licenciatura em Educação do Campo tem como ponto de partida o resgate e o estudo dos elementos que compõem a memória, saberes, valores, costumes e práticas sociais e produtivas dos sujeitos do campo, da agricultura familiar e da sustentabilidade, buscando a partir da pesquisa e da prática pedagógica fomentar a análise e a compreensão acadêmica inter e transdisciplinar sobre as características socioculturais e ambientais que demarcam o território de existência coletiva destes sujeitos.

Nessa perspectiva, volta-se para os elementos teórico-práticos do processo educativo com vistas a pensar-organizar-fazer uma escola básica do campo que construa uma formação crítico-criativa, comprometida com os princípios de uma pedagogia emancipatória, humanizada e que respeite as diferenças linguísticas, étnicas, de gênero, territoriais e mesmo identitárias.

Da mesma forma que o curso exige do educando um exercício teórico-metodológico pautado na pesquisa inter e pluridisciplinar, a ação docente também deverá se pautar numa perspectiva pedagógica que permita o rompimento das barreiras disciplinares. É importante notar que a

Alternância Pedagógica apresenta-se como um ambiente de troca de saberes e experiências, assim como de aprendizagem dos conteúdos curriculares, isto é, a condição de existência e materialidade da produção do conhecimento, tendo em vista uma formação emancipadora, dialógica, aberta à diversidade e atenta aos princípios e práticas dos direitos humanos, especialmente, àqueles ligados à terra e à educação constantes no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).

Desse modo, o planejamento integrado envolve os docentes que atuam nas diferentes áreas do conhecimento por meio da criação de espaços, encontros, estudos em grupo, grupos de pesquisa etc., que devem favorecer a apreensão dos conteúdos curriculares que possibilitem a interação entre os conhecimentos científicos e os saberes das comunidades. Cabe salientar a busca pela inclusão digital por meio de atividades pedagógicas desenvolvidas nos laboratórios de informática, o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem entre outros recursos digitais e pedagógicos.

Em consonância com o Artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), a Licenciatura em Educação do Campo buscar assegurar a oferta de conteúdos curriculares apropriados às necessidades do modo de organização da vida na zona rural. Nesse sentido, a Alternância Pedagógica também representa um modo de promover a adaptação ou adequação às peculiaridades da vida rural da região de atuação do curso, especialmente:

* I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos sujeitos do campo;

* II - Tempo-espaço Universidade e Tempo-espaço Comunidade, tendo em vista a interação dos saberes tradicionais com os saberes científicos;

* III - Consideração dos ciclos agrícolas, condições climáticas e a natureza do trabalho na zona rural; dentre outros aspectos.

Embora o § 2º, do artigo 7º, da Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (decorrente do Parecer CNE/CEB nº 36/2001), tenha como foco a Educação Básica, a Licenciatura em Educação do Campo também considera esse documento na organização dos conteúdos curriculares:

* As atividades poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e continuar aprendendo assim o exigirem.

Outro documento a ser destacado é o Decreto nº 7.352/2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA:

* Art. 1º A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

* § 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por: I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e II - escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

Do ponto de vista da área de formação específica "Linguagens - Artes Visuais e Música", a Licenciatura em Educação do Campo também considera o que se encontra nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Superior (DCNs). Primeiramente, a Resolução CNE/CES nº 1, de 16 janeiro de 2009 - que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Artes Visuais:

* I - nível básico: estudos de fundamentação teórico-práticos relativos à especificidade da percepção, criação e reflexão sobre o fenômeno visual;

* II - nível de desenvolvimento: estudos e processos de interação com outras áreas do conhecimento, tais como filosofia, estética, sociologia, comunicação e teorias do conhecimento, com o objetivo de fazer emergir e amadurecer a linguagem pessoal do formando através da elaboração e execução de seus projetos;

* III - nível de aprofundamento: desenvolvimento do trabalho do formando sob orientação de um professor, buscando vínculos de qualificação técnica e conceitual compatíveis com a realidade mais ampla no contexto da arte.

* Parágrafo único. Os conteúdos curriculares devem considerar o fenômeno visual a partir de seus processos de instauração, transmissão e recepção, aliando a práxis com a reflexão crítico-conceitual e admitindo-se diferentes aspectos: históricos, educacionais, sociológicos, psicológicos, filosóficos e tecnológicos.

Em segundo, a Resolução CNE/CES nº 2, de 8 de março de 2004 - que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música e dá outras providências. De modo mais específico, o que se encontra no Art. 5º: o curso de graduação em Música deve assegurar o perfil do profissional desejado, a partir dos seguintes tópicos de estudos ou de conteúdos interligados:

* I - conteúdos Básicos: estudos relacionados com a Cultura e as Artes, envolvendo também as Ciências Humanas e Sociais, com ênfase em Antropologia e Psico-Pedagogia;

* II - conteúdos Específicos: estudos que particularizam e dão consistência à área de Música, abrangendo os relacionados com o Conhecimento Instrumental, Composicional, Estético e de Regência;

* III - conteúdos Teórico- Práticos: estudos que permitam a integração teoria/ prática relacionada com o exercício da arte musical e do desempenho profissional, incluindo também Estágio Curricular Supervisionado, Prática de Ensino, Iniciação Científica e utilização de novas Tecnologias.

De modo complementar, tais aspectos dialogam com o que se encontra na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) relativa ao componente curricular Linguagens (para fins da Licenciatura em Educação do Campo, o foco nas Artes Visuais e na Música):

* o processo de aprendizagem deve considerar a sensibilidade, a intuição, o pensamento, a manifestação das subjetividades e as diferentes formas de expressões artísticas e culturais;

* o olhar investigativo o fazer artístico vinculados a práticas não institucionalizadas de participação social, sobretudo àquelas vinculadas a manifestações artísticas, produções culturais, intervenções urbanas e práticas próprias da cultura dos povos do campo.

* a percepção do mundo e sua complexidade, a contextualização dos saberes e o respeito às

diferenças e o diálogo intercultural.

Em suma, consideramos fundamental a dialogicidade ou a inter-relação entre a teoria e a prática, num esforço permanente de se trabalhar os conteúdos curriculares com vistas ao desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para que o estudante possa exercer de forma plena suas atividades acadêmicas e profissionais.

3.6.1 - Matriz formativa

Dentre os desafios apresentados em relação à implementação da Educação do Campo, certamente um dos principais está na mudança desejada de avançar e superar o enfoque disciplinar das nossas construções curriculares em busca de se alcançar um currículo integrado por meio da inter e transdisciplinaridade.

Desse modo, desejar é o passo inicial para se conseguir, por isso apostamos que é possível abordar, dispor e propor aos nossos alunos uma “relação com o saber” (CHARLOT, 2000), em sua totalidade complexa, multirreferencial e multifacetada.

Nesse fazer, os caminhos já abertos e trilhados não serão descartados, abandonados. As rupturas, as brechas, os engajamentos conseguidos são importantíssimos e nos apoiarão no reconhecimento da necessidade de inusitadas pistas. Portanto, a solução de mudança não está em tirar e pôr, podar ou incluir mais um componente curricular, uma matéria, um conteúdo, e sim, em redefinir e repensar o que temos, com criatividade, buscando o que pretendemos.

Essa caminhada será toda feita de ir e vir, avanços e recuos e, nesse movimento de ondas, é possível vislumbrarmos o desenho de um currículo em “espiral”, ou seja, um trabalho que articula e abrange a dinamicidade dos saberes organizados em grupos integrados de formação.

Essa construção de uma matriz formativa referenciada e justificada pela ação e interação dos seus construtores, com ênfase não-linear, nos conduz a arquiteturas de formação não-determinista, com possibilidades de abertura, o que propiciará o nosso projeto de interdisciplinaridade, flexibilidade e mobilidade. Nesse sentido, não tem nem início nem fim, essa matriz tem fronteiras e pontos de intersecção ou focos.

Assim um currículo modelado em uma matriz também é não-linear e não-sequencial, mas limitado e cheio de focos que se interseccionam e uma rede relacionada de significados. Curricularmente, essa matriz se implementa por meio de um trabalho coletivo e solidário em que o planejamento reconhece como importante deste fazer o princípio da auto-organização da teoria da complexidade. A dialogicidade é fundamental para evitarmos que a própria crítica se torne hegemônica e maquiada.

Desassimilação de hábitos e mudanças de estruturas não são fáceis. É frustrante o esforço que leva a produções sem sentido. Entretanto, não se muda sem alterar concepções, destroçar profundamente conteúdos e rotinas curriculares costumeiras.

O modelo disciplinar linear ou o conjunto de disciplinas justapostas numa ‘grade curricular’ de um curso têm tido implicações pedagógicas diversas e deixado marcas nada opcionais nos percursos formativos. O currículo centrado na matéria e salivado nas aulas magistrais tem postado o conhecimento social de forma paralela ao conhecimento acadêmico.

Nesse sentido, “o conhecimento aparece como um fim a-histórico, como algo dotado de autonomia e vida própria, à margem das pessoas” (SANTOMÉ, 1998, p.106), perpassa a ideia de que nem todos os alunos têm condições de serem bem-sucedidos em algumas disciplinas,

legitimando o próprio fracasso acadêmico.

“Um currículo disciplinar favorece mais a propagação de uma cultura da ‘objetividade’ e da neutralidade, entre tantas razões, porque é mais difícil entrar em discussões e verificações com outras disciplinas com campos similares ou com parcelas comuns de estudo” (SANTOMÉ, 1998, p. 109). Como consequência, as contradições são relegadas e as dimensões conflituosas da realidade social refutadas, como se fosse possível sua ocultação.

A crise que desequilibra valores e posturas do século passado é a mesma que dá forças para alternativas curriculares no século XXI. As críticas tecidas ao currículo disciplinar propõem perspectivar a embriologia do currículo globalizado, currículo integrado ou currículo interdisciplinar.

Apesar de alguns autores não distinguirem interdisciplinaridade de integração, muitos defendem que interdisciplinaridade é mais apropriada para referir-se à inter-relação de diferentes campos do conhecimento, enquanto que integração significa dar unidade das partes, o que não qualifica necessariamente um todo em sua complexidade.

Os currículos interdisciplinares, hoje propostos, coincidem com o desejo de buscar “modos de estabelecer relações entre campos, formas e processos de conhecimento que até agora eram mantidos incomunicáveis” (SANTOMÉ, 1998, p. 124).

Nessa perspectiva, no desenvolvimento do currículo, na prática cotidiana na instituição, as diferentes áreas do conhecimento e experiência deverão entrelaçar-se, complementar-se e reforçar-se mutuamente, para contribuir de modo mais eficaz e significativo com esse trabalho de construção e reconstrução do conhecimento e dos conceitos, habilidades, atitudes, valores, hábitos que uma sociedade estabelece democraticamente ao considerá-los necessários para uma vida mais digna, ativa, autônoma, solidária e democrática. (SANTOMÉ, 1998, p. 125).

O currículo desejado é um convite a mudanças e afeta, é claro, as funções dos professores que trabalham em um mesmo curso. Nossa opção de organização do currículo novo cria ‘colegiados de saberes’ e ‘ilhas de conhecimentos’ que potencializarão a formação de vivências/experiências e itinerâncias participativas.

Distancia-se, pois, do currículo disciplinar em que é possível o trabalho isolado, o eu-sozinho e incomunicável, no qual se encontram professores que são excelentes em suas disciplinas, mas que por estarem, muitas vezes, preocupados somente com suas matérias, chegam a induzir os alunos a acreditarem e se interessarem por esta ou aquela disciplina em detrimento de outras, por acreditarem que há “disciplinas mais importantes” e outras “menos importantes”.

A construção da realidade social e histórica depende de seus sujeitos, de seus protagonistas. A matriz formativa terá a “cara” ou será o “monstro” que os desenhistas conseguirem pintar a partir da identidade possível construída.

No entanto pode-se falar, conforme (SANTOMÉ, 1998, p. 206) em quatro formatos de integrar currículos:

- a) integração correlacionando diversas disciplinas;
- b) integração através de temas, tópicos ou ideias;
- c) integração em torno de uma questão da vida prática e diária;
- d) integração a partir de temas e pesquisas decididos pelos estudantes.

Além da possibilidade ainda de:

- 1) integração através de conceitos;
- 2) integração em torno de períodos históricos e/ou espaços geográficos;
- 3) integração com base em instituições e grupos humanos;
- 4) integração em torno de descobertas e invenções;
- 5) integração mediante áreas de conhecimento.

Em consonância, a Universidade Federal do Tocantins, por meio da implantação do programa de reestruturação e expansão de seus cursos e programas, objetiva a ampliação do acesso com garantia de qualidade. Os princípios que orientam a construção de nossa política de formação estão assentados na concepção da educação como um bem público, no seu papel formativo, na produção do conhecimento, na valorização dos valores democráticos, na ética, nos valores humanos, na cidadania e na luta contra a exclusão social.

Nesse sentido, enfatizamos que a universidade não deve apenas formar recursos humanos para o mercado de trabalho, mas pessoas com espírito crítico e humanista que possam contribuir para a solução dos problemas cada vez mais complexos do mundo.

3.6.2 - Flexibilização curricular

A matriz formativa do curso pauta-se, também, pela flexibilização curricular, tendo em vista o alcance das competências definidas pela Resolução CNE/ CP nº 2/2019 que orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de cada curso, isto é, que considere o processo formativo contínuo, autônomo e permanente. Nesse sentido, a estrutura curricular encontra-se organizada de modo a garantir uma formação profissional fundamentada na teoria integrada à prática, voltada às demandas sociais emergentes, às necessidades inerentes a cada campo de atuação e que considere os avanços científicos e tecnológicos.

Para fins de comprovação, a matriz formativa (em seus componentes curriculares) é constituída, desde o primeiro período, por um conjunto de objetos de conhecimento e atitudes à formação, conforme consta na Nota Técnica de Esclarecimento sobre a Resolução CNE/CP Nº 2/ 2019:

- a) os processo de desenvolvimento da escrita (e oralidade), da leitura, da produção e utilização dos diferentes gêneros textuais com vistas ao domínio da norma culta (ou língua estatal);
- b) vivência, aprendizagem e utilização da linguagem digital em situações de ensino e de aprendizagem na Educação Básica;
- c) engajamento em processos investigativos de aprendizagem, atividades de mediação e intervenção na realidade, realização de projetos e trabalhos coletivos, e adoção de outras estratégias que propiciem o contato prático com o mundo da educação e da escola;
- d) articulação entre as atividades práticas realizadas na escola e na sala de aula com as que

serão efetivadas durante o estágio supervisionado;

e) vivência e aprendizagem de metodologias e estratégias que desenvolvam, voltadas à criatividade e à inovação;

f) articulação entre os conteúdos das áreas e os componentes da BNCC-Formação com os fundamentos políticos referentes à equidade, à igualdade e à compreensão do compromisso do professor com o conteúdo a ser aprendido;

g) engajamento com sua formação e seu desenvolvimento profissional, participação e comprometimento com a escola, com as relações interpessoais, sociais e emocionais.

Cumprido ressaltar que em todos os períodos, a matriz formativa contempla e articula-se por meio da Prática Pedagógica em suas duas categorias: Práticas nos Componentes Curriculares e Estágio Supervisionado (ver matriz curricular do módulo quantitativo do PPC +). Assim, vale destacar:

a) Prática como Componente Curricular relativa à área de Música: Linguagem Musical I; Linguagem Musical II; Linguagem Musical III; Linguagem Musical IV; Instrumento eletivo I; Instrumento eletivo II; História da Música Popular Brasileira; Instrumento eletivo III; Metodologia da Educação Musical; e Educação Vocal. Nesse sentido, tais componentes fundamentam-se na reflexão para atuação em sala de aula, na preparação de projetos pedagógicos e de planos de aula, na simulação de situações reais em sala de aula e no estudo de caso relacionados ao ensino de música nas escolas.

b) Prática como Componente Curricular relativa à área de Artes Visuais: Estudos Visuais; Poéticas Visuais; Tópicos Especiais em Artes Visuais, Cultura e Educação; Artes e Cultura Visual; Educação (do) sensível, Pesquisas e Abordagens no Ensino das Artes Visuais. Estes componentes tem como base a proposição de exercícios relativos à prática pedagógica, como elaboração de planos de aulas, a própria prática de ensino e a elaboração textual (papers, resenhas, artigos, etc.) a partir dos conteúdos trabalhados na disciplina. Para o componente Laboratório de Fotografia, salientamos as reflexões sobre o uso da fotografia e mídias contemporâneas como recurso didático em aulas de Artes Visuais.

c) Prática como Componente Curricular relativa à Educação do Campo:

* Concepções Histórico-Filosóficas e Metodológicas de Alternância: reflexão para atuação em sala de aula a partir de estudos de caso e discussões que contemplem as questões históricas e filosóficas relacionadas à Educação e suas implicações no ideário pedagógico brasileiro.

* História, Identidade e Memória dos Povos do Campo: reflexão para atuação em sala de aula a partir da apropriação de elementos da identidade e memória campesina.

* Educação Escolar Quilombola: Reflexão para atuação em sala de aula, preparação de atividades pedagógicas, simulação de situações reais em sala de aula de atividades desenvolvidas para o trabalho pedagógico com os temas relacionados à questão da igualdade, do respeito, da acessibilidade e dos princípios de respeito e aceitação das diferenças.

* Movimentos Sociais no Brasil: reflexão para atuação em sala de aula, preparação de atividades pedagógicas, simulação de situações reais em sala de aula, estudos de caso envolvendo a ação dos movimentos sociais ligados a terra no Brasil e seu protagonismo nas propostas de Educação do Campo.

* Legislação e Organização da Educação Básica e do Campo: reflexão para atuação em sala

de aula a partir da apropriação dos marcos legais da Educação nacional e nas Escolas do e no campo; estudos de situações reais da efetivação das normativas para Educação dos povos do campo.

* Fundamentos e Metodologias de Ensino da Educação do Campo: Reflexão para atuação em sala de aula, preparação de atividades pedagógicas, simulação de situações reais em sala de aula em escolas do e no campo; estudos de caso das práticas pedagógicas já consolidadas e em desenvolvimento nas escolas do e no campo no Brasil.

* Avaliação da Aprendizagem: Análises de relações pedagógicas vinculadas aos processos de ensino e aprendizagem (Educação, Artes Visuais e Música) com observações e realização in loco.

* Gestão Escolar no Contexto da Educação do Campo: reflexão para atuação em escolas do e no campo, preparação de atividades pedagógicas, simulação de situações reais no campo da gestão escolar.

* Estética e Poética Camponesa: reflexão para atuação em sala de aula, preparação de atividades pedagógicas, simulação de situações reais em sala de aula, estudos de caso envolvendo as questões da diversidade nas escolas do e no campo, bem como nas comunidades pertencentes às variadas regiões em que tais escolas estão inseridas.

Os referidos componentes curriculares foram aqui apresentados por áreas do conhecimento, mas todos estão inter-relacionados na matriz formativa de tal forma de compõem os grupos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (cursos em nível superior de licenciatura - CNE/CP N° 2/ 2019).

Merecem destaque as disciplinas eletivas (Instrumento Eletivo I, Instrumento Eletivo II e Instrumento Eletivo III) que são organizadas com o intuito de garantir flexibilidade e o percurso formativo diversificado, tendo em vista o interesse e/ou maior afinidade do estudante com os instrumentos musicais estudados ao longo do percurso formativo: Instrumento Eletivo I: Violão I, Teclado I, Flauta-doce; Instrumento Eletivo II - Violão II, Teclado II, Flauta-doce II; Instrumento Eletivo III: Violão III, Teclado III, Flauta-doce III.

Além disso, destacamos a disciplina Optativa de Música, que se organiza da seguinte maneira: escolha de uma disciplina relacionada à Música e que esteja sendo oferecida no semestre: Prática de ensino de Música na Educação Básica; Metodologia da pesquisa em música; Regência e formação de grupos musicais; Introdução à etnomusicologia; Educação musical e narrativas da multiculturalidade.

3.6.3 - Objetos de conhecimento

No que diz respeito ao programa de formação, o curso de Licenciatura em Educação do Campo tem considerado os itens que integram o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2021 - 2025), tais como: a formação profissional e cidadã, o relacionamento com o mercado de trabalho, a busca pelo caráter inovador na produção do conhecimento, a sustentabilidade socioambiental (Estado do Tocantins e Amazônia Legal) e, principalmente, a implementação de ações afirmativas em relação ao ingresso e permanência de indígenas, quilombolas, negros e cotistas.

Nesse sentido, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o colegiado tem planejado e executado ações nas comunidades integradoras por meio da Alternância Pedagógica (Tempo-Espaço Comunidade) a

partir de ações nas escolas e a realização de atividades culturais nos municípios de atuação com vistas ao desenvolvimento profissional; integração com as famílias dos estudantes e com a comunidade em geral.

Tais ações contam com o planejamento de estratégias pedagógicas alicerçadas nas ciências, mas em diálogo com os saberes locais e a atuação ou prática pedagógica pautada na inter-relação entre os componentes curriculares que compõem as áreas de formação. Em síntese, as dimensões do engajamento e da prática profissional são consideradas no processo formativo, conforme destacado a seguir:

- * Práticas relativas ao processo de formação e à trajetória da profissionalização docente realizadas nos laboratórios (Artes Visuais e Música) e por meio de oficinas de construção de materiais didáticos e utilização das novas tecnologias em educação.

- * Reflexão sobre a gestão democrática e seus mecanismos de mobilização, representação e contestação, tendo em vista o processo de inclusão e reconhecimento dos sujeitos do campo como detentores de identidade própria.

- * Práticas de musicalização, formação e alfabetização musical (para crianças, jovens e adultos).

- * Estudo e utilização de instrumentos musicais por meio do ensino em grupo como ferramenta pedagógica para aulas de educação musical em contextos variados.

- * Produção de obras artísticas e o desenvolvimento de técnicas e processos de modelagem, moldagem, construção e montagem.

- * Estudo e problematização das Diretrizes Curriculares Nacionais e regionais para a área de Linguagens, com foco nas Artes Visuais e na Música.

- * Estudo e reflexão sobre a prática avaliativa e dos mecanismos de exclusão escolar: reprovação, repetência e evasão.

- * Estudo e aplicação de um repertório específico em coros graduados como possibilidade de musicalização nas escolas do campo e em outros contextos profissionais.

- * Reflexão sobre o papel da didática na formação do professor, da sua importância para o planejamento didático e a organização do trabalho docente.

- * Reflexão sobre o Brasil campestre, de modo a considerar a multiplicidade dos sujeitos e da cultura do Campo.

Em relação ao compromisso da Licenciatura em Educação do Campo com as comunidades pertencentes ao território de atuação, encontram-se em andamento dois cursos de Pós-Graduação Lato Sensu:

- * Especialização em Educação do Campo – Práticas Pedagógicas, com entrada no primeiro semestre 2022 (Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ), EDITAL N. 01/2022: foram oferecidas 100 vagas, sendo 5% delas ofertadas a servidores da Universidade Federal do Tocantins. As vagas foram destinadas a profissionais do ensino, em suas diferentes modalidades ou níveis (incluindo egressos do Aperfeiçoamento Escola da Terra MEC/SEMESP; e egressos da Licenciatura em Educação do Campo). O processo seletivo privilegiou profissionais no exercício da atividade docente em redes públicas de ensino ou em atividades públicas culturais em que se pratica o ensino das artes.

* Especialização em Música, Cultura e Sociedade: o curso visa proporcionar a formação continuada de docentes e pesquisadores para atuarem no contexto da pesquisa, do ensino e da extensão nas áreas da Música, das Ciências Humanas e Sociais, aproveitando também, a experiência formativa online para fazer uso desse recurso de tecnologias digitais e virtuais em suas práticas pedagógicas e de pesquisa.

Cumprе salientar que os cursos mencionados buscam atender à demanda de formação pós-graduada dos egressos da Licenciatura em Educação do Campo, de modo específico, com foco em Artes Visuais e Música. A Especialização em Música, Cultura e Sociedade, especialmente, objetiva fortalecer a formação na área da Música, como possibilidade de uma formação continuada a um número grande de pessoas que estão distantes do campus universitário. Isso em decorrência da utilização do modo on-line de execução do curso, de modo a oportunizar o acesso a um grande número de estudantes espalhados pelo país, qualificando docentes e pesquisadores em diferentes regiões.

Desta maneira o curso também atende o Plano de Expansão e Consolidação da UFT (Câmpus Arraias), voltado ao desenvolvimento local (e conseqüentemente, regional e nacional) com o avanço científico, tecnológico e cultural das comunidades e da própria instituição.

A Especialização em Música, Cultura e Sociedade também pauta-se no intercâmbio entre a UFT e outras universidades, a exemplo do contexto europeu, tendo em vista que no seu quadro de professores, há docentes vinculados a diferentes grupos de estudos internacionais, permitindo, nessa parceria, a troca de experiências e vivências sobre a música nos diversos contextos e tempos formativos, fortalecendo, assim, a política para internacionalização do ensino superior, prevista pela UFT no seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2021-2025.

3.6.4 - Programas de formação

Os componente curriculares que compõem os três grupos anteriormente descritos contemplam em sua dimensão pedagógica as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/ CP N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012, como por exemplo a disciplina História da Educação cuja ementa e bibliografia propõe estudos sobre o período da ditadura militar, sob um enfoque crítico e formativo para o diálogo. Cabe notar que não existe uma Diretriz Nacional para o curso de Educação do Campo, portanto este PPC procura contemplar as demandas atuais, mas observando que aspectos de obrigatoriedade a partir de uma Diretriz Nacional para este curso inexistem.

Além disso, o Curso contempla o que preveem as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, nos termos da Lei N° 9.394/96, com a redação dada pelas Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N° 3/2004.

Há, na grade curricular, disciplinas como Educação Escolar Quilombola; Estética e Poética Camponesa; e Movimentos sociais, dentre outras disciplinas. Nestas, é possível identificar tópicos sobre questões relacionadas às etnias e como se trata de um curso em uma região quilombola, esta temática perpassa a prática formativa do curso. Há projetos de extensão sobre arte e música no sudeste do Tocantins, especialmente sobre Súsia/ Súcia. Há portanto, previsão curricular dessa temática como também praticas em extensão e pesquisa.

O componente curricular Arte, Educação e Meio Ambiente busca atender ao que se encontra disposto na Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9.795/99. Vale ressaltar que esta

representa uma conquista no que diz respeito às demandas políticas, sociais e ambientais no cenário brasileiro. Esta política pública deve ser compreendida como um elemento de discussão e reflexão capaz de produzir efeitos nas instituições públicas e privadas, nos ambientes formais e não-formais de educação com vistas à formação de cidadãos conscientes e participativos em prol de uma sociedade mais justa e ecologicamente equilibrada.

Dito de outro modo, a Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente de maneira articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal, conforme consta no próprio documento da Lei (BRASIL, 1999). Cumpre ressaltar que Política Nacional de Educação Ambiental possui caráter interdisciplinar e integrador o que justifica a sua presença nos currículos da educação básica e do ensino superior.

Conforme já mencionado, este Projeto Pedagógico de Curso busca a superação de dicotomias históricas que fragmentam a Educação. O Curso de Licenciatura em Educação do Campo em sua organização curricular e práticas pedagógicas volta-se para a valorização dos saberes camponeses em diálogo com o saber universalmente constituído. Ou seja, esta sistemática faz com que os discentes tenham condições de acesso e permanência na UFT, uma vez que a Alternância é, por natureza e definição, interdisciplinar, crítica e emancipatória.

Na linguagem musical, a prática profissional busca dar suporte à produção e à construção do conhecimento pedagógico-musical para as várias possibilidades de atuação no processo educacional, compreendendo que a pesquisa deve alimentar o ensino nas suas múltiplas faces.

Dessa forma, a área que dá suporte à formação do educador musical não apenas está articulada, mas surge da prática como componente curricular, com vistas a possibilitar a instrumentação para:

- a) a docência;
- b) a gestão educacional;
- c) a produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional;
- d) a atuação em espaços escolares e não escolares;
- e) a participação na educação especial;
- f) a articulação da educação no contexto dos direitos humanos e nas relações étnico-raciais;
- g) a discussão e proposição de políticas públicas e institucionais na área de educação ambiental.

Mas a prática profissional não se restringe apenas às atividades das Práticas como componente curricular (conforme ressaltado anteriormente), ela abrange todas as atividades do curso englobando também a extensão e a pesquisa. Essas temáticas referem-se às diferentes concepções da formação de professores, dos saberes necessários à formação autônoma dos futuros docentes e da efetivação do processo de formação profissional.

O curso também contempla as Artes Visuais com a compreensão de diversas linguagens artísticas e suas técnicas de produção, possibilita o ensino das formas de reflexão, produção e conhecimento de imagens, assim como de ações sustentáveis, coletivas e colaborativas da contemporaneidade. A construção pedagógica do professor capacitado nas habilidades em Artes Visuais fomenta a demanda do mercado de trabalho, conferindo ao discente uma

formação continuada com certificação profissional e conhecimento técnico, que requer capacitação para atender a realidade das escolas nos dias de hoje, com mão-de-obra especializada, por meio do desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicomotor do indivíduo.

O fomento das atividades pedagógicas deste futuro profissional passa por habilidades a serem construídas, tendo com o base os componentes curriculares do curso, como:

- * Conhecer aspectos históricos do campo das Artes Visuais;
- * Ser capaz de expor adequadamente os conceitos contemporâneos de arte;
- * Atuar como profissional da área de Linguagens (educação em Artes Visuais) na formação do ensino fundamental e médio;
- * Implementar projetos e planejamento de ações pedagógicas no campo das artes;
- * Ter domínio na execução de pesquisas que levem a produção de soluções visando a sustentabilidade;
- * Executar medidas preventivas na utilização de ferramentas e materiais artísticos;
- * Estimular uma visão crítica e reflexiva de mundo para a formação de sujeitos emancipados diante da sociedade;
- * Executar técnicas básicas e alternativas de diversas linguagens artísticas.

Estas habilidades desenvolvidas nas práticas pedagógicas da matriz formativa do curso possibilita o conhecimento, o respeito e a preservação da memória cultural da região, formando professores capacitados para formar indivíduos críticos e atuantes nas sociedades que os circundam.

3.6.5 - Ações Curriculares de Extensão (ACE)

A Universidade pública brasileira desempenha um importante papel enquanto produtora do conhecimento. Estas devem ser capazes de oferecer aos governos e à sociedade as tecnologias, teorias e processos, assim como os profissionais capazes de propulsionar o desenvolvimento, de forma abrangente não se restringindo apenas à esfera econômica, mas também que seja sustentável e tenha um caráter ético.

Para isso, é preciso que suas ações estejam alinhadas com os valores e interesses sociais. Isto é possível através da interação dialógica promovida pelas ações extensionistas. Para isso, o conceito de extensão aprovado pelo FORPROEX (2010) deve ser colocado em prática em todas as modalidades de extensão, ou seja, "A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade".

Nesse sentido, é necessário que as ações extensionistas mantenham a interação dialógica com as demandas sociais, pois sem ela a Universidade corre o risco de ficar isolada, ensimesmada, descolada dos problemas sociais mais prementes e incapaz de oferecer à sociedade e aos governos o conhecimento, as inovações tecnológicas e os profissionais que o desenvolvimento requer. Além do mais, corre-se o risco de não cumprir com o papel social e de transformação das realidades.

A extensão na UFT e conseqüentemente no curso de Licenciatura em Educação do Campo: Artes Visuais e Música está sob a égide das Diretrizes da Política de Extensão Nacional (2012) e da Política de Extensão da UFT (Resolução no 05, de 02 de setembro de 2020) a saber:

* interação dialógica da universidade com os outros setores da sociedade: visa o desenvolvimento de relações, entre a Universidade e outros seguimentos da sociedade, marcado pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de cooperação com movimentos, entidades, instituições, setores e organizações sociais;

* integração da extensão com a pesquisa e com o ensino: visa colocar o estudante como protagonista de sua formação acadêmica no processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional e de sua formação cidadã, o qual permite ao estudante reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social;

* inovação e tecnologias sociais numa perspectiva polissêmica (destacando-se a inovação pedagógica, a tecnológica e a social), quando processos se instauram e possibilitam a produção de conhecimentos e soluções novas ou significativamente melhoradas, que contribuam com o desenvolvimento responsável da sua região de influência, buscando a aproximação da instituição com a sociedade, suas necessidades e demandas;

* realização de ações acadêmicas a partir da Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade: superar a dicotomia, combinando especialização e consideração da complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais com os quais se desenvolvem as ações de Extensão ou aos próprios objetivos e objetos dessas ações;

* articulação entre as Áreas Temáticas e as Linhas da Extensão;

* institucionalização acadêmica das ações de extensão que oportunize a integralização de créditos na formação do discente;

* impacto na formação do estudante: as atividades de Extensão Universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas. Esses resultados possibilitam enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que permitem a reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da universidade pública brasileira;

* integração da extensão com a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;

* impacto e transformação social: reafirmar a Extensão Universitária como o mecanismo pelo qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros seguimentos da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da população, e propiciadora de impactos ambientais, culturais, econômicos, sociais e tecnológicos, visando o desenvolvimento regional e o aprimoramento das políticas públicas.

Os Componentes Curriculares de Extensão (CCEEx) estão organizados em ações curriculares de extensão no formato disciplinar, levando em consideração o diálogo e a interdisciplinaridade entre os diferentes campos do conhecimento (Educação do Campo, Artes Visuais e Música) e o vínculo com os temas e práticas pedagógicas inerentes à Licenciatura em Educação do Campo. Atuaremos nas seguintes áreas temáticas primárias (Resolução n.º 5, de 02 de setembro de 2020) e linhas temáticas da extensão universitária (Política Nacional de Extensão):

* Área Temática I: comunicação. Linha temática: Alfabetização, leitura e escrita.

* Área Temática II: cultura e arte. Linhas temática: Artes integradas; Artes Visuais; Música.

* Área Temática III: direitos humanos e justiça. Linhas temáticas: direitos individuais e coletivos; organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares.

* Área Temática IV: Linhas temáticas: metodologias e estratégias de ensino e aprendizagem; mídias e artes.

* Áreas Temáticas II e IV: cultura e arte; educação. Linha temática: Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial.

* Área Temática VIII: trabalho. Linhas temáticas: gestão do trabalho; emprego e renda; formação de professores.

De modo específico, a curricularização da extensão, visando à articulação entre teoria e prática para a formação docente, com base nos conhecimentos científicos e didáticos, ocorrerá por meio de ações realizadas no Tempo-Espaço Comunidade. Para fins de computação da carga horária, a disciplina "Alternância Pedagógica e Práticas Comunitárias" (presente em cinco períodos do curso), juntamente com a disciplina "Tópicos especiais em Artes Visuais, Cultura e Educação" possibilitarão a realização das atividades de extensão.

Vale ressaltar que a Educação do Campo busca propiciar as bases de organização do trabalho escolar/pedagógico a partir da valorização dos saberes e fazeres dos povos do campo (público-alvo de nossas ações). Conforme dito anteriormente, o curso organiza-se em dois tempos pedagógicos: Tempo-Espaço Universidade (TU) e Tempo-Espaço Comunidade (TC). Neste, os estudantes têm a responsabilidade de colocar em prática as habilidades que foram (ou serão) apreendidas durante as aulas ocorridas no TU sob a orientação dos docentes do curso.

Nesse sentido, a extensão levará em consideração a práxis por da realização de oficinas, eventos culturais entre outras atividades. Essas ações são realizadas em diferentes espaços, tais como: escolas, ginásios, praças públicas, feiras etc. O intuito é integrar e manter uma relação de reciprocidade com a comunidade e as escolas do campo; propiciar a troca de conhecimentos e experiências; o levantamento e reconhecimento das potencialidades dos sujeitos do campo; e a realização de vivências e reflexões sobre as práticas pedagógicas e culturais locais.

O acompanhamento dos discentes será realizado pelos docentes por meio de relatórios parciais, relatórios finais, registros de imagens e vídeos etc. Esses instrumentos de avaliação serão utilizados em diferentes fases, desde as reuniões de organização, o desenvolvimento das atividades de Alternância Pedagógica nas Comunidades Integradoras e a socialização das ações através de seminários.

Os docentes avaliarão o envolvimento dos estudantes a partir da vivência de cada um, evidenciando, sempre que possível, a iniciativa, a proatividade, o trabalho em equipe, o cuidado com as atividades ligadas à extensão e o cuidado com as atividades relacionadas às comunidades, além da observação do trabalho da equipe para resolução de problemas e superação de imprevistos. Os discentes serão considerados aptos ou não aptos com base em tais procedimentos, levando em consideração o processo formativo de avaliação.

Dentre os indicadores da Universidade Federal do Tocantins e do Tribunal de Contas da União, que serão monitorados pelo curso, destacamos:

a) Indicador UFT Código 100: Municípios atingidos pela extensão - soma dos municípios atingidos pela extensão (no caso da Licenciatura em Educação do Campo, atendemos municípios do nordeste goiano e sudeste tocantinense);

b) Indicador UFT Código 101: Número de ações de extensão no estado do Tocantins;

c) Indicador TCU n. 05: Número (percentual) de estudantes envolvidos em atividades de extensão - artigo 4º e artigo 12 da Resolução CNE/CES 7/2018;

d) Indicador TCU n. 06: Percentual (taxa) de docentes envolvidos em atividades de extensão - artigo 12, inciso III, e artigo 18 da Resolução CNE/CES 7/2018.

3.7 - Equivalências e Aproveitamentos Curriculares

A migração dos (as) alunos (as) do Projeto Pedagógico aprovado em 2013, para este PPC, ocorrerá do primeiro ao sexto períodos e, somente os alunos do sétimo e oitavo períodos que não estiverem devendo disciplinas de períodos anteriores, poderão concluir o curso com 360 horas no sétimo período e 375 horas no oitavo período, de acordo com a matriz curricular do Projeto Pedagógico de 2013. Portanto, caso existam estudantes que estão matriculados no sétimo e/ou no oitavo períodos do PPC aprovado em 2013, mas que estejam com dependência em disciplinas de períodos anteriores, deverão migrar para este PPC e cumprir as disciplinas e carga horária

necessárias para a integralização do curso.

No caso de ter alunos (as) que já tenham cursado todo o sétimo e oitavo períodos no PPC aprovado em 2013 e que estejam apenas devendo disciplinas de períodos anteriores poderão concluir o curso observando a matriz curricular de 2013, dentro do prazo de integralização do curso. Caso contrário, deverão migrar para este PPC e cumprir as disciplinas e carga horária

necessárias a conclusão do curso.

Segundo a Diretoria de Registro e Controle Acadêmico (DIRCA/UFT), as disciplinas cursadas na UFT com equivalências cadastradas no curso de origem serão lançadas automaticamente no Histórico do estudante durante o processamento da matrícula web. Nestes casos, não é necessário solicitar aproveitamento. No entanto, o acadêmico deverá conferir se o aproveitamento foi realizado.

Em relação ao aproveitamento curricular, a DIRCA apresenta os seguintes procedimentos a serem adotados:

* Verificação do prazo para solicitação no Calendário Acadêmico;

* Solicitação no Protocolo, anexando os documentos: Histórico Escolar (em caso de outra IES – reconhecimento do curso); Programa de Disciplinas (em caso de outra IES – timbre e carimbo da IES de origem);

* O setor de Protocolo encaminha o processo à Coordenação do Curso;

* A coordenação de curso analisa a solicitação de aproveitamento e encaminha ao Colegiado de Curso e/ou docente da área da disciplina para deferimento/indeferimento;

* Elaboração da Ata de Aproveitamento de Disciplinas;

* Encaminhamento do processo, juntamente com a Ata e os pareceres à Secretaria Acadêmica;

* A Secretaria Acadêmica, em caso de deferimento total lança no SIE os aproveitamentos.

Quanto ao Aproveitamento de Componentes Curriculares será assegurado o direito ao acadêmico que:der continuidade aos seus estudos no curso a que estiver vinculado ou nele reingressar, o que ingressar como diplomado, o que tiver sido transferido, ou o que tiver mudado de curso, conforme disposto no Art. 90 do Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins (CONSEPE, 2004). A normatização para se obter esse Aproveitamento está contida nos Artigos 91 a 100 do referido Regimento.

Equivalências Curriculares				
Período	Disciplina	Carga Horária	Equivalência	Aproveitamentos
1° Período				
1	METODOLOGIA CIENTÍFICA	60hs	"Metodologia Científica"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
1	ESTADO E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	60hs	"Estado, Sociedade e Questões Agrárias"	CH Integral: Carga horária da disciplina é totalmente equivalente.
1	LINGUAGEM MUSICAL I – Percepção e materiais musicais	60hs	"Introdução à Teoria Musical"	CH Integral: Carga horária da disciplina é totalmente equivalente.
1	ESTUDOS VISUAIS	60hs	"História da Arte"	CH Integral: Carga horária da disciplina é totalmente equivalente.
2° Período				
2	PRODUÇÃO DE GÊNEROS ACADÊMICOS I	60hs	"Produção de Gêneros Acadêmicos I"	CH Integral: Carga horária da disciplina é totalmente equivalente.
2	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60hs	"Sociologia da Educação"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
2	HISTÓRIA, IDENTIDADE	60hs	"História, Identidade e	Integral: Carga horária

	E MEMÓRIA DOS POVOS DO CAMPO		Memória dos povos do Campo"	e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
2	LINGUAGEM MUSICAL II - Percepção e Materiais Musicais	60hs	"Percepção e Notação Musical I"	CH Integral: Carga horária da disciplina é totalmente equivalente.
2	POÉTICAS VISUAIS	60hs	"Percepção Visual"	CH Integral: Carga horária da disciplina é totalmente equivalente.
2	EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA	60hs	"Educação para Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade"	CH Integral: Carga horária da disciplina é totalmente equivalente.
3º Período				
3	MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL	60hs	"Movimentos Sociais"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
3	PRODUÇÃO DE GÊNEROS ACADÊMICOS II	60hs	"Produção de Gêneros Acadêmicos II"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
3	LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DO CAMPO	60hs	"Legislação e Organização da Educação Básica e do Campo"	CH Integral: Carga horária da disciplina é totalmente equivalente.
3	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60hs	"Psicologia da Educação"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
3	LINGUAGEM MUSICAL III – Percepção, preparação vocal e canto coletivo	60hs	"Percepção e Notação Musical II"	CH Integral: Carga horária da disciplina é totalmente equivalente.
4º Período				
4	DIDÁTICA GERAL	60hs	"Didática Geral"	Integral: Carga horária e conteúdo da

				disciplina totalmente equivalente. são
4	FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	60hs	"Introdução à Filosofia" "Filosofia da Educação"	60hs 60hs
4	LINGUAGEM MUSICAL IV - Percepção, preparação vocal e canto coletivo	60hs	"Voz II"	CH Integral: Carga horária da disciplina é totalmente equivalente.
4	FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	60hs	"Práticas Pedagógicas da Educação do Campo"	Ementa Integral: Conteúdo da disciplina é totalmente equivalente.
4	LABORATÓRIO DE EXPRESSÕES TRIDIMENSIONAIS	60hs	"Metodologia do Ensino de Artes I"	CH Integral: Carga horária da disciplina é totalmente equivalente.
5° Período				
5	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	60hs	"Avaliação da Aprendizagem"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
5	HISTÓRIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA	75hs	"História da Música Brasileira"	CH Integral: Carga horária da disciplina é totalmente equivalente.
5	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I	60hs	"Estágio Curricular Supervisionado I"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
5	LABORATÓRIO DE FOTOGRAFIA	60hs	"Laboratório de Fotografia"	CH Integral: Carga horária da disciplina é totalmente equivalente.
6° Período				
6	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II	90hs	"Estágio Curricular Supervisionado II"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.

6	LABORATÓRIO DE PINTURA	60hs	"Laboratório de Pintura"	CH Integral: Carga horária da disciplina é totalmente equivalente.
6	EDUCAÇÃO (DO) SENSÍVEL, PESQUISAS E ABORDAGENS NO ENSINO DAS ARTES VISUAIS	60hs	"Metodologia do Ensino de Artes II"	CH Integral: Carga horária da disciplina é totalmente equivalente.

3.8 - Migração curricular

De acordo com a Nota Técnica do Processo de Migração entre Versões de Projeto Pedagógico de Curso (ou Projeto Político Pedagógico) da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD/UFT), de 29 de junho de 2016:

* Art. 4º A oferta dos componentes curriculares da nova matriz curricular somente poderá ocorrer após homologação do processo de migração, pelo Consepe, e conclusão do procedimento de migração pela Secretaria Acadêmica do campus universitário.

Conforme ressaltado e detalhado no tópico relativo à Equivalência Curricular, a referida Nota Técnica traz a seguinte redação:

* Parágrafo único – A oferta dos componentes curriculares da nova matriz curricular para os alunos ingressantes, do primeiro período/ semestre do curso de graduação, ocorrerá no semestre letivo subsequente à homologação da nova versão curricular do Projeto Pedagógico do Curso no Consepe.

* Art. 5º Não ocorrerá migração para os discentes que estiverem cursando os dois últimos semestres dos cursos de graduação da matriz curricular vigente. Parágrafo único: Serão analisadas as situações de migração, pela coordenação do curso, dos alunos que estiverem vinculados aos dois últimos semestres/ períodos do curso e que estejam matriculadas em componentes curriculares de semestres/períodos anteriores da estrutura curricular vigente.

* Art. 6º. Com fundamento no art. 47 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, garantida a publicidade da nova matriz curricular do curso de graduação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do período de matrícula estabelecido no calendário acadêmico, no sítio eletrônico da Universidade Federal do Tocantins, todos os alunos relacionados no processo de migração serão automaticamente inseridos na nova matriz curricular do Projeto Pedagógico do Curso.

* Parágrafo único: De acordo com a legislação, a instituição de ensino superior possui autonomia para alterar a estrutura curricular do Projeto Pedagógico do Curso, não possuindo o discente direito adquirido no que se refere a estrutura curricular, resguardado o direito à equivalência para os componentes curriculares já integralizados na matriz curricular vigente.

* Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso ou pelo órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Nesse sentido, o curso de Licenciatura em Educação do Campo: Artes Visuais e Música seguirá esta ou outras normas / orientações advindas da Pró-Reitoria de Graduação da

3.9 - Metodologia

A metodologia empregada no processo de ensino e aprendizagem que fundamenta a Licenciatura em Educação do Campo: Artes Visuais e Música tem com base a integração entre teoria e prática com vistas à formação e atuação profissional. Conforme mencionado nos itens anteriores deste PPC, esta articulação (teoria e prática) busca atender o que preconiza a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, em seu Art. 7º A organização curricular dos cursos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, em consonância com as aprendizagens prescritas na BNCC da Educação Básica, tem como princípios norteadores:

* VII - integração entre a teoria e a prática, tanto no que se refere aos conhecimentos pedagógicos e didáticos, quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado;

* VIII - centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

* IX - reconhecimento e respeito às instituições de Educação Básica como parceiras imprescindíveis à formação de professores, em especial as das redes públicas de ensino;

* X - engajamento de toda a equipe docente do curso no planejamento e no acompanhamento das atividades de estágio obrigatório;

* XI - estabelecimento de parcerias formalizadas entre as escolas, as redes ou os sistemas de ensino e as instituições locais para o planejamento, a execução e a avaliação conjunta das atividades práticas previstas na formação do licenciando;

* XII - aproveitamento dos tempos e espaços da prática nas áreas do conhecimento, nos componentes ou nos campos de experiência, para efetivar o compromisso com as metodologias inovadoras e os projetos interdisciplinares, flexibilização curricular, construção de itinerários formativos, projeto de vida dos estudantes, dentre outros.

Nesse sentido, o processo de formação do licenciado em Educação do Campo: Artes Visuais e Música ocorrerá por meio do desenvolvimento das competências profissionais adquiridas nos componentes curriculares, nos estágios, práticas pedagógicas e atividades de ensino, pesquisa e extensão que integram a matriz curricular ou formativa do curso.

Por outro lado, não podemos deixar de frisar que a Educação do Campo exige uma abordagem didático, pedagógica e metodológica que contemple, sobretudo, as especificidades e as necessidades da população que vive no meio rural. Nesse sentido, alguns problemas educacionais encontrados nas escolas no meio rural dão origem à necessidade de uma proposta educacional específica para o campo. A proposta é desenvolver um processo de ensino-aprendizagem contínuo em que o acadêmico percorre o trajeto comunidade – universidade – comunidade.

Inicialmente, em sua realidade, o acadêmico se volta para a observação, pesquisa e descrição da realidade sócio-profissional do contexto no qual se encontra. Em seguida, o acadêmico vai à

universidade, onde socializa, analisa, reflete, sistematiza, conceitua e interpreta os conteúdos identificados na etapa anterior; e por fim, o acadêmico volta para sua realidade, dessa vez com os conteúdos trabalhados de forma a experimentar e transformar a realidade sócio-profissional, de modo que novos conteúdos surgem, novas questões são colocadas, podendo ser novamente trabalhadas no contexto escolar.

De modo geral, a Pedagogia da Alternância pauta-se na experiência prática do estudante, com o conhecimento empírico e a troca de conhecimento com atores do sistema tradicional de educação, e também, com membros da família e da comunidade na qual vive, sujeitos que podem fornecer-lhe ensinamentos sobre aquela realidade.

3.9.1 - Inovação Pedagógica

Per se, o curso de licenciatura em Educação do Campo, oferecido pela Universidade Federal do Tocantins constitui, devido à sua estrutura, uma proposta de inovação pedagógica. Com base na Alternância Pedagógica, prevê um calendário sistematizado em Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC), considerando a realidade dos discentes.

Contempla uma formação configurada por áreas múltiplas, fundamentais para a construção de profissionais multidisciplinares e cidadãos conscientes, visando os aspectos integrais destes. Sendo o eixo principal as linguagens de Música e Artes Visuais, também apresenta diálogos com a área de Ciências Humanas, cujo vínculo com a educação fundamenta a interrelação com a Educação do Campo, em uma perspectiva freireana: política, transformadora e dialógica, de forma a garantir o acesso ao conhecimento histórico-crítico que não pode ser negado às bases populares e povos do campo. Assim, os diversos saberes são valorizados, bem como a cultura local.

Dessa forma, apresenta uma orientação contemporânea, com práticas interdisciplinares e transdisciplinares. Como sustentam Molina e Sá (2011), trata-se de uma organização que implica em novos espaços curriculares que articulam componentes tradicionalmente disciplinares, fazendo-os dialogar entre si a partir de recortes complementares e interdisciplinares. O diálogo visa superar a fragmentação tradicional proposta por uma formação disciplinar.

A inovação da formação relacionada às diversas áreas do conhecimento resulta uma organização destas, envolvidas no conjunto das disciplinas previstas, que passam pela formação geral por intermédio dos fundamentos didático-metodológicos, sem perder de vista o foco em cada componente curricular, pois todos são articulados à identidade profissional e atuação docente. Além disso, vale ressaltar a importância estabelecida pela não hierarquização dos conteúdos, bem como suas significações em/sobre os modos de produção dos sujeitos do conhecimento, potencializados interdisciplinarmente.

As modalidades de aulas adotadas no pós-pandemia são as presenciais, síncronas online e assíncronas, sendo a plataforma AVA o suporte institucional garantido aos discentes e docentes. Também como tecnologia de apoio é oferecido ao aluno um chip para acesso às aulas virtuais. Tais escolhas são realizadas de forma que as tecnologias sejam ferramentas pedagógicas complementares.

3.9.2 - Gestão de Metodologias e Tecnologias Educacionais

A gestão pedagógica do curso buscará o uso e a abordagem do conhecimento das tecnologias educacionais adequada ao corpo discente e à realidade sócio-política da

comunidade acadêmica. O objetivo da coordenação é o de contribuir para o desenvolvimento da autonomia do corpo docente e da gestão democrática, inteirando-se das novas tecnologias a serviço da educação superior.

As constantes inovações sociais e tecnológicas afirmam a necessidade de qualificação dos profissionais que atuam no setor da educação de forma permanente. Neste contexto, a formação do profissional licenciado da educação do campo, no uso das TIC's na educação, poderá transformar sua práxis enquanto professor e gestor escolar. O objetivo, junto ao corpo discente, é o de desenvolver novas propostas de avaliação e gestão, utilizando os recursos tecnológicos no espaço escolar, permeada por uma abordagem teórica que pode resultar numa aprendizagem mais significativa, contribuindo para a interdisciplinaridade. A escola deve fazer uma profunda reflexão sobre o uso de novas tecnologias, utilizando-as, não como um fim, mas como uma ferramenta a mais nas práticas pedagógicas, de modo que o ensino-aprendizagem aconteça com maior qualidade. A educação, tendo como apoio o uso das TIC's exige novas habilidades, dos gestores e professores, utilizando métodos incorporados à realidade do ambiente escolar, para que as inovações sejam adequadas ao cotidiano administrativo e ao processo pedagógico.

Nesse sentido, as próprias metodologias de ensino e tecnologias adotadas pelo corpo docente do curso deverão ser aplicadas buscando a constante inovação pedagógica, sempre procurando sua adequação à realidade do campo e do corpo discente. O corpo docente, e a coordenação do curso, tem à disposição ferramentas e plataformas que se firmaram como indispensáveis ao cotidiano pedagógico desde a pandemia de COVID-19, tais como: a plataforma AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), que é composto por um conjunto de ferramentas destinadas a aprimorar a experiência de ensino, e que permite que os professores compartilhem materiais e se comuniquem com seus alunos através da web, por meio do software Moodle; o Portal do Professor e o Portal do Aluno, onde as informações referentes a frequência, plano de ensino, notas e comunicação com os alunos também podem ser realizadas; o sistema de e-mails institucionais da UFT junto a Google; ferramentas como Google Meet, Google Scholar, Prezi, Canva, entre outras, para dar suporte nas aulas remotas. Essas são ferramentas que contribuem tanto com o desenvolvimento e execução das aulas remotas, quanto a estratégias de avaliação e retorno do aprendizado aos estudantes. Quanto ao Tempo Universidade, com aulas presenciais, o curso tem à disposição a ferramentas e recursos como projetores multimídia nas salas, quadro branco e pincel, aparelho de som, computadores, entre outros.

3.9.3 - Ambiente, Materiais e Ferramentas Assistivas

A Universidade Federal do Tocantins/Câmpus Arraias tem buscado atender as orientações da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito das Pessoas com Deficiência e ao que se encontra disposto na Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

No que diz respeito à reserva de vagas em concursos públicos, a UFT vem cumprindo as exigências, atendendo ao Decreto nº. 5.296/2004. Em relação à estrutura e equipamentos, as edificações foram construídas para dar acesso e uso a quem, eventualmente, tem alguma dificuldade de locomoção:

* entradas principais com rampas;

* a maioria das dependências de uso geral está posta no andar térreo (biblioteca, laboratórios,

auditório, protocolo e secretaria acadêmica etc.);

* os sanitários, tanto masculino, como feminino, são adequados para cadeirantes e portadores de necessidades especiais;

* disposição de algumas salas de aula no andar térreo;

* são reservadas vagas especiais no estacionamento;

* os prédios Bala e Três P dispõem de elevadores.

Outro destaque é a Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista. Em atendimento à referida lei, a Universidade Federal do Tocantins através da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PROEST, Divisão de Assistência Estudantil – DAE – Campus Professor Doutor Sérgio Jacintho Leonor – Arraias elaboraram o Programa de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, apresentado propostas relacionadas às tendências de inclusão no ensino superior.

O Objetivo Geral desse programa é implantar ações contínuas e pontuais voltadas ao processo de inclusão de pessoas com transtorno autista. Especificamente, o programa visa proporcionar ao indivíduo com transtorno autista um ambiente universitário propício ao seu desenvolvimento técnico e humanístico, capacitar colaboradores e docentes para o atendimento e atenção a esses indivíduos, estabelecer convênios com associações e instituições que prestam cuidados e apoio, estabelecer vínculos com especialistas em transtorno autista visando ofertar palestras sobre o assunto, dentre outros.

Para o atendimento aos alunos com necessidades especiais o câmpus disponibiliza o Laboratório de Tecnologias Assistivas – LATECAS para o atendimento à Educação Especial e Inclusiva, tendo como público-alvo as pessoas com deficiências, as pessoas com transtorno de desenvolvimento e as pessoas com altas habilidades. Esse laboratório também dá suporte pedagógico aos docentes em assuntos referentes à Educação Especial e Inclusiva.

O referido laboratório (Atendimento Educacional Especializado – AEE) é responsável pelo atendimento às pessoas com transtornos de desenvolvimento, tais como o autismo e as doenças mentais graves, onde é dado o suporte necessário aos docentes para prestar o suporte pedagógico necessário.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Tocantins (PDI/ UFT, 2021), no Regimento Geral do Sistema de Biblioteca há uma seção destinada à Acessibilidade Informacional, que tem por objetivo atender aos membros da comunidade acadêmica com deficiência voltada para acessibilidade informacional. Conforme o documento, compete à Seção de Acessibilidade Informacional – SAI a prestação de serviços que atendam exclusivamente as demandas informacionais de estudantes identificados por meio de laudo como com necessidades educativas especiais:

* I. atender aos usuários com deficiência visual, auditiva, paralisia cerebral, dislexia, Síndrome de Irlen;

* II. disponibilizar acervo especializado (Braille, digital acessível e falado);

* III. adaptar materiais didáticos e pedagógicos (leitura e digitalização);

* IV. emprestar equipamentos de tecnologia assistiva (lupa, CDs, DVDs, notebooks, etc.);

* V. disponibilizar computadores com softwares específicos para os usuários (para acesso a esses serviços serão instalados scanners e os softwares);

* VI. disponibilizar impressão (Braille, texto em fontes maior para baixa visão e cópias ampliadas);

* VII. promover eventos inclusivos em parceria com os cursos.

A Licenciatura em Educação do Campo: Artes Visuais e Música tem levado em consideração todos os pontos salientados e buscado atender em sua prática pedagógica cada um dos estudantes que apresentam necessidades específicas de atendimento.

3.9.4 - Tecnologias Sociais

O Curso de Educação do Campo, em sua organização curricular e práticas pedagógicas, tem se preocupado não somente com a questão do acesso à universidade, mas também com as condições de permanência, especialmente das populações camponesas. Em outras palavras, as ações e atividades desenvolvidas no curso contemplam a valorização dos saberes tradicionais em diálogo com o saber universalmente constituído. Como já mencionado, isso se estabelece pela Alternância Pedagógica, onde há tempos e espaços distintos (Tempo- Universidade e Tempo-Comunidade).

Embora seja necessário ampliar projetos de extensão vinculados, em sua intencionalidade, ao desenvolvimento de tecnologias sociais, compreendemos que a Alternância Pedagógica seja uma das principais responsáveis pela procura e permanência dos discentes neste curso.

Diante disso, reconhecemos que a Alternância Pedagógica é, por natureza e definição, interdisciplinar, crítica e emancipatória. Nela, aspectos de colaboração ou ações coletivas são potencializados, visto que parte da formação é realizada na comunidade dos discentes em parcerias com a Educação Básica. Além disso, há o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), tanto para que o discente tenha acesso a seus dados acadêmicos, como para práticas pedagógicas.

3.9.5 - Formação e Capacitação Permanente

Além das atividades de ensino e ações integrantes dos projetos de pesquisa e de extensão vinculados ao curso (conforme já mencionado), são realizadas atividades de formação permanente no âmbito da Licenciatura em Educação do Campo. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins, 2021-2025 (RESOLUÇÃO Nº 38, DE 23 DE ABRIL DE 2021 – CONSUNI/UFT, p. 49), "é necessário desenvolver a educação superior para além das questões técnico-profissionais, desenvolvendo também a formação do indivíduo, cidadão de nossa sociedade. E reafirmar a credencial para o exercício profissional a partir da conquista de uma formação como ser humano, enquanto cidadão sociocultural e profissional".

Dito de outro modo, o curso mantém o compromisso com a formação profissional engajada com a responsabilidade social e a cidadania. Dentre as ações, podemos destacar o "Encontro de Educação do Campo e a Semana de Educação Musical e Artes Visuais na Educação do Campo", que se encontram em sua quarta edição. O evento, realizado no Câmpus Universitário de Arraias, vem se consolidando no âmbito da instituição, cuja importância tem sido reconhecida em cada edição, com a participação de diferentes segmentos sociais e instituições parceiras.

Por meio de uma abordagem interdisciplinar, o Encontro / Semana de Educação Musical e Artes Visuais conta com atividades técnico-científicas por meio de conferências, palestras, mesas-redondas, atividades artístico-culturais, oficinas, minicursos com a participação de pesquisadores convidados, além da apresentação de trabalhos científicos afinadas ao eixo-central do evento, demonstrando à comunidade tocantinense a relevância do conhecimento científico no desenvolvimento social, econômico e cultural no estado do Tocantins e demais regiões.

A Comissão Organizadora (também formada por membros do colegiado e do NDE do curso) tem buscado proporcionar reflexões em relação à educação, especialmente, para as escolas do campo, que vivenciam ainda a ausência de investimento público no ensino e na formação de professores.

Nos dias do evento, os participantes têm dialogado com vistas a definir mecanismos que articulem a relação teoria e prática, de modo a implementar essa articulação no contexto do curso, compreendendo que é fundamental para o avanço da formação de professores e para a melhoria do fazer pedagógico como processo inovador.

Seguem abaixo alguns minicursos propostos para o "IV Encontro de Educação do Campo e a Semana de Educação Musical e Artes Visuais na Educação do Campo":

1. O patrimônio musical brasileiro como perspectivas para o ensino de música na escola - Prof. Dr. Luis Ricardo Silva Queiroz (UFPB)

· Ementa: O minicurso tem como base uma perspectiva prática para o ensino de música no contexto escolar, a partir da diversidade de músicas que caracterizam a cultura brasileira. Partindo de uma reflexão crítica e de uma análise abrangente de diferentes lugares, valores e dimensões estáticas que constituem a música na cultura nacional, serão trabalhadas alternativas para problematizar tendências unilaterais e homogeneizadoras de ensino na escola, construindo novas alternativas para a práxis musical nesse contexto. (Carga horária: 04h / Vagas: 20).

2. Iniciação à regência coral - Prof. Dr. Waldir Pereira da Silva (UFT)

· Ementa: A regência como condução e interpretação da peça musical. Fundamentos das Técnicas básicas gestuais de regência. Exercícios técnicos para o desenvolvimento de habilidades individuais na regência coral, gestos expressivos aplicando-os em peças populares nos compassos binário, ternário e quaternário. Independência das mãos e postura corporal na aplicação em crescendos, decrescendos, legatos, fermatas, anacruses, staccatos, fraseado e cortes. Noções básicas de técnica vocal. Classificação das vozes para o Canto Coral. Higiene Vocal para o uso da voz em grande intensidade. Critérios para seleção do repertório. Técnicas de ensaio e resolução de problemas funcionais. (Carga horária: 08h / Vagas: 20).

3. Estrutura e Organização da Base Nacional Comum Curricular - Profa. Dra. Suze da Silva Sales (UFT)

· Ementa: O minicurso tem o objetivo abordar elementos para o entendimento da estrutura da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, cuja organização necessita de análise e compreensão para sua devida apropriação no fazer docente de profissionais da Educação

Básica. Assim, utilizar-se-ão extratos de textos normativos, estudo da parte introdutória da BNCC, bem como de sua organização, além de exercícios de produção dos descritores educacionais contidos na Base. Espera-se, dessa forma, contribuir para as discussões em relação a este importante documento e sua aplicabilidade na Educação Básica. (Carga horária: 04h / Vagas: 20).

4. Intervenções urbanas - aspectos históricos, teóricos e práticos - Prof. Me. Don Gomes Alves (UFT)

· Ementa: Este minicurso tem como objetivo apresentar uma forma contemporânea de produção e ação artística: a intervenção urbana. Abordaremos desde aspectos históricos que levaram os artistas a utilizar os espaços públicos para a produção e mostra de obras, até o uso destes locais para a elaboração de discursos críticos sobre os espaços urbanos. Concomitantemente, veremos as linguagens artísticas mais usadas para as intervenções, concluindo com uma prática envolvendo o estêncil para intervenção do grupo em espaço ainda a definir. O minicurso destina-se a toda comunidade acadêmica da UFT (e demais participantes do evento), assim como para qualquer membro da sociedade arraiana que deseje explorar novas possibilidades de produção artística. (Carga horária: 04h / Vagas: 20).

5. Técnica Vocal e Dicção - Profa. Me. Aparecida de Jesus Soares Pereira (UFT)

Ementa: Conhecimento do aparelho fonador e fisiologia da voz. Habilidades técnicas necessárias para uma correta impostação vocal preparatória e atividades expressivas para o canto e para a ação docente. Desenvolvimento da expressão oral. Nesse sentido, o objetivo do minicurso é desenvolver a qualidade vocal por meio de técnicas adequadas para a voz falada e cantada voltadas aos profissionais que utilizam a voz para uma comunicação mais efetiva. As atividades ocorrerão por meio do estudo do conhecimento do aparelho fonador e da fisiologia vocal no intuito de conscientizar os participantes da conservação e utilização do seu aparelho vocal, evitando assim possíveis problemas causados pelo uso indevido e/ou abusivo da voz, bem como o desenvolvimento de técnicas para o aperfeiçoamento vocal e da expressão oral. (Carga horária: 4h / Vagas: 20).

6. Poéticas Visuais na MPB: montagem e instalação de videoclipes - Prof. Dr. Gilberto Paulino / Prof. Esp. Roberto Francisco Leite / Profa. Me. Daryellen Arantes (UFT)

· Ementa: Leitura, interpretação e apreciação de músicas populares brasileiras com foco na temática do Campo (Educação do Campo). Interdisciplinaridade na prática de criação de videoclipes (Artes Visuais, Literatura e Música). O minicurso abordará as técnicas de composição da linguagem audiovisual e suas inter-relações nos processos de compreensão e apreensão da realidade dos sujeitos do campo: vivências, desafios, potencialidades etc. No primeiro momento, serão apresentadas músicas previamente selecionadas para discussão/debate acerca do contexto das obras. Na segunda etapa, serão realizados exercícios de criação de roteiros para a parte prática de captação, edição e exposição de videoclipes. Por último, os trabalhos serão socializados e apreciados pelos participantes. (Carga horária: 8h / Vagas: 20).

7. Políticas Públicas de Educação do Campo e suas interfaces com os movimentos sociais - Prof. Dr. Ramofly Bicalho/Prof. Dr. Bruno Cardoso de Menezes Bahia (UFRRJ)

· Ementa: Movimentos sociais, seus referenciais teóricos e manifestações. Diferentes articulações entre educação escolar, popular e movimentos sociais. A luta dos movimentos sociais por políticas públicas de educação do campo no Brasil. Nesse âmbito, este minicurso tem por objetivo compreender historicamente a participação dos movimentos sociais e suas demandas em prol das políticas públicas de educação do campo no Brasil, articulando histórias, memórias, identidades, práticas pedagógicas, fatores culturais, econômicos e sociais que

emergem do envolvimento político na luta por educação pública. (Carga horária: 4h / Vagas: 20).

3.9.6 - Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

Conforme Parecer CNE/CP nº 9/2007, a avaliação do processo da aprendizagem é parte integrante do processo de formação, uma vez que possibilita diagnosticar lacunas a serem superadas, aferir os resultados alcançados considerando as competências a serem constituídas e identificar mudanças de percurso, eventualmente, necessárias. A avaliação não deve ser utilizada como punição àqueles que não alcançaram os resultados esperados, mas como forma de contribuir para que cada discente identifique melhor as suas necessidades de formação e empreenda o esforço necessário para realizar sua parcela de investimento no próprio desenvolvimento profissional.

De acordo com Resolução CNE/CP nº 2/ 2019, a avaliação faz parte de um processo mais amplo em que a prática pedagógica deve ser considerada durante as aulas no contexto acadêmico. Nesse sentido, os componentes curriculares da Licenciatura em Educação do Campo levam em conta as situações de ensino e aprendizagem pautadas em vivências, seja pela Prática como Componente Curricular ou as ações do Estágio Supervisionado. Além disso, são considerados os momentos de planejamento, as discussões em sala, as atividades em grupo, os estudos e análises de materiais didáticos utilizados nas escolas, os estudos sobre os documentos, leis e materiais específicos da Educação Básica, dentre outros.

A avaliação do processo de aprendizagem também é parte integrante do cotidiano dos futuros professores, de modo a exigir a reflexão permanente de seu percurso e regular as ações de sua formação profissional. No que diz respeito ao corpo docente, este deverá apresentar de forma clara os critérios e os instrumentos de avaliação que serão utilizados, contribuindo para que os discentes conheçam e reconheçam seus próprios métodos de pensar, utilizados para aprender, desenvolvendo capacidade de autorregular a própria aprendizagem, descobrindo e planejando estratégias para diferentes situações.

O colegiado entende que não se avalia apenas o conhecimento adquirido, mas a capacidade de acioná-lo e de buscar outros meios para realizar o que é proposto. Dessa forma, os instrumentos de avaliação só cumprem seu papel se puderem diagnosticar o uso funcional e contextualizado dos conhecimentos.

A avaliação é um aspecto fundamental no processo de inovação e reformulação das estratégias de ensino. A avaliação formativa é fundamental no processo de ensino e aprendizagem centrado no estudante. Todavia, buscamos superar o desafio em adotar um processo de avaliação, com enfoque interdisciplinar, que articule diferentes áreas do conhecimento, de fazeres e de atitudes nos processos de ensino e aprendizagem como forma de se conhecer as limitações e potencialidades do estudante na sua aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, de aquisição de habilidades e atitudes/comportamentos.

Diante disso, a avaliação no Curso de Educação do Campo é considerada em sua dimensão pedagógico como um elemento constitutivo do processo de planejamentos e replanejamento da formação proposta, desenvolvida de forma contínua, visando contribuir para a potencialização do processo de ensino e aprendizagem. Assume-se ainda a avaliação como instrumento que contribui para a materialização da gestão democrática do processo pedagógico, possibilitando aos participantes do curso o diálogo sobre o processo formativo e o encaminhamento e dinamização de propostas que revitalizem continuamente a formação oferecida, garantindo, quando necessário, sua adequação às demandas que emergem durante o período de curso e a superação das dificuldades que possam comprometer o êxito desse processo.

Assim, primando pela afirmação de princípios éticos e de indissociabilidade teórico-prática, a avaliação é compreendida no curso como um processo diagnóstico, investigativo, formativo, sistemático, contínuo, participativo, que deve possibilitar aos sujeitos participantes o redimensionamento das ações desenvolvidas, apontando a necessidade de avançar ou retomar determinados objetivos propostos, aprendizagens significativas, constituindo-se num exercício permanente de diálogo sobre o processo.

Em relação à avaliação discente, esta deverá ser feita de forma articulada às atividades curriculares – buscando-se superar a fragmentação do processo – e por meio da análise da produção resultante da participação dos mesmos em ações de ensino, pesquisa e extensão. Seguem alguns meios ou instrumentos de avaliação considerados no processo de ensino e aprendizagem:

* Diário de Classe: registro das atividades planejadas e executadas e da frequência e participação dos discentes;

* Produção individual e coletiva: material construído pelos discentes e relacionado a um determinado período de formação, a exemplo do memorial (registro da trajetória pessoal contemplando aspectos da história de vida e formação escolar, experiência profissional, etc.); da produção artística (poemas, músicas, vídeos, pinturas, fotografias etc.); de artigos; sínteses; relatórios; projetos; etc;

* Fichas de autoavaliação dos educandos: que deverá expressar análise do aproveitamento individual de cada discente a partir da reflexão sobre seu aprendizado e participação no curso, podendo subsidiar a avaliação do educador sobre o grupo, sobre o processo e sobre sua ação docente;

* Ficha de parecer individual: expressa análise e registro do aproveitamento individual dos discentes realizada pelos educadores;

* Plenárias de autoavaliação, em que os discentes do curso possam manifestar a avaliação sobre seu desempenho individual e sobre o desempenho coletivo da turma.

De acordo com o Regimento Acadêmico da UFT, a avaliação do desempenho acadêmico é concebida como parte essencial e integrante do procedimento sistemático do aproveitamento do aluno em relação aos conhecimentos, habilidades e competências exigidas para o exercício profissional e científico, conforme a Resolução CONSEPE nº 05/2005 Art. 4º, II, letra d. O aproveitamento escolar é avaliado por meio dos resultados por ele obtido em atividades acadêmicas feitas por disciplina, para onde convergirão os resultados de provas, trabalhos, projetos e outras formas de verificação, previstas no plano de ensino da disciplina.

Cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota expressa em grau numérico de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) sendo exigido, no mínimo, a nota 7,0 (sete) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) para aprovação. O aluno com frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) e média igual ou superior a 4,0 e inferior a 7,0 (sete) será submetido ao exame final. Para aprovação, exige-se que a média aritmética entre a média anterior e a nota do exame final seja igual ou superior a 5,0.

Ao considerarmos a avaliação como algo que envolve o contexto institucional para além da sala de aula, outros elementos passam a fazer parte desse processo. Assim, em consonância com os critérios definidos pela UFT, a avaliação constitui-se em um processo contínuo que envolve ações de diagnóstico, análise, acompanhamento e proposição de ações para a superação das dificuldades encontradas e o reforço dos pontos positivos, bem como a avaliação da própria avaliação. Então, seguem algumas estratégias e instrumentos de avaliação

do curso:

* Plenárias de Avaliação, em que os discentes e docentes do curso possam manifestar a avaliação sobre o processo educativo – considerando os resultados da avaliação discente e da avaliação docente – e encaminhar propostas para o planejamento integrado e reorientação do percurso formativo quando necessário;

* Reuniões Docente, em que os educadores coletivamente possam avaliar o processo, considerando a avaliação geral e organizando as propostas para o processo de planejamento integrado e reorientação do percurso formativo, quando necessário;

* Sistematização e Produção de Relatórios Pedagógicos, garantindo periodicamente o registro das atividades e análise e reflexão sobre o processo desenvolvido a cada período.

No que diz respeito à avaliação da ação docente, esta é assumida aqui em sua perspectiva formativa, como procedimento de qualificação docente e como estratégia que visa estimular os educadores em um exercício de reflexão metacognitiva e de práxis pedagógica, tendo como horizonte a melhoria do ensino e a reorientação da proposta de formação do curso, quando necessário. Dentre as estratégias de avaliação docente, destacamos:

* Avaliação da turma sobre o desempenho docente;

* Autoavaliação docente;

* Avaliação dos pares.

Nesse processo, é importante destacar a integração de todos os setores que compõem a Universidade (aqui não listados, tendo em vista que o foco deste item é o processo de ensino e aprendizagem). Entretanto, ressalte-se que caberá ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo em qualquer tempo, de acordo com as demandas que possam emergir, propor procedimentos e processos diversificados, internos e externos, para a avaliação das ações discentes e docentes, considerando a compatibilidade com os preceitos legais estabelecidos par tal processo avaliativo, tendo sempre em conta a qualidade do curso e potencialidade das intervenções nas ações pedagógicas do campo.

3.9.7 - Atividades de Ensino-Aprendizagem

Ao considerarmos o papel desempenhado pelo professor para além do ministrar aulas e do repassar conhecimentos, abandonamos uma visão burocrática e damos espaço para a reflexão acerca da importância de estimular a descoberta, o interesse dos estudantes por seu processo de ensino-aprendizagem.

Cabe, ao professor, ser um profissional aberto ao conhecimento e à aprendizagem em seu cotidiano, imerso em constantes atualizações e contínua inovação, buscando promover um movimento significativo de aquisição e adequação de conhecimentos. (VYGOTSKY, 1993).

Nesse sentido, a Licenciatura em Educação do Campo: Artes Visuais e Música busca em seu processo educativo não se distanciar da realidade, isto é, as atividades de ensino-aprendizagem tem como foco a reflexão e o olhar crítico a respeito das informações e conhecimentos compartilhados, considerando as possibilidades de contribuição quanto à diminuição das desigualdades sociais e quanto à melhora da qualidade de vida dos indivíduos. (SACRISTAN; GÓMEZ, 1998).

Assumimos então o compromisso de despertar nos estudantes uma visão crítica da sociedade, buscando oportunizar a expressão das ideias, uma perspectiva ativa e participante na vida social, cultural e política em sua comunidade. Tornar estes sujeitos ativos na construção de seu saber possibilita reconstruções sociais, já que se superam noções anteriormente estabelecidas. A sala de aula passa a ser o local de questionamento e reflexão; um espaço para a socialização do conhecimento (DEMO, 1996) e não mais o espaço para certezas e verdades pré-concebidas (MOITA LOPES, 1996). Espaço em que se equilibram as oportunidades de contribuição e discussão oferecidas aos estudantes e a produtiva utilização dessas contribuições a fim de se alcançarem os objetivos educacionais, viabilizando um processo de ensino-aprendizagem realmente significativo.

Diante disso, destacamos as seguintes atividades de ensino-aprendizagem, considerando a interface entre ensino, pesquisa e extensão:

a) Plano de Estudo, Pesquisa e Trabalho Acadêmico: constitui-se no instrumento orientador das atividades de estudo, experimentação e pesquisa de campo a serem realizadas pelos estudantes no Tempo-Espaço Comunidade, nas visitas e/ou nos estágios profissionais, tendo como referência os enfoques ou temas definidos a cada semestre letivo: organização e sistematização do processo de autoformação a ser vivenciado pelos estudantes.

b) Pesquisa socioeducacional: o Tempo-Espaço Comunidade é o tempo das práticas de pesquisa social e educacional, configurando-se como momento de investigação acadêmica sobre o cotidiano pedagógico das escolas rurais e das comunidades em que elas se situam. É o momento de levantamento de dados e da vivência de experiências socioeducativas junto à escola e a comunidade de modo que permitam a construção de reflexões sobre a realidade e os processos pedagógicos que no campo se desenvolvem. No momento da pesquisa socioeducacional, busca-se fomentar o estudo e reflexão sobre as possibilidades da ação pedagógica individual e coletiva no desenvolvimento de processos formativos e na produção de conhecimentos que ajudem no empoderamento político, cultural e de sustentabilidade das comunidades camponesas.

c) Grupos de estudos, pesquisa e trabalhos acadêmicos: momentos organizados pelos professores-pesquisadores do curso e/ou pelos próprios estudantes. Caracterizam-se como grupos temáticos, privilegiando a interdisciplinaridade e voltando-se à realização de atividades de pesquisa, estudo ou extensão, tendo como objeto questões focadas em temas vinculados aos eixos, que produzam conhecimentos ajudem a enriquecer e diversificar a formação acadêmica a partir dos interesses acadêmicos dos sujeitos (alunos e professores) que deles participam.

d) Seminários temáticos: realizados a cada momento conclusivo do período de Tempo-Espaço Universidade com vistas a compartilhar as experiências e atividades realizadas no Tempo-Espaço Comunidade, a exemplo de ações voltadas para o diagnóstico social, cultural, ambiental e econômico das comunidades camponesas (em especial do território de atuação do curso). Constitui-se na sistematização integrada de dados e reflexões produzidas a partir do conjunto de estudos realizado por meio de pesquisa construída ao longo do curso em cada Tempo-Espaço Comunidade.

Estas ações compõem a dinâmica do Tempo-Espaço Universidade e do Tempo-Espaço Comunidade, levando em consideração a realidade das comunidades que integram o curso. De modo específico, a investigação e análise do cotidiano pedagógico voltam-se para as práticas dos sujeitos educativos e o currículo das escolas rurais. Cabe salientar, ainda, a interface de tais ações/atividades com os programas e projetos no âmbito do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, de modo a considerar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

3.10 - Estágio Curricular Supervisionado

O estágio curricular é um ato educativo escolar supervisionado, de caráter teórico-prático, que tem por objetivo principal proporcionar ao (a) acadêmico (a) a aproximação com a realidade profissional, com vistas ao aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e pedagógico de sua formação acadêmica, no sentido de prepará-lo para o exercício da profissão e da cidadania. O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório e deve integrar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e o itinerário formativo do estudante.

O estágio curricular obrigatório configura-se como um espaço formativo mediado por um diálogo crítico com a realidade que prima proporcionar ao estudante experiências práticas na sua linha de formação, favorecendo a articulação do ensino com a pesquisa e extensão. O estágio curricular não-obrigatório, por sua vez, visa a ampliação da formação profissional do estudante por meio das vivências e experiências próprias da situação profissional.

Dessa forma, o Estágio Supervisionado, além de ser uma exigência legal, deve ser parte integrante da formação de professores, integrando a teoria com a prática numa perspectiva da práxis educativa. Assim, o currículo deve propiciar, permanentemente, a articulação entre o conteúdo da formação profissional com o exercício da docência, configurando uma visão mais integrada do conhecimento profissional.

Constituem espaços de Estágio Curricular Obrigatório (unidades concedentes) as instituições de educação básica da rede pública e particular de ensino, organizações governamentais, não-governamentais e espaços não formais, cujas ações tenham propósitos educacionais.

Orienta-se que a maior parte da carga horária total do Estágio seja realizada em instituições públicas de Educação Básica. O Estágio Curricular Obrigatório, conforme termo de convênio que visa celebrar aconteça em instituições de Educação Básica e/ou organizações localizadas na jurisdição do estado de Tocantins e Goiás, não impedindo que sejam celebrados outros acordos contratuais entre outras regiões a depender das necessidades e demandas mais recentes.

Os Estágios Curriculares Supervisionados são regidos pelas seguintes legislações: Lei 9.394/96, de 20/12/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Resolução CNE/CP nº 2, de 19/02/2002 – que institui a duração e a carga horária do curso de licenciatura, de graduação plena de formação de professores da Educação Básica. Lei 11.788, de 25 de novembro de 2008. Decreto nº 87.497/82 que regulamenta a Lei 6.494/77, que considera estágio curricular como atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situação de vida e de trabalho de seu meio, sendo realizada na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito privado, sob a responsabilidade e coordenação de instituição de ensino.

Além da legislação acima citada o Estágio Curricular do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Artes Visuais e Música da UFT/ Câmpus Universitário de Arraias, está em consonância com a Resolução nº 003/2005 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE que dispõe o Regulamento do Estágio Curricular Obrigatório dos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Tocantins.

Serão realizados durante o Tempo-Espaço Comunidade em escolas e comunidades do campo e ou da cidade, desde que estas recebam estudantes oriundos do campo. O estágio constitui-se

na vivência e exercício profissional da docência na área de conhecimento – Linguagens- Artes, sob orientação e acompanhamento de professores e articulada ao planejamento das instituições de ensino campo de estágio.

Os estágios curriculares são realizados a partir de convênios celebrados com as Secretarias de Educação Estaduais e ou Municipais de alcance do Campus e ainda, em caso de exceção, poderão acontecer em espaços socioeducativos não escolares. Assim, entendemos que os estágios no Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Artes Visuais e Música no Campus de Arraias abrangem as séries finais do segundo seguimento da Educação Básica, o Ensino Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Profissional, além dos espaços não-escolares.

Como campo de estágio obrigatório temos convênios celebrados entre a UFT com os Estados do Tocantins e Goiás por intermédio das Secretarias Estaduais e ou Municipais de Educação. De modo específico e respeitando as características regionais da instituição proponente e dos estudantes, são estabelecidos diálogos e formalidades com as escolas das Diretorias Regionais de Ensino de Arraias, Dianópolis e Porto Nacional em Tocantins e pelas Coordenações Regionais de Educação sob a Jurisprudência da

Secretaria de Estado da Educação de Goiás, ou ainda, a depender da comunidade de origem dos estudantes, esse campo de atuação poderá ser ampliado, desde que seja celebrado convênio com a Secretaria Estadual ou Municipal de Educação de origem, respeitando a legislação e as normatizações externas e internas nacionais e em âmbito da Universidade Federal do Tocantins.

Por se tratar de uma atividade fundamental para a formação, o estágio é desenvolvido sob a supervisão de um Professor Supervisor de Estágio com formação na área, com o acompanhamento do Professor Orientador designado pelo colegiado do curso e a colaboração dos professores, coordenadores e diretores das unidades concedentes.

O Estágio Curricular Obrigatório deverá ser planejado de forma a contemplar ações relativas a planejamento, análise e avaliação do processo pedagógico, atividades de observação e regência/ docência. A frequência do estagiário deverá ser de 100% (cem por cento) nas atividades realizadas na Unidade Concedente e de no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades realizadas na Universidade.

Quanto ao que se refere à operacionalização do Estágio Curricular Obrigatório, o mesmo terá carga horária mínima de 405 (quatrocentas e cinco) horas e deverá começar a partir do início da segunda metade do curso, conforme distribuição de carga horária definida pelo Projeto Pedagógico do Curso. No Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Artes Visuais e Música a carga horária é dividida entre 4 disciplinas:

- * Estágio Supervisionado I;
- * Estágio Supervisionado II - Observação;
- * Estágio Supervisionado III - Regência em Artes Visuais;
- * Estágio Supervisionado IV - Regência em Música.

Os estágios serão realizados conforme calendário letivo da Universidade Federal do Tocantins (UFT), em conformidade com o calendário da Unidade Concedente. As datas e horários dos

encontros, serão definidas entre o estagiário e a Unidade Concedente. O estudante deverá repassar esta informação ao Professor Orientador da UFT. Cada estagiário da UFT organiza o seu cronograma de acordo com o as orientações da Unidade concedente e o professor supervisor designado.

Importante ressaltar que o estagiário que exerça e comprove exercício de atividade docente regular em sua área de formação e/ou área afim, poderá requerer a redução de até o máximo de 200 (duzentas) horas da carga horária total mínima a ser cumprida no Estágio Curricular Obrigatório (Resolução CNE/CP 02/2002).

Em se tratando da avaliação do Estágio Curricular Obrigatório, será realizada: pelo professor de estágio da Universidade, conforme plano de ensino do professor e pelo supervisor de estágio na Unidade Concedente, por meio de ficha própria entregue a este pelo estagiário, após orientação na Unidade Proponente e pela Central de Estágios da UFT, cujos termos, relatórios finais e outras evidências, anexos e apêndices deverão ser vinculados ao sistema SAGE/UFT.

3.11 - Atividades complementares

Ao levarmos em consideração a Resolução nº 2/2019, observamos que não há expressamente a indicação da obrigatoriedade das atividades complementares. Todavia, as atividades complementares devem ser compreendidas inerentes ao processo de formação docente.

Nesse sentido, o referido PPC não apresenta as atividades complementares como elemento curricularizado, mas considera sua importância no processo de formação docente, conforme salienta a Resolução nº 1, de 16 de janeiro de 2009 - Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Artes Visuais.

* Art. 9º As Atividades Complementares são componentes curriculares que devem possibilitar o reconhecimento e o cômputo, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive as adquiridas fora do ambiente acadêmico, incluindo atividades de extensão, bem como a prática de estudos e atividades independentes, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho, com as diferentes manifestações e expressões culturais e artísticas e com as inovações tecnológicas.

* Parágrafo único. As Atividades Complementares constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, que não se confundem com o Estágio Supervisionado ou com o Trabalho de Curso.

Consideramos também a Resolução nº 2, de 8 de março de 2004, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música:

* Art. 8º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as diferentes manifestações e expressões culturais e artísticas, com as inovações tecnológicas, incluindo ações de extensão junto à comunidade.

* Parágrafo único. As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares

enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

3.12 - Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso consiste em uma pesquisa individual em formato de Monografia sob a orientação, preferencialmente, de um(a) professor (a) do curso, abordando temáticas nas áreas de Artes Visuais, Música, Educação do Campo e temas correlacionados ao processo educacional, como requisito obrigatório de aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão II, 60h.

Espera-se que nesta etapa formativa que o(a) acadêmico(a), consiga realizar interfaces entre os saberes tradicionais e o conhecimento científico/acadêmico no tocante aos processos de prática docente e de gestão escolar; além de garantir ao estudante o aprofundamento de seus estudos em uma temática relacionada ao perfil de formação do curso. As orientações das monografias são de competência, preferencialmente, dos(as) professores(as) da Licenciatura em Educação do Campo, podendo estes(as), caso desejem, solicitar um(a) coorientador(a) a seu critério. A monografia deverá ser digitada de acordo com as normas contidas neste regulamento e as normas da ABNT e do Guia Institucional de Formatação de Trabalhos Acadêmicos da UFT, obedecendo aos seguintes requisitos: no corpo do trabalho, deve conter, no mínimo, 30 (trinta) páginas de texto escrito, sem contar os elementos pré-textuais e pós-textuais.

Ressalta-se que a monografia será apresentada pelo(a) aluno(a) perante a uma banca examinadora composta pelo(a) professor(a) orientador(a), como presidente, e mais 02 (dois) professores(as) preferencialmente do curso de Educação do Campo, convidados(as) pelo(a) professor(a) orientador(a). Para a apresentação do trabalho, o(a) aluno(a) tem até 20 (vinte) minutos, cada componente da banca examinadora tem até 10 (dez) minutos para fazer a arguição e o(a) aluno(a) tem até 10 (dez) minutos para responder às perguntas. Após a arguição, na ausência do(a) acadêmico(a) e do público, cada membro da banca examinadora atribuirá uma nota ao(à) discente, considerando o texto escrito, a exposição oral e a defesa na arguição.

Em caso de correções e outras recomendações feitas pela banca, o(a) aluno(a) tem 15 (dez) dias, a contar da data de sua defesa, para fazer as devidas correções juntamente com o(a) seu(sua) orientador(a), ficando a nota condicionada à entrega da versão final com as devidas correções assinada pelo(a) professor(a) orientador(a), em ciência também do (a) coordenador(a) dos Trabalhos de Conclusão de Curso será eleito(a) pelo Colegiado e terá a titulação mínima de mestre(a), que deverá nesse processo de atividade, articular a elaboração do calendário de todas as atividades relacionadas aos Trabalhos de Conclusão de Curso, culminando na composição das bancas, cronograma das defesas, datas, locais, horários e divulgação das apresentações.

Para fins de publicidade dos trabalhos, os estudos serão encaminhados para avaliação e posteriormente divulgação no Repositório da Biblioteca Digital de Monografias da UFT, podendo ser acessado por qualquer pessoa interna/externa, permitindo uma ampliação acadêmica e social dos estudos desenvolvidos no curso e a promoção da ciência.

3.13 - Internacionalização

Segundo o PDI (2021-2025), a globalização vem reformulando a educação superior no sentido de possibilitar a internacionalização das universidades por meio do ensino, pesquisa e extensão. Afinal, a ciência enquanto bem da humanidade não tem fronteiras, e especialmente as universidades brasileiras federais devem dialogar, e interagir, com as demais instituições de ensino superior nos mais diversos países.

A UFT, nesse sentido, tem trabalhado por meio da Propesq/Relinter para a consolidação de políticas institucionais em programas governamentais de incentivo à internacionalização, principalmente por meio de programas e projetos de mobilidade acadêmica. Assim, segundo o a apresentação da Relinter, são vários os projetos desenvolvidos pela UFT que buscam essa internacionalização: atração de estudantes internacionais, com a UFT Brastestes, em que há oferta e certificação do Curso de Português para estrangeiros e/ou Língua Adicional, e o GAE - Grupo de Apoio a Estrangeiros, o Projeto Amigo Internacional em parceria com a Universidade da Maturidade - UMA e o Projeto Idiomas sem Fronteiras. Além disso, o Relinter estimula e dá suporte a parcerias com professores pesquisadores, programas de graduação e pós-graduação, institutos e núcleos como o Centro de Idiomas da UFT, que potencializa a universidade como incentivadora e provedora de conhecimentos extra-acadêmicos, através de uma gama de projetos unificados.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo: Artes Visuais e Música (Câmpus Arraias), tendo em vista essas políticas institucionais e outras externas à UFT, tais como Santander Universidades e Erasmus Mundus, além de linhas de auxílios às publicações em revistas estrangeiras e à participação em eventos em países estrangeiros oferecidos por agências de fomento como CAPES, CNPq e FAPTO, por meio do vínculo institucional, proporciona ao corpo discente possibilidades diversas para o contato com culturas estrangeiras.

Essa experiência pode ser desenvolvida, portanto, por meio de cursos de idiomas no país, junto ao Centro de Idiomas da UFT, e por experiências de temporadas curtas e longas de ensino e pesquisa em outros países. Por meio do Relinter e o apoio estímulo a acordos entre Universidades e cursos com outros países, e do Programa de Estudantes - Convênio de Graduação (PEC-G), também é esperada a presença de estudantes de outros países no curso de Licenciatura em Educação do Campo (Câmpus Arraias), que conta com estrutura de apoio estudantil, especialmente por meio da oferta de vagas em Casa Estudantil.

3.14 - Políticas de apoio aos discentes

A Política de Assistência Estudantil da UFT é gerida pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proest), em articulação com as demais Pró-Reitorias afins, e constitui-se num conjunto de ações voltadas para a promoção do acesso, permanência, acompanhamento e êxito dos(as) estudantes de graduação da UFT, na perspectiva da inclusão social, produção do conhecimento, melhoria do desempenho escolar, qualidade de vida e democratização do ensino.

Além disso, busca identificar necessidades e propor programas de apoio à comunidade universitária, que assegurem aos(as) estudantes os meios necessários para sua permanência e sucesso acadêmico, contribuindo para a redução da evasão e do desempenho acadêmico insatisfatório em razão de condições de vulnerabilidade socioeconômica e/ou dificuldades de aprendizagem.

Os programas de assistência estudantil da Proest são ofertados por meio de editais. O primeiro passo que o(a) estudante deve dar para participar dos programas é submeter a documentação exigida para análise socioeconômica, na Plataforma do Cadastro Unificado de

Bolsa e Auxílios (Cubo), realizada no Programa de Indicadores Sociais (Piso). O setor de assistência estudantil analisa a documentação e emite parecer. Após análise socioeconômica deferida, os(as) estudantes poderão se inscrever aos editais para concorrer aos auxílios, conforme critérios de cada edital, publicados na página da Proest: <https://ww2.uft.edu.br/proest>.

3.15 - Políticas de extensão

A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX), dispõe da Política de Extensão - Resolução nº 05, de 2 de setembro de 2020, com o intuito de ancorar as ações de extensão.

Para os fins da inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, de acordo com a Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, Art. 4º, “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”.

Neste sentido, ressaltamos a relevância da normativa no tange a creditação da extensão nos currículos dos cursos de graduação da universidade para o fortalecimento do processo formativo dos estudantes e toda a comunidade acadêmica, sendo que a inserção curricular das ações de extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFT tem como objetivos:

I - ampliar e consolidar o exercício da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assegurando a dimensão acadêmica da extensão na formação dos estudantes;

II - aproximar e relacionar conhecimentos populares e científicos, por meio de ações acadêmicas que articulem a Universidade com os modos de vida das comunidades e

grupos sociais;

III - estimular a formação em extensão no processo educativo e formação cidadã dos estudantes, proporcionando desenvolvimento profissional integral, interprofissional e

interdisciplinar, alinhado às necessidades da sociedade;

IV - fortalecer a política de responsabilidade social da Universidade preconizado

no PDI.

O processo de implantação da creditação da extensão nos currículos de graduação da Universidade Federal do Tocantins teve início em 2017, com o I Encontro de Creditação. Cabe às Pró-Reitorias de Graduação e de Extensão propor programas de capacitação e explicitar os instrumentos e indicadores na autoavaliação continuada para as ações de extensão.

3.16 - Políticas de pesquisa

A missão da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (Propesq) é apoiar os processos inerentes à pesquisa e à pós-graduação, objetivando proporcionar a produção do conhecimento

científico como base indutora das problemáticas regionais, em especial daquelas voltadas para a Amazônia Legal, sem, contudo, a perda do caráter universal do conhecimento. Tem como principais eixos norteadores:

- I. Melhoria e ampliação da iniciação científica (Pibic);
- II. Fortalecimento e expansão da pós-graduação Stricto Sensu;
- III. Apoio à participação em eventos e à divulgação da produção científica da UFT;
- IV. Promoção de Capacitação pessoal docente e de técnico-administrativos;
- V. Apoio aos comitês técnico-científicos e de ética (PAC);
- VI. Implantação de programa de avaliação interna dos projetos de pesquisa e cursos de pós-graduação, como integrante dos projetos pedagógicos dos cursos e projetos;
- VII. Tradução de artigos;

A Propesq divide-se em Diretoria de Pós-Graduação, Diretoria de Pesquisa, Coordenadoria de Projetos e Coordenadoria-Geral do Programa de Iniciação Científica (Pibic).

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) é um programa centrado na iniciação científica de novos talentos em todas as áreas do conhecimento. Volta-se para o aluno de graduação, servindo de incentivo à formação de novos pesquisadores, privilegiando a participação ativa de alunos com bom rendimento acadêmico em projetos de pesquisa com mérito científico e orientação individualizada e continuada.

Os projetos devem culminar em um trabalho final avaliado e valorizado, com retorno imediato ao bolsista, com vistas à continuidade de sua formação, em especial na pós-graduação.

Considerando que o número de bolsas é sempre inferior à demanda qualificada no país, e também no Tocantins, a Propesq instituiu o Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (Pivic), que contempla alunos e professores que tiveram seus projetos aprovados por mérito, pelo comitê científico do Pibic, mas que não foram contemplados com bolsa. Assim, os mesmos poderão participar ativamente do projeto de pesquisa do professor orientador, de forma institucional.

3.17 - Políticas de inclusão e acessibilidade

O direito da pessoa com deficiência à educação, com base em igualdade com as demais pessoas, é garantido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e reiterado pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009), entre outros documentos nacionais e internacionais. No contexto de promoção da Educação Inclusiva no Brasil, o crescimento de matrícula de estudantes com deficiência na Educação Superior é uma realidade. Porém, além do direito irrefutável à matrícula, busca-se atualmente a garantia do prosseguimento e do sucesso nos estudos superiores desses estudantes.

A UFT assume o compromisso com a inclusão ao criar a Comissão de Acessibilidade atendendo a todos os câmpus e cursos. Ressaltamos que a missão da UFT prevê para a Política de Inclusão a acessibilidade em suas variadas dimensões, são elas:

* **Acessibilidade:** “Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida” (Lei nº 13.146/2015 – Art. 3º, inciso I).

* **Acessibilidade atitudinal:** ausência de barreiras impostas por preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

* **Acessibilidade comunicacional:** ausência de barreiras na comunicação interpessoal, na comunicação escrita e na comunicação virtual (acessibilidade no meio digital). Para garantir essa dimensão de acessibilidade, é importante a aprendizagem da língua de sinais, utilização de textos em Braille, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, uso do computador com leitor de tela, etc.

* **Acessibilidade digital:** ausência de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

* **Acessibilidade Instrumental:** ausência de barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de trabalho (profissional), estudo (escolar), lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva, etc.) e de vida diária. Auxiliam na garantia dessa dimensão da acessibilidade os recursos de tecnologia assistiva incorporados em lápis, caneta, régua, teclados de computador e mouses adaptados, pranchas de comunicação aumentativa e alternativa, etc.

* **Acessibilidade metodológica:** ausência de barreiras nos métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.), de educação dos filhos (familiar), dentre outras.

3.18 - Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

A avaliação do Projeto Pedagógico do curso usará, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que objetiva avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do curso, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências, para compreender temas exteriores ao âmbito de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

O Curso terá avaliações, censos e cadastros internos e externos à própria UFT, fazendo parte do acompanhamento do desenvolvimento do Curso. Como parte integrante da avaliação institucional os docentes/disciplinas serão avaliados pelos acadêmicos a cada semestre no ato da matrícula. Nesse sentido, todos os aspectos vinculados ao fazer e às orientações teórico-metodológicas estarão permanentemente sendo objeto de avaliação no âmbito da Avaliação institucional sob a coordenação da CPA - Comissão Própria de Avaliação da UFT.

3.19 - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no processo ensino-aprendizagem

As tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) são adotadas no curso, como ferramentas no processo de ensino-aprendizagem, buscando promover o contexto da sala de aula, como um lugar de interação, inovação e conhecimento. Essas tecnologias servem também como espaços de repositórios de materiais didáticos, além de ferramentas acessíveis, superando às barreiras criadas no tempo e espaço. Um dos recursos tecnológicos aplicado no curso, especialmente diz respeito ao uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), possibilitando maior socialização em ações síncronas e assíncronas das atividades pedagógicas.

O curso tem buscado ampliar o uso das tecnologias digitais, principalmente após o contexto da pandemia de Covid-19, que exigiu de toda comunidade acadêmica o distanciamento social, impondo de maneira emergencial, repensar a prática docente, bem como os processos de aprendizagem. A partir dessa realidade, o curso de licenciatura em Educação do Campo visa promover ainda mais a integração das tecnologias digitais nos processos formativos desenvolvidos na graduação, de modo a trazer o espírito de inovação e promoção do conhecimento para além das paredes físicas da universidade, por meio da inserção de tecnologias, dispositivos móveis e redes sociais, como grupos temáticos via WhatsApp, Facebook, Instagram, dentre outros.

O curso tem investido no desenvolvimento de tecnologias digitais, como processo de inovação instituição atendendo o plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Nesse caso, o curso desde 2020, oferta a comunidade acadêmica atividades de monitorias, oficinas e palestras on-line por meio do Laboratório Virtual Reescrita, que surgiu frente à necessidade de democratização do ensino superior e permanência do(a) acadêmico(a), sendo tais ações financiadas pelo Programa Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP) da UFT.

3.20 - Acompanhamento e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

A avaliação e o acompanhamento dos processos de ensino e aprendizagem devem ser contínuos, com especial atenção para os aspectos qualitativos, em diálogo com as particularidades quantitativas, pautados pelos apontamentos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996.

O quesito organização didática tem por intuito a contextualização dos saberes nas atividades levadas a termo durante a graduação, de forma a gerar diagnósticos que possibilitem ao professor nortear sua prática a partir das construções de conhecimento realizadas em conjunto com o corpo discente.

Considerando a especificidade do curso, se fazem necessárias adequações à realidade sociopolítica e histórica da comunidade acadêmica que, em sua maioria, é constituída por estudantes de territórios remanescentes de comunidades quilombolas (região nordeste do estado de Goiás e sudoeste do Tocantins). Nesse sentido, são desenvolvidos vários instrumentos avaliativos, integrados em dois tempos de formação: o Tempo Comunidade e o Tempo Universidade. Vale ressaltar que a Alternância Pedagógica tem por basilares as relações

entre Comunidade e Universidade, e ambos são avaliados a partir de instrumentos específicos, sendo o discente autônomo para definir quais modelos privilegiam e contemplam os objetivos da aprendizagem.

No Tempo Universidade, realizado na modalidade presencial na cidade de Arraias - TO, no campus Sérgio Jacinto Leonor, os discentes iniciam os estudos das disciplinas oferecidas semestralmente, das diversas áreas contempladas no currículo. O Tempo Comunidade contempla o espaço de encontro dialógico com os saberes múltiplos das comunidades, in loco com a Universidade. Também é levado a termo no Tempo Universidade a socialização dos saberes desenvolvidos no Tempo Comunidade, cuja avaliação é realizada a partir dos registros e reflexões oriundos do processo pedagógico.

Dessa forma, os processos de ensino e aprendizagem seguem o princípio do desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, da autonomia, difusão e criação cultural, bem como o desenvolvimento do espírito científico e norteadores, que possibilitem ao discente o entendimento do meio em que vive e sua atuação neste, suscitando a valorização da identidade local, integração de conhecimentos múltiplos e de importância horizontal, em relações de reciprocidade.

Assim, de acordo com os objetivos e a própria definição do curso, na avaliação e aprendizagem são consideradas as realidades e experiências das comunidades do campo como objeto de estudo e fonte de conhecimento, a pesquisa como princípio educativo, sendo indissociável a teoria da prática, integrando interdisciplinarmente as áreas do conhecimento dispostas no currículo.

O docente tem autonomia para definir seus instrumentos avaliativos, a partir da demanda do grupo, cujo resultado indicativo da aprendizagem pode ser investigado a partir de: avaliações práticas, objetivas, seminários, projetos interdisciplinares e de extensão, fichas de observações, registros artísticos, exercícios, autoavaliações e trabalhos coletivos e individuais, entre outros. A avaliação do desenvolvimento dos estudantes deve ser pautada pelos princípios da ética e do profissionalismo, correspondentes ao exercício do magistério superior federal.

Cada um dos componentes curriculares, semestralmente, indica duas notas: N1 e N2. Sendo a N1 resultante de atividades e avaliações levadas a termo pelo docente no Tempo Universidade e a N2 uma somatória das atividades e avaliações realizadas durante o Tempo Comunidade em somatória com atividades e avaliações do Tempo Universidade. A média para aprovação final é 7,0 (sete) e a frequência mínima a de 75% (setenta e cinco por cento) referente às aulas e demais atividades. O discente com média inferior a 7,0 (sete) fica sujeito à realização de exame final. Há a previsão de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como atividade final avaliativa. Será considerado não apto o aluno que obtiver média inferior à 7,0 (sete).

3.21 - Atividades Práticas de Ensino

A matriz curricular do curso de licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Artes Visuais e Música garante a realização de atividades práticas, viabilizando a aquisição de conhecimento pertinente à práxis pedagógica, fundamentada na teoria. Ademais, inclui a prática como componente curricular.

Dessa forma, são oferecidos aos discentes espaços de atuação, prática e participação social da prática docente, a saber: laboratórios, alternância pedagógica, disciplinas de estágios curriculares pedagógicos, e projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Os laboratórios são equipados com materiais pertinentes às práticas desenvolvidas: gravura, desenho, pintura, fotografia e música. Além das disciplinas de laboratório, vale destacar que uma das características ímpares destes espaços é o atendimento ao corpo social, pois muitas atividades desenvolvidas atendem, incluem ou são voltadas à comunidade acadêmica (alunos da educação do campo, alunos de outros cursos) e comunidade em geral (moradores de Arraias e cidades vizinhas), promovendo um ganho qualitativo para o curso. Neles são também realizadas aulas de extensão, desenvolvimento de pesquisas e oferecidos seminários, oficinas e simpósios.

A alternância pedagógica também configura um espaço de atividades práticas pedagógicas, na medida em que a práxis se dá no diálogo e atuação discente, supervisionada por um docente, junto às comunidades. Ressaltamos que os instrumentos pedagógicos de acompanhamento e desenvolvimento da alternância fornecem dados para projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como para o desenvolvimento, registro e manutenção das práticas culturais da região.

Os estágios supervisionados também atendem a práxis, oferecendo condições para que os discentes vivenciem experiências da docência sob supervisão e orientação dos professores, sendo estimuladas a reflexão, intervenção prática e análise do processo de ensino e aprendizagem das artes visuais e músicas no contexto da Educação do Campo. Promovem a compreensão da prática docente da Educação do Campo, possibilitando a construção de conhecimentos sobre as questões do âmbito das relações pedagógicas, na medida em que executam atividades relacionadas à sua área de interesse, estabelecendo liames entre a teoria e a prática.

O estágio integra o itinerário formativo do educando e faz parte do Projeto Pedagógico do Curso” (BRASIL, 2008, p.9). Como se nota, esta definição vai ao encontro da LDB e corrobora com a visão do Estágio como parte integral e indispensável da formação profissional.

No âmbito da UFT, o Estágio Supervisionado está organizado pela Resolução N°003/2005 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - CONSEPE, que organiza e define as normas de realização e desenvolvimento do Estágio, em conformidade com o parecer CNE/CP 09/2001 e as Resoluções CNE/ CP 1/2002 e CNE/ CP 2/2002. Conforme essas regulamentações, as atividades de estágio, além de proporcionar ao acadêmico a participação em situações simuladas e reais de vida e trabalho, devem privilegiar o desenvolvimento da pesquisa resultantes da reflexão sobre a prática.

3.22 - Integração com as Redes Públicas de Ensino

A Universidade Federal do Tocantins e o Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Artes Visuais e Música consideram o Estágio Curricular Obrigatório dos cursos de licenciatura um conjunto de atividades teórico-práticas relacionadas com a área de estudo e pesquisa na perspectiva de construção e reconstrução de experiências em torno da dinâmica própria da atividade educacional, oportunizando o contato do aluno-estagiário com questões inerentes ao processo pedagógico, por intermédio do conhecer, vivenciar, interpretar e agir consciente, e do desenvolvimento da capacidade científica do estagiário.

A integração entre a Universidade Federal do Tocantins e o Curso de Licenciatura em Educação do Campo ocorre em diversas articulações metodológicas que proporcionam a efetivação do ensino, da pesquisa e da extensão, tal como primam as bases que sustentam a universidade pública. Desse modo, a UFT celebra convênios e ações que promovem integração

com a rede pública de ensino, propiciando condições para que o acadêmico e professores e equipes interinstitucionais, vivenciem experiências de docência que os conduzam à análise e reflexão sobre o processo de ensino e aprendizagem, realizem discussões sobre o aprendizado nas disciplinas pedagógicas e suas amplas possibilidades de intervenções entre práticas culturais e tecnológicas.

Os convênios ainda visam garantir a realização de observações no cotidiano das escolas-campo para o conhecimento e análises da realidade em que se dará a prática docente com vistas a:

- * auxiliar no planejamento de aulas de acordo com a realidade escolar observada;
- * orientar a pesquisa de metodologias para o ensino e estratégias de gestão educacional;
- * permitir o desenvolvimento da regência em sala de aula, considerando planos de aula, a realidade observada e o Projeto Político Pedagógico da escola;
- * favorecer a problematização dos aspectos vivenciados no estágio com o estudo dos referenciais teórico-metodológicos que fundamentam a prática docente; proporcionar condições para desenvolver ações de intervenção em sala de aula por meio da regência e/ ou projetos interventivo;
- * habilitar o (a) acadêmico (a) a relacionar teoria e prática, problematizando e analisando-as na elaboração de um trabalho final em forma de relatórios e ou Trabalhos de Conclusão de Curso e no desenvolvimento de campo teórico-investigativo da docência.

4 - CORPO DOCENTE E/OU TUTORIAL

4.1 - Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante – NDE do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Habilitação em Artes Visuais e Música – da Universidade Federal do Tocantins - UFT, Câmpus de Arraias segue um regimento específico, aprovado em colegiado, que segue as orientações da Resolução Nº 01, de 17 de junho de 2010 da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

Segundo seu regimento, o NDE é o órgão consultivo e deliberativo, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

O NDE tem sua composição aprovada em colegiado (referendado por portaria da reitoria) e é constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso. O colegiado prima por manter a composição do NDE contendo docentes das diversas áreas do curso (formação pedagógica, música e artes visuais).

Conforme seu regimento, o mandato dos membros do NDE é de 2 (dois) anos, podendo haver

1 (uma) recondução e a renovação de seus integrantes é parcial de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso. No regimento ainda há orientação para os encontros, e o NDE tem o compromisso de reunir-se (semestralmente) com a presença de pelo menos dois terços de seus membros para discutir as atividades que correspondem ao processo ensino aprendizagem relativos ao curso. No entanto, sempre que há demanda as reuniões são convocadas.

O núcleo possui portarias de instalação, regimento, tendo suas ações registradas em ata e publicizadas a comunidade acadêmica, participando ativamente na construção do curso, sua efetivação, através da referendação das bibliografias e dos estudos sobre a formação do corpo docente.

Atualmente o NDE do curso é constituído pelos docentes:

Docente Titulação Vínculo

Aparecida de Jesus S. Pereira (Coord. do Curso) mestrado 40 h - dedicação exclusiva

Don Gomes Alves mestrado 40 h - dedicação exclusiva

Fernanda Maria Macahiba Massagardi doutorado 40 h - dedicação exclusiva

Gilberto Paulino de Araújo (presidente) doutorado 40 h - dedicação exclusiva

Luiz Felipe Cezar Mundim doutorado 40 h - dedicação exclusiva

Sebastião Silva Soares doutorado 40 h - dedicação exclusiva

Sílvia Adriane Tavares de Moura doutorado 40 h - dedicação exclusiva

Waldir Pereira da Silva doutorado 40 h - dedicação exclusiva

Desse modo, 100% dos membros que compõem o NDE possuem titulação *stricto sensu* e atuam em regime de dedicação exclusiva.

O NDE possui 8 docentes do curso de tal modo que todas as áreas do conhecimento que integram o curso encontram-se representadas. A coordenadora do curso (Aparecida de Jesus Soares Pereira) também é integrante e atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho; e mantém parte de seus membros desde o último ato regulatório.

A maioria dos membros permanecem desde o último ato regulatória, conforme consta na CERTIDÃO N° 021/2021 – CCEC:

Certificamos que durante a 13ª Reunião Extraordinária do Colegiado, realizada em 24 de novembro de 2021 foi aprovada a inclusão da Profa. Sílvia Adriane Tavares de Moura, matrícula no 3456146, no Núcleo Docente Estruturante (NDE), do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Artes Visuais e Música, do Câmpus Professor Dr. Sérgio Jacintho Leonor - UFT/Arraias, a dispensa do Prof. Waldir Pereira da Silva, matrícula no 2227796, da função de presidente do NDE, e a designação do Prof. Gilberto Paulino de Araújo, matrícula no 2228086, como presidente do NDE.

Restou decidido pelo Colegiado que os seguintes servidores integram o Núcleo Docente Estruturante, do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Artes Visuais e Música, do Câmpus Professor Dr. Sérgio Jacintho Leonor - UFT/ Arraias: Gilberto Paulino de Araújo, matrícula no 2228086 (Presidente); Aparecida de Jesus Soares Pereira, matrícula no 2354876; Don Gomes Alves, matrícula no 1007938; Luiz Felipe Cezar Mundim, matrícula no 1306703; Sebastião Silva Soares, matrícula no 1967297; Sílvia Adriane Tavares de Moura, matrícula no 3456146 e Waldir Pereira da Silva, matrícula no 2227796.

4.2 - Corpo Docente e/ou Tutores

O corpo docente atual analisa os conteúdos dos componentes curriculares, em diversos momentos de discussão (reuniões de colegiado, seminários temáticos etc.), abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente, fomenta o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta (conforme expresso também em seus planos de ensino), proporciona o acesso a conteúdos de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso, e incentiva a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e da publicação.

Cabe destacar os diferentes projetos de pesquisa dos docentes com participação dos alunos e o quantitativo relevante de publicação destas pesquisas em eventos, artigos científicos e capítulos e organização de livros. Atualmente o corpo docente do curso é composto pelos seguintes profissionais (em ordem alfabética):

Docente Titulação Vínculo

Alessandro Rodrigues Pimenta doutorado 40 h - dedicação exclusiva

Ana Roseli Paes dos Santos doutorado 40 h - dedicação exclusiva

Aparecida de Jesus S. Pereira (Coord. do Curso) mestrado 40 h - dedicação exclusiva

Don Gomes Alves mestrado 40 h - dedicação exclusiva

Fernanda Maria Macahiba Massagardi doutorado 40 h - dedicação exclusiva

Gilberto Paulino de Araújo (presidente) doutorado 40 h - dedicação exclusiva

Hertha Tatiely Silva mestrado 40 h - dedicação exclusiva

Luiz Felipe Cezar Mundim doutorado 40 h - dedicação exclusiva

Roberto Francisco de Oliveira Leite especialista 40 h - dedicação exclusiva

Sebastião Silva Soares doutorado 40 h - dedicação exclusiva

Sílvia Adriane Tavares de Moura doutorado 40 h - dedicação exclusiva

Suze da Silva Sales doutorado 40 h - dedicação exclusiva

Waldir Pereira da Silva doutorado 40 h - dedicação exclusiva

4.3 - Titulação, formação e experiência do corpo docente e/ou tutores do curso

Nome	E-mail	Lattes
Sebastião Silva Soares	sebastiaoosilva@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9733130956651712
Sílvia Adriane Tavares de Moura	silviaadriane@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0945238241791669
Alessandro Rodrigues Pimenta	pimenta@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9134635312252299
Ana Roseli Paes dos Santos	anaroseli@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7870834322246866
Aparecida de Jesus Soares Pereira	cida.soares@mail.uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4452534403141956
Don Gomes Alves	dongomesalves@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2558504807000608
Fernanda Maria Macahiba Massagardi	fernanda.macahiba@mail.uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1293467561626097
Gilberto Paulino de Araújo	gilbertopaulino@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3619414510173162
Hertha Tatiely Silva	hertha@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3424056239778682
Luiz Felipe Cezar Mundim	luizmundim@mail.uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7860551363238607
Roberto Francisco de Oliveira Leite	roberto.leite@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9773334581403816
Suze da Silva Sales	suze@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0848364367115992
Waldir Pereira da Silva	waldir.pereira@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5387432992251961

Wilson Rogério dos Santos	rg_santos@mail.uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1349418651363819
---------------------------	---------------------------	---

5 - INFRAESTRUTURA

O câmpus de Arraias é localizado numa grande área verde na saída da cidade. Atualmente, possuímos 08 edificações, conforme segue:

O Bloco de Apoio Logístico e Administrativo (BALA) concentra as instalações administrativas: Departamento de Suprimento e Logística, Divisão de Gestão de Pessoas, Divisão de Estágio e Assistência Estudantil, Coordenação de Planejamento e Administração, Direção do Campus, Coordenação de Infraestrutura, Seção de Patrimônio, Coordenação de Educação do Campo - Artes Visuais e Música, Coordenação de Matemática, Coordenação de Turismo Patrimonial e Socioambiental, Coordenação do Curso de Pedagogia e Coordenação do Curso de Direito, Gabinetes de professores e outros.

Nos Blocos I e II estão localizados os laboratórios de cursos, tais como: Laboratório de Educação Matemática - LEMAT, Laboratório de Ensino de Matemática - LEM, Laboratório de Ecoturismo - LABECOTUR, Laboratório Interdisciplinar de Multimídia, Tecnologia da Informação e Comunicação - LIMITIC, Laboratório de Ensino e Ciência - LABEC, Laboratório de Práticas Pedagógicas - LAPPE, Brinquedoteca, Laboratório de Educação Musical, Laboratório de Artes Visuais; além da Coordenação Regional da OBMEP.

No prédio PARFOR temos: Central de Estágio, Centro de Documentação e Memória de Arraias e Região, Coordenação da UAB, Sala de Defesa do ProfMat, Laboratório de Biologia - LABIO, Coordenação do ProfMat e outros.

Na biblioteca, contamos com Recepção, Salas de Estudo Coletivo e Individual, Sala de Processamento Técnico, Salas de Acervos, Sala de Reunião, Acervo Bibliográfico, Mini Auditório com capacidade para 30 pessoas, entre outros espaços.

O prédio da Unidade de Apoio ao Estudante que, em breve, será transformado em Restaurante Universitário, é composto por refeitório, cozinha, área de preparo de alimentos, banheiro privado, lavanderia e vestiário feminino e masculino.

No Bloco Integrado (3P) temos: Coordenação Acadêmica/ Protocolo, 02 Laboratórios de Informática, Representação Estudantil, Espaço Lúdico, Laboratório de Eventos e Cerimonial, Núcleo de Práticas Jurídicas e 24 salas de aula (equipadas com datashow, quadro branco, ar condicionado, carteiras, mesa e cadeira para professor) e outros.

Temos também o Laboratório de Gastronomia, composto por refeitório, despensa, cozinha e banheiros. E ainda, uma lanchonete com área aberta para refeitório, sala de atendimento e cozinha.

5.1 - Infraestrutura do câmpus

5.1.1 - Sala de Direção do câmpus

A sala da Direção do Câmpus está localizada no Bloco de Apoio Logístico e Administrativo (BALA), é dividida em recepção, sala do diretor e sala de reunião.

5.1.2 - Espaço de trabalho para Coordenador de Curso e para Docentes

Todos os cursos possuem uma sala para coordenação, compostas por um gabinete para o coordenador e outro para o secretário do curso. Para os docentes, temos 20 gabinetes com capacidades que variam de 02 à 06 vagas por espaço. Todos estes espaços estão localizados no Bloco de Apoio Logístico e Administrativo (BALA).

5.1.3 - Salas de aula

Contamos com 24 salas de aula no Bloco Integrado (3P), equipadas com projetor multimídia, quadro branco, carteiras, mesa e cadeira para professor.

5.1.4 - Instalações Administrativas

As instalações administrativas estão, em sua maioria, concentradas no prédio Bloco de Apoio Logístico e Administrativo - BALA, são elas: Departamento de Suprimento e Logística, Divisão de Gestão de Pessoas, Divisão de Estágio e Assistência Estudantil, Coordenação de Planejamento e Administração, Direção do Câmpus, Coordenação de Infraestrutura, Seção de Patrimônio e Coordenação de Educação do Câmpus - Artes Visuais e Música, Coordenação de Matemática, Coordenação de Turismo Patrimonial e

Socioambiental, Coordenação do Curso de Pedagogia, Coordenação do Curso de Direito. A Coordenação Acadêmica está localizada no Bloco Integrado (3P), como forma de facilitar o acesso dos alunos.

5.1.5 - Estacionamento

Contamos com dois estacionamentos com calçamento intertravado nos blocos I e II.

5.1.6 - Acessibilidade

Contamos com passarelas de acesso a todos os prédios, quase todas com piso tátil. Temos rampas de acessibilidade para acesso ao Bloco de Apoio Logístico e Administrativo (BALA). No prédio da biblioteca contamos com o Setor de Acessibilidade Informacional (SAI), que dispõe de recursos e equipamentos tecnológicos que promovem a inclusão e auxiliam no desenvolvimento educacional dos alunos com deficiência. O espaço é composto por: recepção, estúdio, sala de atendimento especializado e sala com materiais e tecnologias assistivas. Os prédios contam com elevadores, portas largas adaptadas para cadeirantes e banheiros preferenciais.

5.1.7 - Equipamentos de informática, tecnológicos e audiovisuais

Há no Câmpus de Arraias 03 (três) laboratórios de informática que atendem cerca de vinte estudantes cada um. Conta com cadeiras (estofadas de escritório), espaço físico (48 m²) com ar condicionado, acesso à internet e servidores habilitados em todos os computadores (20

máquinas) e atendimento da equipe responsável pelo setor. Os Laboratórios de Informática funcionam nos três turnos, atendendo aos alunos dos seis cursos de graduação oferecidos pelo Câmpus Universitário de Arraias: Curso de Pedagogia, Curso de Matemática, Curso de Educação do Campo, Curso de Turismo, Bacharelado em Direito e o curso de Biologia (UAB), das 8 h às 22 h 30. Todos os setores do Câmpus possuem rede, com internet em funcionamento.

5.1.8 - Biblioteca

A respeito das bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins (UFT), os estudantes podem contar com um espaço de leitura, pesquisa e de conhecimento: as bibliotecas. O aluno tem a opção de permanecer no ambiente ou pegar livros sob empréstimo para estudar onde quiser. O acervo das bibliotecas da UFT soma cerca de 254 mil exemplares, entre livros técnicos, literatura clássica, infanto-juvenil, brasileira, autores contemporâneos, tocantinenses, entre outros.

Para os alunos que preferem estudar no local, o acesso à biblioteca é livre e não é necessário agendar espaços de estudos individuais e coletivos, com exceção para três salas de estudo em grupos formados de, no mínimo, quatro e máximo de seis pessoas; para usar a sala de vídeo é preciso fazer um pré-agendamento. Confira no quadro ao final da matéria o horário de funcionamento e contatos das bibliotecas.

A respeito da biblioteca do Câmpus de Arraias

Infraestrutura:

- * 1.809,19 m² divididos em dois pisos
- * Área climatizada
- * 10 módulos de estudo / cabine individual
- * 48 mesas para estudo de grupo e 192 assentos
- * 4 salas de estudo em grupo com mesa para 6 pessoas em cada
- * Sala da Gerência, de processamento técnico e referência
- * Setor de circulação e atendimento
- * Setor de Acessibilidade Informacional – SAI – Tecnologias Assistivas
- * Três computadores para atendimento ao usuário
- * 01 computador da Gerência
- * 03 computador balcão de atendimento
- * 03 computador processamento tecnico
- * 04 computadores disponível aos usuários para pesquisa
- * Uma impressora Laser Lexmark E342m (processamento técnico)
- * Uma impressora fiscal Daruma (atendimento)

Quadro de pessoal:

- * Bibliotecário Documentalista: 01 (Bibliotecário Responsável: Isaías Cristino Esteves Barreto)
- * Assistentes Administrativos: 07
- * Total: 08

5.1.8.1 - Bibliografia Básica e Complementar por Unidade Curricular (UC)

Instituído pela Resolução nº 012/2009 do Conselho Universitário (Consuni) e alterado pelas resoluções nº 07/2015 e nº 014/2015, o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins (Sisbib/UFT) compreende as bibliotecas dos câmpus de Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas e Porto Nacional, vinculadas funcionalmente à Reitoria e administrativamente às direções de cada câmpus.

A finalidade do Sisbib é oferecer informações técnico-científicas à comunidade acadêmica, por meio de seus acervos e instalações, como suporte aos programas de ensino, pesquisa e extensão, possibilitando o acesso à informação armazenada e gerada na Universidade à comunidade acadêmica e ao público em geral.

O Sisbib tem como apoio administrativo um comitê gestor formado pelo coordenador-geral das bibliotecas, pelos gerentes de biblioteca dos câmpus, por um docente e por um discente indicado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2021 - 2025), aprovado pelo Conselho Universitário em 23 de abril de 2021, a biblioteca do Câmpus de Arraias, possui:

- * Ciências exatas e da terra: 914 títulos e 3.263 exemplares
- * Ciências agrárias: 5 títulos e 8 exemplares
- * Ciências biológicas: 125 títulos e 203 exemplares
- * Ciências da saúde: 59 títulos e 98 exemplares
- * Ciências humanas: 4.143 títulos e 10.652 exemplares
- * Ciências sociais aplicadas: 412 títulos e 1.201 exemplares
- * Engenharias: 58 títulos e 173 exemplares
- * Linguística, letras e artes: 994 títulos e 2.298 exemplares

5.1.8.2 - Relatório de adequação da Bibliografia Básica e Complementar

OBSERVAÇÃO: O REFERIDO RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO DA BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR NÃO FOI INSERIDO PELO FATO DE O NDE NÃO TER ESSA INFORMAÇÃO ATUALIZADA POR PARTE DO SETOR RESPONSÁVEL, NESSE CASO, A BIBLIOTECA.

5.1.9 - Anfiteatros / Auditórios

Contamos com um auditório com capacidade para 155 pessoas sentadas; possui os seguintes equipamentos: caixa de som, microfone, projetor multimídia (datashow) e tela de projeção; além de púlpito, mesas e cadeiras no palco.

5.1.10 - Laboratórios Didáticos de Ensino e de Habilidades, instalações e equipamentos

Contamos com os seguintes laboratórios: Laboratório de Educação Matemática - LEMAT, Laboratório de Ensino de Matemática - LEM, Laboratório de Ecoturismo - LABECOTUR, Laboratório Interdisciplinar de Multimídia, Tecnologia da Informação e Comunicação - LIMITIC, Laboratório de Ensino e Ciência - LABEC, Laboratório de Biologia - LABIO, Laboratório de Práticas Pedagógicas - LAPPE, Brinquedoteca, Laboratório de Educação Musical, Laboratório de Artes Visuais, Laboratório de Eventos e Cerimonial, Laboratório de Gastronomia e dois Laboratórios de Informática.

5.1.11 - Núcleo de Práticas Jurídicas

No Bloco Integrado (3P) contamos com um espaço dividido em quatro salas para o Núcleo de Práticas Jurídicas.

5.1.12 - Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFT (CEP-UFT), reconhecido pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) em 3 de dezembro de 2005, é uma instância colegiada, interdisciplinar, independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, realiza a emissão de pareceres sobre protocolos de pesquisas, vinculada a CONEP e tem por finalidade o acompanhamento das pesquisas envolvendo seres humanos, preservando os aspectos éticos principalmente em defesa da integridade e dignidade dos participantes da pesquisa, individual ou coletivamente considerados. O CEP-UFT possui composição interdisciplinar e integrado por 9 (nove) membros titulares e 9 (nove) membros suplentes.

O processo de submissão de projetos de pesquisa ao CEP-UFT é realizado pela Plataforma Brasil.

5.1.13 - Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA)

O Comitê de Ética no Uso de Animais (Ceua) da UFT é um órgão colegiado, de natureza técnico-científica, interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos sujeitos de pesquisa em sua integridade e dignidade, para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. À Comissão compete regulamentar, analisar e fiscalizar a realização de atividades envolvendo o uso científico e didático de animais.

O principal papel de uma Comissão de Ética não é o de revisão de projetos de pesquisa, mas sim o de desenvolver um trabalho educativo e de conscientização continuados, buscando permear e influenciar o comportamento das pessoas que utilizam animais em pesquisa e ensino.

Portanto, este comitê, conforme seu Regimento Interno, tem como atribuição promover a ética de toda e qualquer proposta de atividade de ensino, pesquisa e extensão que envolva, de algum

modo, o uso de animais não-humanos pertencentes ao Filo Chordata, Subfilo Vertebrata como determina a Lei n.º 11.794, de 8 de outubro de 2008 e as Resoluções Normativas editadas e reformuladas pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea).

5.1.14 - Área de lazer e circulação

Contamos com amplo espaço de circulação no campus, com áreas verdes e arborização. Além de contar com lanchonete e uma quadra de areia destinada à prática esportiva.

5.2 - Infraestrutura do curso

5.2.1 - Ambientes profissionais vinculados ao curso

O Curso de Pedagogia conta com os seguintes laboratórios: LAPPE e Brinquedoteca. O Curso de Matemática conta com os seguintes laboratórios: LEM e LEMAT. Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental conta com os seguintes laboratórios: LABECOTUR, Laboratório de Gastronomia e Laboratório de Eventos e Cerimonial. Curso de Educação do Campo - Artes Visuais e Música conta com os seguintes laboratórios: Laboratório de Ensino de Música e Laboratório de Artes Visuais. Curso de Direito conta com o seguinte laboratório: Núcleo de Práticas Jurídicas.

5.2.2 - Laboratórios específicos para o curso

O curso possui dois laboratórios: Laboratório de Educação Musical (LEM), Laboratório de Artes Visuais (LAV).

5.2.3 - Coordenação de curso

Cada curso possui uma sala para coordenação, dividida em: gabinete do coordenador e gabinete do secretário do curso.

5.2.4 - Bloco de salas de professores

5.2.4.1 - Bloco de salas de professores

Contamos com 20 gabinetes para professores, sendo 12 gabinetes com capacidade para 02 pessoas, 04 com capacidade para 03 pessoas e 04 com capacidade para 06 pessoas.

5.2.5 - Outra infraestrutura do curso

O curso dispõe de uma Unidade de Apoio ao Estudante: cozinha e banheiros para uso no Tempo Universidade.

6 - REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 28/04/2022.

BRASIL. CNE/ CP nº 2, de 19/02/2002. Institui a duração e a carga horária do curso de licenciatura, de graduação plena de formação de professores da Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em 25/01/2022.

BRASIL. CNE/CP 09/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em: 18/09/2022.

BRASIL. Decreto 87.497/1982. Regulamenta a Lei 6.494, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-87497-18-agosto-1982-437538-norma-pe.html>. Acesso em 16/07/2022.

BRASIL. Decreto n. 5.296/2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000; 10.098, de 19 de dezembro de 2000; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em 20/07/2022.

BRASIL. Decreto n. 7.352/2010. Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>. Acesso em 25/01/2022.

BRASIL. Lei 6494/77. Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6494.htm. Acesso em 15/03/2022.

BRASIL. Lei nº. 9.394/06, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 16/03/2022.

BRASIL. Lei 9.795/1999. Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm.

Acesso em: 25/07/2022.

BRASIL. Lei 10.639/2003. Diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em 20/09/2022.

BRASIL. Lei 11.788, de 25 de novembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em 15/07/2022.

BRASIL. Lei 11.645/2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em 15/04/2022.

BRASIL. Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em 16/07/2022.

BRASIL. Nota Técnica de Esclarecimento sobre a Resolução CNE/CP Nº 2/ 2019. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/legislacao/nota-tecnica-de-esclarecimento-sobre-a-resolucao-cne-cp-no-2/>. Acesso em 20/09/2022.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 36/2001. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN362001.pdf?query=escolas%20do%20campo. Acesso em 25/01/2022.

BRASIL. Parecer CNE/CP 9/2007. Reorganização da carga horária mínima dos cursos de Formação de Professores, em nível superior, para a Educação Básica e Educação Profissional no nível da Educação Básica. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_pcp00907.pdf?query=educa%C3%A7%C3%A3o%20b%C3%A1sica. Acesso em 26/07/2022.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECPN82012.pdf?query=Resolu%5Cu00e7%5Cu00e3o. Acesso em 25/07/2022.

BRASIL. Portaria do Governo Federal de nº 1.679, datada de 02 de dezembro de 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf. Acesso em 18/09/2022.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN12002.pdf?query=PLENA. Acesso em 19/09/2022.

BRASIL. Resolução CNE/CP 1/2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em 19/09/2022.

BRASIL. Resolução CNE/CP 2/2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em 19/09/2022.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 2, de 8 de março de 2004. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES02-04.pdf>. Acesso em 20/09/2022.

CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. Campinas: Autores Associados, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12/03/2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017. Disponível

em: [https:// www.ibge.gov.br/ estatisticas/ economicas/ agricultura- e- pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=destaques](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=destaques). Acesso em 12/03/2022.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Oficina de lingüística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. A Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília: Estratégias Político Pedagógicas na formação de educadores do campo. In: UFMG. UnB. UFS. UFBA. (Orgs.). Licenciaturas em Educação do Campo - Registros e reflexões a partir das experiências piloto Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 35-64.

SACRISTÁN, Gimeno; GÓMEZ, Péres A.I. Compreender e transformar o ensino. 4º ed. São Paulo: Artmed, 1998.

SANTOMÉ, J. Torres. Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2021 - 2025). Disponível em: [https:// docs.uft.edu.br/ share/ s/ 16G29vJbQ1iklp_eqtOvgw](https://docs.uft.edu.br/share/s/16G29vJbQ1iklp_eqtOvgw). Acesso em 20/09/2022.

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

REGIMENTO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

CAPÍTULO I DA INTRODUÇÃO

Art. 1 – O presente regimento disciplina a organização e o funcionamento do Colegiado de Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Campus de Arraias da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 2 – O Colegiado de Curso de Licenciatura Educação do Campo – Campus Arraias é a instância consultiva e deliberativa do Curso em matéria pedagógica, científica e cultural, tendo por finalidade, acompanhar a implementação e a execução das políticas do ensino, da pesquisa e da extensão definidas no Projeto Pedagógico do Curso, ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3 – A administração do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Campus de Arraias da Universidade Federal do Tocantins se efetivará por meio de:

I - Órgão Deliberativo e Consultivo:

- Colegiado de Curso

II - Órgão Executivo: Coordenação de Curso;

III - Órgãos de Apoio Acadêmico:

- Coordenação de Estágio do Curso;

- Central de Estágio;

IV - Órgão de Apoio Administrativo:

- Secretaria Acadêmica;

- Secretaria de Curso.

CAPÍTULO III DA CONSTITUIÇÃO

Art. 4 – O Colegiado de Curso é constituído:

I – Coordenador de Curso, sendo seu presidente;

II - Docentes efetivos do curso;

III – Representação discente correspondente a 1/5 (um quinto) do número de docentes efetivos do curso. (Art. 36 do Regimento Geral da UFT)

a) os representantes discentes são indicados pelo Centro Acadêmico do Curso por meio da ata de posse do Centro Acadêmico e do ofício do presidente do Centro Acadêmico indicando os representantes.

b) em caso de substituição dos representantes discentes estes devem estar de acordo com o Estatuto do Centro Acadêmico e deve ser comunicado ao coordenador do curso por meio da ata e/ou certidão emitida pelo presidente do Centro Acadêmico;

CAPÍTULO IV DA COMPETÊNCIA

Art. 5 – São competências do Colegiado de Curso, conforme Art. 37 do Regimento Geral da UFT:

I - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular do curso correspondente, estabelecendo o elenco, conteúdo e sequência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;

II - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso no respectivo curso;

III - estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;

IV - opinar quanto aos processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação do curso sob sua responsabilidade;

V - fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;

VI - conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamentos ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursadas com aproveitamento pelo requerente;

VII - estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;

VIII - decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;

IX - propugnar para que o curso sob sua supervisão mantenha-se atualizado;

X - eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;

XI - coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional do curso sob sua orientação.

CAPÍTULO V DO FUNCIONAMENTO

Art. 6 - O Colegiado de Curso reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, por 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 1º – As Reuniões Ordinárias do Curso obedecerão ao calendário aprovado pelo Colegiado e deverão ser convocadas, no mínimo, com dois dias de antecedência, podendo funcionar em primeira convocação com maioria simples de seus membros e, em segunda convocação, após trinta minutos do horário previsto para a primeira convocação, com pelo menos 1/3 (um terço) do número de seus componentes.

§ 2º – Será facultado ao professor legalmente afastado ou licenciado participar das reuniões.

• para efeito de quorum serão considerados apenas os professores em pleno exercício;

• o professor legalmente licenciado ou afastado não terá direito a voto.

§ 3º O Colegiado de Curso poderá propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de seu Coordenador, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, mediante justificativa substanciada e aprovada pelo conselho diretor.

§ 4º – Os pontos para serem inseridos na pauta devem ser enviados até o prazo limite de 24 horas antes da reunião.

a) Para pedidos de remoção, redistribuição, afastamento, licença sem vencimentos, entre outros dessa natureza, devem ser apresentados via ofício e com a normativa pertinente;

b) Os pedidos de ponto de pauta precisam ser documentados.

Art. 7 – O comparecimento dos membros do Colegiado de Curso às reuniões terá prioridade sobre todas as outras atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso. Todas as faltas na Reunião do Colegiado deverão ser comunicadas/justificadas oficialmente em até 48 horas.

§ 1º O membro do colegiado que não justificar sua ausência na reunião receberá falta em seu ponto e conseqüentemente o desconto em sua folha de pagamento.

CAPÍTULO VI DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 9 – A Coordenação de Curso é o órgão responsável pela coordenação geral do curso, e será exercido por Coordenador, eleito entre seus pares, de acordo com o Estatuto da Universidade Federal do Tocantins, ao qual caberá presidir o colegiado;

§ 1º – Caberá ao Colegiado de Curso, através de eleição direta entre seus pares, eleger o Coordenador substituto.

§ 2º - Além do seu voto, terá o Presidente em caso de empate, o voto de qualidade;

§ 3º - No caso de vacância do cargo de Coordenador, a eleição far-se-á de acordo normas regimentais definidas pelo CONSUNI;

§ 4º - No impedimento do Coordenador e do Coordenador substituto, responderá pela Coordenação o docente mais graduado do Colegiado com maior tempo de serviço na UFT. Caso ocorra empate, caberá aos membros do Colegiado indicar o coordenador interino.

Art. 10 - Ao Coordenador de Curso compete:

I - Além das atribuições previstas no Art. 38 do Regimento Geral da UFT, propor ao seu Colegiado atividades e/ou projetos de interesse acadêmico, considerados relevantes, bem como nomes de professores para supervisionar os mesmos;

II – Nomear um professor responsável pela organização do Estágio Supervisionado, de acordo com as normas do Estágio Supervisionado;

III - Nomear um professor responsável pela organização do TCC, de acordo com as normas do TCC;

IV - convocar, presidir, encerrar, suspender e prorrogar as reuniões do colegiado, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as determinações deste Regimento;

V - organizar e submeter à discussão e votação as matérias constantes do edital de convocação;

VI - designar, quando necessário, relator para estudo preliminar de matérias a serem submetidas à apreciação do Colegiado;

VII - Deliberar dentro de suas atribuições legais, "ad referendum" do Colegiado sobre assunto ou matéria que sejam claramente regimentais e pressupostas nos documentos institucionais.

CAPÍTULO VII DO CORPO DOCENTE

Art. 11 - O corpo docente, constituído pelo pessoal que exerce atividade de ensino, pesquisa e extensão, distribui-se pelas seguintes classes de carreira do magistério:

I - professor titular;

II - professor adjunto;

III - professor assistente

IV – professor Auxiliar.

§ 1º - Com caráter probatório, para iniciação em atividades docentes, será admitido o graduado de curso de nível superior com a designação de auxiliar de ensino.

§ 2º - O docente que exercer atividades de ensino ou pesquisa na Universidade, em decorrência de acordo, convênio ou programa de intercâmbio com entidade congênera, será classificado como professor visitante.

§ 3º - Para atender a necessidades eventuais da programação acadêmica, poderão ser contratados professores substitutos, de acordo com a conveniência da Universidade, consideradas as respectivas qualificações.

Art. 12 - As licenças para afastamento docente estão previstas nos art. 123 e 124 do Regimento Geral da Universidade.

§ 1º – As comunicações de afastamento docente para participação em congressos e outras reuniões de natureza científica, cultural ou técnica deve ser comunicada ao Presidente do Colegiado com no mínimo 07 (trinta) dias de antecedência

CAPÍTULO VIII DA SECRETARIA DO CURSO

Art. 13 – A Secretaria, órgão coordenador e executor dos serviços administrativos, será dirigida por um Secretário a quem compete:

I – encarregar-se da recepção e atendimento de pessoas junto à Coordenação;

II – auxiliar o Coordenador na elaboração de sua agenda;

III – instruir os processos submetidos à consideração do Coordenador;

IV – executar os serviços complementares de administração de pessoal, material e financeiro da Coordenação;

V – elaborar e enviar a convocação aos Membros do Colegiado, contendo a pauta da reunião, com 34 (vinte quatro) horas de antecedência;

VI – secretariar as reuniões do Colegiado;

VII – redigir as atas das reuniões e demais documentos que traduzam as deliberações do Colegiado;

VIII – manter o controle atualizado de todos os processos;

IX – manter em arquivo todos os documentos da Coordenação;

X – auxiliar as atividades dos professores de TCC e Estágio Supervisionado;

XI – desempenhar as demais atividades de apoio necessárias ao bom funcionamento da Coordenação e cumprir as determinações do Coordenador;

XII – manter atualizada a coleção de leis, decretos, portarias, resoluções, circulares, etc. que regulamentam os cursos de graduação;

XIII – auxiliar as atividades acadêmicas dos professores especialmente do Tempo

Comunidade;

XIV – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

CAPÍTULO IX DO REGIME DIDÁTICO

Seção I Do Currículo do Curso

Art. 14 – O regime didático do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Campus de Arraias reger-se-á pelo Projeto Pedagógico do Curso, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Art. 15 – O currículo pleno, envolvendo o conjunto de atividades acadêmicas do curso, será proposto pelo Colegiado de Curso.

§ 1º – A aprovação do currículo pleno e suas alterações são de competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e suas instâncias.

Art. 16 – A proposta curricular elaborada pelo Colegiado de Curso contemplará as normas internas da Universidade e a legislação de educação superior.

Art. 17 – Constituirão o currículo pleno do curso:

I – atividades acadêmicas fixadas pela legislação pertinente;

II – atividades complementares obrigatórias, de acordo com o respectivo projeto pedagógico e regimentadas;

III – atividades acadêmicas, de livre escolha do discente entre aquelas oferecidas pela Universidade e outras instituições de ensino superior;

IV – atividades acadêmicas de caráter geral e humanístico, necessárias à melhor formação da cidadania.

Parágrafo único – O Colegiado de Curso deverá estabelecer, previamente, as atividades acadêmicas válidas para o cômputo de carga horária, submetendo-as à Pró-Reitoria de Graduação, para os procedimentos decorrentes de análise na Câmara de Graduação e para aprovação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 18 - A proposta de mudança curricular elaborada pelo Colegiado de Curso será encaminhada, no contexto do planejamento das atividades acadêmicas, à Pró-Reitoria de Graduação, para os procedimentos decorrentes de análise na Câmara de Graduação e para aprovação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 19 - O aproveitamento de estudos será realizado conforme descrito no Artigo 90 do Regimento Acadêmico da UFT.

Seção III **Da Oferta de Disciplinas**

Art. 20 - A oferta de disciplinas será elaborada no contexto do planejamento semestral, aprovada pelo respectivo Colegiado, sendo ofertada no prazo previsto no Calendário Acadêmico especial da Licenciatura em Educação do campo, observando o Regime de Alternância.

Parágrafo único – a oferta de disciplinas ocorrerá de acordo com o regime de Alternância, considerando-se o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade,

Art. 21 - As atividades acadêmicas obedecerão o regime de Alternância, composto pelo Tempo Universidade e o Tempo Comunidade.

Parágrafo único – no Tempo Universidade serão desenvolvidas atividades acadêmicas nos espaços da universidade e no Tempo Comunidade serão desenvolvidas atividades acadêmicas orientadas, junto às comunidades.

Art. 22 - As atividades acadêmicas serão desenvolvidas nas modalidades a seguir:

I - presencial – entendida como atividade desenvolvida por meio de contato direto entre docentes e discentes em ambiente específico, principalmente no Tempo Universidade;

II – semipresencial – entendida como atividade desenvolvida por meio de contato direto, bem como aquela com uso de mídias específicas e pode acontecer no Tempo Universidade e no Tempo Comunidade;

III - tutorial – entendida como atividade desenvolvida a distância, com uso de mídias específicas, especialmente no Tempo Comunidade.

Parágrafo único – As atividades acadêmicas desenvolvidas nas modalidades semipresencial e tutorial serão objeto de aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 23 – Até o fim de cada período letivo, a Coordenação de Curso, consultado o Colegiado, encaminhará ao Setor de Controle Acadêmico da Pró-Reitoria de Graduação, a consolidação da oferta de componentes curriculares à disposição dos acadêmicos de Graduação para o período seguinte, com os respectivos horários, o espaço físico e os professores responsáveis.

Art. 24 - No planejamento do curso, a Universidade buscará assegurar a todo acadêmico regularmente matriculado a obtenção de vaga nos componentes curriculares e demais atividades complementares necessárias à integralização do currículo pleno do respectivo curso, observados os critérios adequados para sua distribuição, os pré-requisitos e a carga horária máxima.

Art. 25 – A Coordenação de Curso, em conjunto com o Conselho Diretor do Campus, deverá proceder, periodicamente, aos diagnósticos necessários para propor à Pró-Reitoria de Graduação a adequação da oferta e demanda de vagas, visando detectar as causas de inadequação e sugerindo as medidas para os respectivos ajustes.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Colegiado de Curso, salvo competências específicas da Coordenação do Curso ou de outros órgãos da administração superior.

Art. 27 - Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARRAIAS

CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: ARTES VISUAIS E MÚSICA

**REGULAMENTO PARA O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO
DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CÓDIGOS E LINGUAGENS COM
HABILITAÇÃO EM ARTES VISUAIS E MÚSICA**

ARRAIAS, 2016.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO

2. FUNDAMENTAÇÃO

3. OBJETIVOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

3.1. Objetivo geral

3.2. Objetivos específicos

4. EQUIPE DE SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO DO ESTÁGIO

4.1. Atribuições do coordenador de estágio

4.2. Atribuições dos professores orientadores das disciplinas Estágio Supervisionado

I e II

4.3. Atribuições dos professores orientadores das disciplinas Estágio Supervisionado

III e IV

4.4. Supervisor externo de estágio

4.5. Atribuições do professor regente – supervisor externo

5. O ALUNO ESTAGIÁRIO

5.1. Atribuições do estagiário conforme a resolução CONSEPE nº 20/2012, art. 29.

5.2. Direitos do estagiário

5.3 Da redução da carga horária

5.4. Desligamento do estagiário

6. ETAPAS DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

6.1. Estágio Curricular Supervisionado I

6.2. Estágio Curricular Supervisionado II

6.3. Estágio Curricular Supervisionado III

6.4. Estágio Curricular Supervisionado IV

7. DIRETRIZES DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

7.1. Atribuições da Comissão de Estágio

7.2. Atribuições do Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo

7.3. Procedimentos e Critérios de Avaliação do Estágio Curricular Supervisionado

7.4. Normas para a Elaboração do Relatório

7.5. Disposições Gerais do Estágio Curricular Supervisionado

8. REFERÊNCIAS

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento intitulado: **Regulamento para o Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Códigos e Linguagens com habilitação em Artes Visuais e Música**, apresenta-se como diretriz que orienta e regulamenta a organização e normatização das atividades curriculares, dinâmicas e encaminhamentos do Estágio Supervisionado no Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Tocantins-UFT, câmpus de Arraias. Trata-se de um documento elaborado e apreciado coletivamente, orientado pela Central de Estágio do Câmpus Universitário de Arraias, com a participação da Coordenação do Curso, Coordenação de Estágio, Núcleo Docente Estruturante e do Colegiado da Licenciatura em Educação do Campo.

Diante da importância de se garantir a unidade de princípios e ações no processo de desenvolvimento do Estágio Supervisionado, considera-se, para a fundamentação do presente instrumento, as bases legais que o regulamentam em âmbito nacional e institucional, observadas em consonância com as especificidades e formas de organização pedagógicas contempladas na Proposta Pedagógica Curricular do Curso, especialmente a Alternância Pedagógica, um arcabouço teórico-conceitual e empírico, e as áreas específicas de conhecimento, Artes Visuais e Música. A respeito das bases legais mencionadas, podemos destacar a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, a Lei nº 11.788/2008, a Resolução nº 03/2005 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e, por fim, o Manual e Notas Técnicas para Estágios Obrigatórios e Não Obrigatórios da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD).

2. FUNDAMENTAÇÃO

A formação docente, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB nº 9394/96, incluirá prática de ensino. Os estágios supervisionados constam de atividades de prática pré-profissional, exercidas em situações reais de trabalho, com ou sem vínculo empregatício. O estágio curricular, como procedimento didático-pedagógico, é uma atividade intrinsecamente articulada com as demais atividades acadêmicas. A concepção que dá alicerce para o estágio

supervisionado está fundamentada no princípio da ação-reflexão-ação e também da interação social.

O Estágio Supervisionado, componente curricular obrigatório, é um espaço imprescindível na formação do educador. *Locus* apropriado onde o aluno desenvolve a sua aprendizagem prática, o seu papel profissional, a sua responsabilidade, o seu compromisso, o espírito crítico, a consciência, a criatividade e demais atitudes e habilidades profissionais esperadas em sua formação. Se for assumido em todas as suas instâncias de maneira planejada e ativa, levando em conta as possibilidades de inovações na política de desenvolvimento da prática educativa, poderá mobilizar conhecimentos científicos para projetos alternativos de intervenção na prática social, ampliando e diversificando as oportunidades de parcerias educativas, principalmente em uma Licenciatura em Educação do Campo.

Miguel Arroyo, na apresentação de seu livro *Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens*, nos permite identificar, conceituar e compreender concepções sobre a identidade profissional, os saberes e a necessária relação entre teoria e prática:

Aprendi que trabalhar com a educação é tratar de um dos ofícios mais perenes da formação humana. Nossas práticas se orientam por saberes e artes aprendidas desde o berço da história cultural e social [...] Saberes e sensibilidades aprendidas e cultivadas. [...] é difícil identificar nosso ofício de mestre com uma imagem única [...] o que sabemos fazer e temos de fazer no cotidiano convívio com a infância, a adolescência e juventude não cabe em imagens simplificadas nem em um único conceito, professor, docente, mestre, alfabetizador, supervisor, orientador. É entre seus pares professores que a identidade profissional vai se construindo. (ARROYO, 2007, p.11-13).

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei 9394/96, em seu artigo 61, trata da formação dos profissionais da educação e pressupõe que a formação de professores deve se realizar “de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando e terá como fundamento a associação entre teoria e prática.” Isso significa que a integração permanente entre teoria e prática deve garantir a construção das competências e habilidades para que o acadêmico possa exercer de forma plena suas atividades profissionais.

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o estágio como “o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante. O estágio integra o itinerário formativo do educando e faz parte do Projeto Pedagógico do Curso” (BRASIL, 2008, p.9). Como se nota, esta definição vai ao encontro da LDB e corrobora com a visão do Estágio como parte integral e indispensável da formação profissional.

No âmbito da UFT, o Estágio Supervisionado está organizado pela Resolução N°003/2005 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - CONSEPE, que organiza e define as normas de realização e desenvolvimento do Estágio, em conformidade com o Parecer CNE/CP 09/2001 e as Resoluções CNE/CP 1/2002 e CNE/CP 2/2002. Conforme essas regulamentações, as atividades de estágio, além de proporcionarem ao acadêmico a participação em situações simuladas e reais de vida e trabalho, devem privilegiar o desenvolvimento da pesquisa resultantes da reflexão sobre a prática. Em outros termos, as atividades de estágio devem buscar em todos os seus momentos, a reflexão sobre o processo de ensino e aprendizagem.

O Estágio Supervisionado no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, de acordo com sua Proposta Pedagógica Curricular (2013), deve possibilitar aos acadêmicos a formação e a construção de conhecimentos necessários à sua formação, ou seja, para o trabalho com as escolas do campo e no campo. Aquelas situadas na sede do município, mas que recebem boa parte de seus alunos do campo e estas que se situam no meio rural propriamente dito.

Para tanto, a Coordenação de Estágio e o Professor Orientador devem garantir as condições para que os acadêmicos desenvolvam suas atividades de modo que este trabalho auxilie na reestruturação do currículo escolar, considerando as condições e características da Escola Campo e da própria Universidade, uma vez que os alunos do campo vivenciam práticas e espaços de vivência – cultura e trabalho – diferenciados dos alunos urbanos.

A formação do professor deve passar pelo exercício da análise e reflexão sobre a prática docente, de modo a desvelar o cotidiano escolar. A análise e a reflexão permanente sobre a prática podem se constituir na mola propulsora para o desenvolvimento profissional e a profissionalidade docente.

O Parecer CNE/CEB n° 35/2003 nos chama a atenção ao fato de que o estágio supervisionado não é e não deve ser considerado “primeiro emprego”. Mas, sim, uma atividade curricular da escola, um ato educativo, que proporciona ao estudante, em processo de formação, conhecer a realidade do mundo do trabalho, se identificar com a sua escolha profissional, podendo, inclusive, servir de “trampolim” para que consiga o seu primeiro emprego.

O Estágio Supervisionado também é ressaltado pelas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para as licenciaturas no Brasil, Resolução n° 2, de 1° de julho de 2015. Em seu capítulo V, que diz respeito a “Formação Inicial do Magistério e para a Formação Continuada”, consta que deverá ser dedicado ao estágio supervisionado 400 horas na área de formação e atuação na educação básica, para cursos com no mínimo 3.200 horas de trabalho efetivo. Para a Educação do Campo, em seu PPC (2013) encontra-se prevista uma carga horária de 405 horas.

Uma importante Lei Federal, a de n° 11.788, de 25 de setembro de 2008, dispõe sobre o estágio de estudantes, alterando a LDB n° 9394/96. Assim descreve sobre o estágio:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008).

De acordo com essa Lei, o estágio supervisionado pode ser obrigatório ou não, conforme diretrizes curriculares do curso de graduação que o aluno está cursando e do projeto pedagógico do curso. Além de proporcionar ao estudante um aprendizado das atividades profissionais, um olhar crítico sobre o mundo do trabalho, leva o discente a descobrir e a compreender os diferentes desafios encontrados na profissão. Contudo, assim como as leis anteriores, esclarece que o estágio supervisionado não gera vínculo empregatício.

É importante ressaltar que o estágio pode ser realizado nas seguintes entidades (AIRES; COSTA, et. al., 2016):

- a) Pessoas jurídicas de direito privado;
- b) Órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional, dos municípios, estados e federação;
- c) Profissionais liberais de nível superior que tenham registros em seus conselhos de fiscalização profissional.

3. OBJETIVOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

3.1. Objetivo geral:

Propiciar condições para que o acadêmico possa vivenciar experiências de docência orientadas e supervisionadas que o conduzam à análise e à reflexão sobre o processo de ensino/aprendizagem das artes visuais e música no contexto da Educação do Campo.

3.2. Objetivos específicos:

I – Promover situações de observação, análise e reflexão sobre a prática pedagógica;

II – Propor estratégias de intervenção didático-pedagógicas que propiciem aprendizagens tanto de conteúdos curriculares como do fazer de sala de aula no tempo em que os estudantes estiverem em suas respectivas comunidades e escolas de estágio;

III – Possibilitar condições para que o/a licenciando/a, a partir de sua intervenção na prática, tematize a ação docente e tenha condições de reelaborar e reorganizar atividades que conduzam à melhoria da qualidade do ensino que está sendo oferecido aos alunos do campo;

IV – Permitir a convivência no ambiente escolar com os membros da comunidade a fim de que o acadêmico possa desenvolver atitudes éticas e colaborativas no fazer pedagógico;

V – Possibilitar ao estagiário aprendizado de competências e habilidades próprias para o trabalho docente nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio e a contextualização curricular na sua área de conhecimento;

VI – Integrar o estagiário ao processo de ensino, pesquisa e aprendizagem no contexto da educação do e no campo;

VII – Proporcionar ao estagiário contato com a realidade preferencialmente do campo e com a organização e o funcionamento das instituições educacionais e outras instituições afins pertencentes às respectivas comunidades integradoras;

VIII – Compreender a prática docente da Educação do Campo e as práticas de outros profissionais da educação, possibilitando a construção de conhecimentos sobre as questões que envolvem a relação pedagógica;

IX – Proporcionar ao estagiário conhecimentos da prática docente no início de suas atividades profissionais, dando-lhe oportunidade de executar atividades relacionadas à sua área de interesse e de domínio adquirido;

X – Estimular o desenvolvimento do conhecimento científico por meio do aperfeiçoamento profissional que articula teoria e prática.

XI – Buscar como um de seus resultados, uma contribuição efetiva do estagiário junto a escola/espço concedente: melhoramento e equipamento de salas especiais de artes visuais e música, incrementação do uso de recursos tecnológicos, elaboração de material didático (livros, manuais, vídeos, cd-rooms, etc); organização de espaços de exposição de artes visuais e música (dos alunos e de demais artistas), fomentar relações escola comunidade, entre outros.

4. EQUIPE DE SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO DO ESTÁGIO

De acordo com a Resolução Nº 003/2005 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - CONSEPE da UFT, o Estágio será supervisionado e orientado, em cumprimento ao dispositivo da Lei 11.788/08, por um Coordenador de Estágio, um Professor Orientador e um Professor Supervisor Externo à UFT, que acompanharão passo a passo os acadêmicos na escola. Observe-se também a participação dos coordenadores pedagógicos das instituições concedentes, que integram o processo como supervisores externos, mediando chegada, permanência e desligamento do estudante no campo de estágio.

O colegiado da licenciatura em Educação do Campo, levando em consideração a dupla habilitação existente no curso, optou por compor uma Comissão de Estágio integrada por um professor que exerce a função de Coordenador de Estágio Supervisionado e dois professores supervisores das áreas específicas de formação - Artes Visuais e Música, responsáveis, especificamente para compor as orientações deste regulamento. Esta comissão se desfaz após a conclusão do documento, permanecendo o Coordenador de Estágio Supervisionado. A partir de então, o Estágio Curricular Supervisionado será conduzido pelo Coordenador de Estágio; pelos Professores de Estágio (estágio I e II) e pelos Professores Orientadores/Supervisores de área específica (estágio III e IV).

4.1. Atribuições do Coordenador de Estágio:

- a) Articular-se com a Universidade, os professores de estágio e com as escolas de Educação Básica;
- b) Responsabilizar-se pelos aspectos administrativos internos e externos do Estágio;
- c) Levantar as possibilidades de campos de Estágio e definir os locais a serem oportunizados;
- d) Supervisionar os locais de Estágios em funcionamento;
- e) Coordenar as atividades de recursos humanos envolvidos na execução do Estágio Curricular Supervisionado;
- f) Propor Convênio e/ou Termos de Cooperação e campos de Estágio, que facilitem as atividades dos estagiários;
- g) Assinar as correspondências oficiais a serem expedidas;
- h) Informar ao(s) Professor(es) o nome do Supervisor Externo do Estagiário (Coordenador pedagógico);
- i) Encaminhar à Congregação do Curso os resultados do Estágio e discutir sistematicamente com seus membros o andamento das atividades;
- j) Solicitar à UFT o Seguro Contra Acidentes Pessoais para os Estagiários conforme preconiza a legislação;

- k) Participar das atividades programadas pela Coordenação Geral da Pró-Reitoria de Graduação, quando for o caso.
- l) Executar outras atividades inerentes ao desempenho da função, omissas neste regulamento de acordo com a orientação do Colegiado.

4.2. Atribuições dos professores orientadores das Disciplinas Estágio Supervisionado I e II

Considerando-se que o trabalho de supervisão nas disciplinas de Estágio I e II ficará prioritariamente a cargo dos professores da área de Pedagogia lotados no curso de Educação do Campo, desdobram-se as seguintes atribuições:

- α) Promover reflexões pertinentes ao trabalho docente do licenciando, conforme os diferentes espaços (escolares e não escolares) e níveis de ensino previstos para a sua atuação (Séries finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos).
- β) Promover reflexões sobre as especificidades do processo ensino/aprendizagem nas escolas do campo, conforme as diferentes fases do desenvolvimento humano, os diversos níveis de ensino e modalidades do processo educativo.
- γ) Abordar sobre a gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação do campo e escolas rurais / do campo.
- δ) Explicar a legislação específica sobre o estágio supervisionado (Parecer CNE/CEB; LDB; Lei 11.788/2008; Nota Técnica da UFT; Manual de Estágio da UFT; Resolução CONSEPE; etc.);
- ε) No que se refere à formalização e acompanhamento do vínculo entre estagiário e instituição cedente, instruir sobre a documentação e relatórios pertinentes ao processo – Plano de atividades, Termo de compromisso, Ficha de avaliação, Relatório do estágio, entre outros documentos cabíveis.
- φ) Organizar o planejamento da etapa de observação (Estágio Supervisionado II) em conjunto com os professores das áreas de habilitação – Artes Visuais e Música –, tendo em vista a continuidade do trabalho a se cumprir nas fases subsequentes (docência).
- γ) Acompanhar o registro de frequência dos estagiários em conjunto com o Supervisor

Externo e o Professor Regente;

- η) Avaliar o desempenho de cada aluno nas disciplinas Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II, levando em conta o parecer avaliativo do Supervisor Externo, do Professor Regente e do Professor orientador das áreas de habilitação, conforme couber;
- ι) Apresentar ao Coordenador do Estágio, através de relatórios ou outros mecanismos sistematizados, informações sobre o andamento das atividades desenvolvidas, sobretudo através de uma avaliação da etapa ao final de cada semestre letivo;
- φ) Trocar informações necessárias com o Supervisor Externo, o Professor Regente e com os Professores orientadores das áreas de habilitação a respeito de quaisquer elementos do processo de supervisão, zelando sempre pelo bom andamento das atividades e pela coesão do trabalho em equipe;
- κ) Executar outras atividades inerentes ao desempenho da função, omissas neste regulamento de acordo com a orientação do Colegiado.

4.3 Atribuições dos professores orientadores das disciplinas Estágio Supervisionado III e IV

Considerando-se que o trabalho de supervisão das disciplinas de Estágio III e IV ficará prioritariamente a cargo dos Professores das áreas de habilitação – Artes Visuais e Música – lotados no curso de Educação do Campo, desdobram-se as seguintes atribuições:

- α) Elaborar o Plano de atividades do estagiário, dando direcionamentos para o trabalho docente e indicando as fontes de consulta que forem necessárias para a realização das atividades previstas.
- β) Orientar e acompanhar o aluno estagiário no planejamento, execução e avaliação das intervenções a serem realizadas ao longo do estágio, prestando-lhe assistência didática e técnica, em conjunto com o Coordenador do Estágio, o Supervisor Externo e o Professor Regente;
- γ) Intervir, sempre que for necessário, para o bom desempenho das atividades;
- δ) Organizar o planejamento da etapa de observação (Estágio Supervisionado II) em conjunto com os professores das Áreas Pedagógicas, tendo em vista que consistirá em etapa introdutória para o trabalho a se cumprir nas fases subsequentes (docência).
- ε) Acompanhar o registro de frequência dos estagiários em conjunto com o Supervisor Externo e o Professor Regente;

- φ) Avaliar o desempenho de cada estagiário de acordo com as normas do Curso, levando em conta o parecer avaliativo do Supervisor Externo e do Professor Regente, conforme couber;
- γ) Apresentar ao Coordenador do Estágio, através de relatórios ou outros mecanismos sistematizados, informações sobre o andamento das atividades desenvolvidas, sobretudo através de uma avaliação da etapa ao final de cada semestre letivo;
- η) Trocar informações necessárias com o Supervisor Externo, o Professor Regente e com os Professores orientadores das Áreas Pedagógicas, a respeito de quaisquer elementos do processo de supervisão, zelando sempre pelo bom andamento das atividades e pela coesão do trabalho em equipe;
- ι) Executar outras atividades inerentes ao desempenho da função, omissas nestas diretrizes de acordo com a orientação do Colegiado.

4.4. Supervisor externo de estágio:

Profissional externo à UFT, pertencente à instituição concedente ao Estágio, devidamente habilitado e responsável pelo planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do estagiário no local de desenvolvimento das atividades de Estágio. Este profissional preferencialmente será o coordenador pedagógico da escola, com as seguintes atribuições:

- a) Elaborar em conjunto com o Estagiário e com o Professor Regente na programação para atendimento do planejamento de Estágio, respeitadas as orientações legais da UFT;
- b) Fornecer ao Professor Orientador e ao estagiário informações sobre as características da instituição concedente, no que diz respeito aos horários, especificidades dos alunos, instalações, materiais, normas internas da mesma e outras informações que se fizerem necessárias;
- c) Orientar, acompanhar e avaliar a execução do Estágio em sintonia com o Professor Orientador e o Professor Regente;
- d) Emitir parecer avaliativo sobre o desempenho do estagiário, na forma dos instrumentos fornecidos pelo Professor Orientador;

4.5. Atribuições do professor regente:

- a) Elaborar, em conjunto com o Estagiário, o Professor Orientador e com o Supervisor Externo, uma programação para atendimento do planejamento de Estágio, respeitadas as orientações legais da UFT;

- b) Fornecer ao professor Orientador e ao estagiário informações sobre as características das salas no que diz respeito aos horários, especificidades dos alunos, instalações, materiais, normas internas, o plano de curso e outras informações que se fizerem necessárias;
- c) Orientar, acompanhar e avaliar a execução do Estágio em sintonia com o Professor Orientador e com o Supervisor Externo (coordenador pedagógico);
- d) Emitir parecer avaliativo sobre o desempenho do estagiário, na forma dos instrumentos fornecidos pelo Professor Orientador;

5. O ALUNO ESTAGIÁRIO

5.1. Atribuições do estagiário conforme a resolução CONSEPE nº 20/2012, art. 29:

- a) Cumprir integralmente as normas estabelecidas neste regulamento e, principalmente, o que consta na Lei nº 11.788/2008;
- b) Procurar a Coordenação de Estágio antes do início das atividades para se informar sobre os procedimentos e documentos necessários;
- c) Organizar o Plano de Atividades e o preenchimento do Termo de Compromisso sob orientação do professor responsável na UFT;
- d) Providenciar, antes do início do estágio, todos os documentos necessários para o seu desenvolvimento, colhendo as assinaturas dos responsáveis na instituição concedente e na UFT;
- e) Entregar toda a documentação devidamente assinada à Coordenação de Estágio para regulamentação e execução do Estágio dentro dos prazos previstos no cronograma da Universidade e do Curso de Educação do Campo;
- f) Cumprir a programação pertinente ao estágio, zelando pelo cumprimento do Plano de Atividades e Termo de Compromisso, bem como observando as formas e padrões estabelecidos, conjuntamente, pela UFT e a escola;
- g) Atender as normas internas da unidade concedente, principalmente aquelas relativas ao Estágio, que declara expressamente conhecer, exercendo suas atividades com zelo, pontualidade e assiduidade;
- h) Responder pelo ressarcimento de danos causados por seu ato doloso ou culposos a qualquer equipamento instalado nas dependências da Unidade concedente durante o cumprimento do Estágio, bem como por danos morais e materiais causados a terceiros;
- i) Preservar a boa imagem da UFT e do Curso de Licenciatura em Educação do Campo junto à organização concedente, a fim de dar oportunidade a outros alunos de realizarem o estágio na mesma entidade;

- j) Estar ciente de que caso fique comprovado irregularidade ou fraude, será cancelado o seu estágio;
- k) Cumprir o tempo previsto para o desenvolvimento das atividades de Estágio, obedecendo sempre os horários definidos pela Instituição em comum acordo com o supervisor e o professor orientador;
- l) Comunicar e justificar com antecedência, aos supervisores externos do Estágio e ao professor orientador, a eventual ausência ou impossibilidade de comparecer a atividade prevista no estágio ou de permanecer vinculado à dinâmica exigida pela prática.
- m) Repor as atividades previstas no Plano, cuja justificativa de ausência tenha sido aceita pelo responsável do campo de estágio e pelo professor;
- n) Cuidar para que as atividades de estágio não prejudiquem as suas atividades acadêmicas;
- o) Dispor de horário para cumprir as atividades previstas para o estágio;
- p) Participar das reuniões periódicas com os professores do estágio para acompanhamento e avaliação das atividades;
- q) Realizar as atividades previstas no Plano de Atividades, mantendo um registro atualizado de todas elas;
- r) Entregar ao Professor Orientador, em data previamente fixada, todas as atividades e relatórios abrangendo os aspectos relativos ao estágio, seja de observação, co-participação ou participação.
- s) Esforçar-se para obter aproveitamento e rendimento compatíveis com a natureza do estágio, relacionando os conteúdos conceituais aos procedimentais e atitudinais no Tempo Comunidade;
- t) Manter, em todas as atividades desenvolvidas durante o estágio, uma atitude ética pertinente ao desempenho profissional;
- u) Resguardar o sigilo e a veiculação de informações a que tenha acesso em decorrência do estágio;
- v) Fornecer ao Supervisor Externo, mediante o preenchimento de formulários próprios, informações pertinentes ao bom andamento do estágio;

5.2. Direitos do estagiário:

I – Realizar o estágio prioritariamente em escolas formais que pertençam às respectivas regiões que compõem as comunidades integradoras.

II – Realizar o estágio em seu local de trabalho, desde que seja uma unidade escolar que ofereça os níveis de ensino e disciplinas compatíveis com a área de atuação;

III – Realizar parte do estágio em espaço não formal de ensino (desde que atendam à regulamentação interna da UFT e do Curso de Educação do Campo);

IV – Ter acesso às instalações, aos recursos materiais e tecnológicos do estabelecimento de ensino, previstos no planejamento de atividades;

VI – Receber os documentos relativos ao estágio, ao longo deste;

VII – Ser devidamente orientado e acompanhado durante a realização do seu estágio, pelo Coordenador do Estágio e pelo Professor Orientador;

VIII – Ter seguro contra Acidentes Pessoais.

5.3. Da redução da carga horária

I – O discente/estagiário poderá ser dispensado da disciplina de Estágio Supervisionado, com carga horária de até 200 horas, conforme parágrafo único do Art. 1º da Resolução da CNE/CP Nº 2, de 19 de fevereiro de 2002.

II – Para usufruir da redução da carga horária, o discente/estagiário precisa exercer a docência há, no mínimo, 1(um) ano, e em disciplina(s) relacionada(s) ao curso-objeto de sua formação, com comprovação mediante apresentação de documentos oficiais.

III – O discente deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória, para efeito da redução de sua carga horária de Estágio Curricular Supervisionado:

- a. comprovante de vínculo empregatício;
- b. declaração emitida pela unidade escolar, em papel timbrado e respectivo(s) carimbo(s) do(s) dirigente(s) e seu(s) registro(s) de autorização, contendo as seguintes informações: área de docência, nível de ensino e séries, período de regência escolar.

IV – O discente/estagiário que se enquadrar nas situações descritas deve protocolar requerimento no Setor de Protocolo, devidamente instruído com os documentos oficiais até o final da disciplina de Estágio Supervisionado I.

V – A Coordenação do Curso submeterá o requerimento do discente/estagiário ao Colegiado de Curso, que emitirá o parecer, que assim, procederá ao registro e à dispensa das horas.

VI – Após a realização do Estágio Curricular Supervisionado, o Colegiado do Curso encaminhará à Secretaria Acadêmica o registro da redução de carga horária do estágio para efeito de cômputo e integralização do mesmo.

VII – No Histórico Escolar do discente, constará o apostilamento do aproveitamento de carga horária do Estágio Curricular Supervisionado, não se atribuindo qualquer grau de avaliação.

VIII – O discente perderá o direito à redução da carga horária, a qualquer tempo, além de outras implicações legais, nos casos de fraude, falsidade ou omissão de informações.

5.3. Desligamento do estagiário:

I – Automaticamente, ao término do estágio;

II – A qualquer tempo, no interesse da instituição;

III – A pedido do estagiário.

IV – Em virtude da interrupção do curso na instituição de ensino a que pertença o estágio;

V – Pelo não comparecimento do estagiário, sem motivo justificado, em 25 % (vinte e cinco por cento) da duração estipulada para a carga horária teórica do estágio;

VI – Em descumprimento de qualquer compromisso assumido na oportunidade da assinatura do termo de compromisso;

VII – A partir da interrupção temporária do curso do aluno por meio de solicitação de Trancamento de matrícula ou Atendimento de Regime Domiciliar;

VIII – Pelo não cumprimento de 100% da carga horária destinada à prática.

6. ETAPAS DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

O Estágio Curricular Supervisionado faz parte da formação integradora do currículo do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, consistindo em atividade obrigatória para todos os estudantes matriculados. Ocorrerá preferencialmente nas comunidades do/a estagiário/a, sendo que, na ausência de campo de atuação em suas respectivas comunidades, o/a estagiário/a será redistribuído para outra localidade correspondente ao território de abrangência de sua Comunidade Integradora. As etapas do Estágio Curricular Obrigatório e suas respectivas cargas horárias estão descritas a seguir:

6.1. Estágio Curricular Supervisionado I – (60 horas)

Refere-se ao estudo disciplinar em Tempo Universidade e Tempo Comunidade, a partir da fundamentação teórica prevista na ementa e situações de investigação dos saberes escolares na prática docente e currículo escolar nas comunidades do estagiário visando o conhecimento das concepções norteadoras da prática do Estágio Supervisionado e o conhecimento do contexto e saberes escolares na educação campo e/ou em escolas e comunidades que recebem alunos/as que residem no campo. O Estagiário será orientado quanto às demandas e regulamento do estágio tendo como foco o conhecimento da Legislação Vigente, O manual de Estágio da UFT, os departamentos responsáveis pelos encaminhamentos, registros e avaliações.

Carga horária:

- Tempo Universidade: 36 horas.
- Atividades extracurriculares: 8 horas
- Tempo Comunidade: 16 horas.

6.2. Estágio Curricular Supervisionado II – (90 horas)

Consiste na Observação da gestão escolar e regência de sala de aula nas séries finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e/ou Educação de Jovens e Adultos, tendo como pressupostos a investigação, reflexão e problematização da prática relacionada à gestão de sala de aula. Caracteriza-se como preparatória à elaboração do planejamento a ser apresentado como elemento norteador das ações do processo ensino e aprendizagem a serem desenvolvidas nas próximas etapas. O estágio deverá apresentar um relatório das atividades/observações realizadas junto com as reflexões e encaminhamentos de proposições. O professor orientador do estágio deverá organizar encontros no Tempo Comunidade, nos quais se discutirá a prática vivenciada pelos alunos, dentro das 90 horas previstas para esta etapa.

Carga horária:

- 1) Estudos e Orientações no Tempo Universidade : 28 horas;
- 2) Tempo Comunidade (tempo de observação do/a estudante na Unidade Concedente);
 - 2.1- Observação da Gestão Escolar- 14 horas;
 - 2.2- Observação da Regência em Sala de Aula no Ensino Fundamental-08 horas sendo: 04 para Artes Visuais e 04 para Música;
 - 2.3- Observação de Regência em Sala de Aula no Ensino Médio-08 horas sendo: 04 para Artes Visuais e 04 para Música;
 - 2.4- Diagnóstico e Problematização nos/dos “Espaços Externos às Instituições Formais de Ensino”;
- 3- Tempo Universidade: Rertorno- Socialização das Experiências de Estágio durante o “*Seminário de Estágio Curricular Supervisionado em Educação do Campo: Artes Visuais e Música*” e entrega de relatórios-12 horas.

6.3. Estágio Curricular Supervisionado III (120 horas)

Fase de execução: prática de sala de aula nos anos finais do Ensino Fundamental. São propostas ações para a prática e aprofundamento do processo de construção do conhecimento. É a fase de construção do planejamento a partir de propostas de ações para a prática, a qual será vivenciada na unidade escolar em questão, durante o período previsto. O professor orientador de estágio assumirá papel preponderante nesta fase, funcionando como observador, orientador e facilitador do processo de crescimento do estudante, mediante acompanhamento e avaliação dos trabalhos *in loco* e encontros no Tempo Universidade, nos quais, além de se discutir a prática vivenciada pelos alunos, serão também propostas ações de (re)encaminhamento da prática (ação – reflexão – ação), dentro das 120 horas previstas para a etapa

Carga horária:

- Tempo Universidade: Etapa prevista para estudos e orientações: 28 horas.

- Tempo Comunidade: Corresponde ao Tempo do/a estagiário/a na Escola.

* execução do Plano de Estágio (prática em sala de aula, em turmas do Ensino Fundamental): 60 horas sendo: 20h de planejamento de aulas de Artes Visuais; 20h de planejamento de aulas de Música; 10h de regência em Artes Visuais; 10h de regência em Música.

* oficina complementar (para o E.F., envolvendo a comunidade escolar): 20 horas, sendo uma oficina interdisciplinar em Artes Visuais e Música.

- Tempo Universidade (Socialização das Experiências do Estágio e Entrega de Relatório/Tempo de retorno/): 12 horas.

6.4. Estágio Curricular Supervisionado IV- (135 horas).

Fase de execução: prática de sala de aula no Ensino Médio. São propostas ações para a prática e aprofundamento do processo de construção do conhecimento. É a fase de construção do planejamento a partir de propostas de ações para a prática, a qual será vivenciada na unidade escolar em questão, durante o período previsto. O professor orientador de estágio assumirá papel preponderante nesta fase, funcionando como observador, orientador e facilitador do processo de crescimento do estudante, mediante acompanhamento e avaliação dos trabalhos *in loco* e encontros no Tempo Universidade, nos quais, além de se discutir a prática vivenciada pelos alunos, serão também propostas ações de (re)encaminhamento da prática (ação – reflexão – ação), dentro das 135 horas previstas para a etapa

Carga horária:

- Tempo Universidade (Estudos e Orientações): 28 horas.

- Tempo Comunidade (Tempo do aluno na Escola)

* execução do Plano de Estágio (prática em sala de aula, em turmas do E.M. e/ou EJA): 60h sendo: 20h de planejamento de aulas de Artes Visuais; 20h de planejamento de aulas de Música; 10h de regência em Artes Visuais; 10h de regência em Música.

* oficina complementar (envolvendo a comunidade escolar e/ou espaços não formais ligados à arte e cultura): 20 horas , sendo uma oficina interdisciplinar em Artes Visuais e Música.

- Tempo Universidade - Seminário de Estágio Supervisionado (evento à parte): 27 horas.

7. DIRETRIZES DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado deverá seguir as seguintes diretrizes:

I – O planejamento e execução do Estágio Curricular Supervisionado deverá respeitar as diretrizes deste documento, a organização e as normas das instituições onde se efetivará o Estágio;

II – A orientação e execução do Estágio deverão ser direcionadas conforme as características atribuídas a cada etapa do Estágio em plano de curso, com acompanhamento e reflexão coletiva nos encontros previstos pelo orientador do estágio e avaliação;

III – O Plano de Estágio deverá ser individual e previamente aprovado pelo professor orientador do Estágio;

IV – O produto final do estágio deverá ser apresentado, sob a forma de relatório, de acordo com as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e normas de trabalhos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo;

V – O Estágio Curricular Supervisionado será realizado em instituições públicas municipais e estaduais preferencialmente em escolas localizadas no campo. Caso não seja possível realizar o estágio em escolas públicas, será permitido a realização do estágio em escolas privadas ou parte do estágio em espaços não formais de ensino, cabendo ao professor orientador definir a percentagem, desde que não ultrapasse 50% da carga horária.

VI – O Estágio Curricular Supervisionado poderá ser realizado em escolas com sede em área urbana, desde que a escola atenda também alunos oriundos ou residentes no campo;

VII – O Estágio Curricular Supervisionado será realizado mediante a aprovação do plano de atividades do estagiário;

VIII – As atividades do Estágio Curricular Supervisionado serão realizadas em dois momentos distintos e complementares:

a) **Momento de Orientação de Estágio**, que compreende encontros presenciais nos tempos universidade com os professores responsáveis pela orientação do estágio;

b) **Momento das atividades nas instituições de ensino concedentes**, que compreende a efetivação do estágio nas unidades escolares com acompanhamento sistemático;

IX – As atividades a serem desenvolvidas no momento de orientação e no momento de realização das atividades nas instituições devem constar no Plano de Curso previamente elaborado pelo professor orientador de Estágio Curricular em discussão com a Coordenação de Estágio do Curso de Licenciatura em Educação do Campo;

7.2. Atribuições do Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo:

a) Convocar, quando necessário ou a pedido dos membros do colegiado, a Coordenação de Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo para, em reunião do Colegiado de Curso, analisar questões relativas ao planejamento, organização,

funcionamento, avaliação e controle das atividades de estágio e análise de critérios, métodos e instrumentos necessários ao seu desenvolvimento;

b) Deliberar sobre recursos pertinentes ao Estágio Curricular Supervisionado encaminhado por estudantes, professores orientadores ou supervisores de Estágio;

c) Analisar e deliberar sobre casos omissos neste documento.

7.3. Procedimentos e Critérios de Avaliação do Estágio Curricular Supervisionado:

I – Frequência nos encontros de orientação nos Tempo Universidade com os professores do Estágio;

II – Participação nas atividades previstas no Plano de Estágio;

III – Planejamento e execução das atividades na instituição de Estágio;

IV – Entrega e apresentação do relatório final do estágio;

V – As notas do Estágio Supervisionado serão avaliadas de acordo os critérios estabelecidos no Plano de Disciplina dos professores responsáveis pelo estágio.

7.4. Normas para a Elaboração do Relatório:

O Relatório Final do Estagiário da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo deve atender as normas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT – NBR 14724, conforme o disposto:

I. Capa;

II. Folha de Rosto;

III. Introdução;

IV. Objetivos do Estágio;

V. Encaminhamentos Metodológicos;

VI. Planejamento das atividades;

VII. Descrição das atividades desenvolvidas;

VIII. Considerações Finais;

IX. Referências;

X. Anexos – todos os documentos comprobatórios do estágio.

7.5. Disposições Gerais do Estágio Curricular Supervisionado:

I – Caso o professor orientador do estágio necessite se afastar, este deve apresentar por escrito a decisão do seu afastamento à Coordenação de Estágio do Curso de Licenciatura em Educação do Campo;

II – No caso do afastamento do aluno estagiário, este deverá comunicar o fato com antecedência ao professor orientador do estágio, bem como à instituição onde está realizando o Estágio Curricular Supervisionado;

III – Para retomar o estágio o aluno deverá refazê-lo em uma nova turma no semestre seguinte;

IV – Cabe ao Colegiado de Curso analisar e deliberar situações que não foram resolvidas pela Comissão de Estágio.

8. REFERÊNCIAS

AIRES, B. F.; COSTA, S. Q. et.al. (Orgs.). Manual de estágios. Palmas: Fundação Universidade Federal do Tocantins, 2016.

ARROYO, Miguel G. Educação e exclusão da Cidadania. In: BUFFA, Ester. Educação e Cidadania. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2000, p.31-80.

_____. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5 ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

_____. Pedagogia e pedagogos, para quê? 9 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BEZERRA NETO. Da luta pela terra à conquista do conhecimento.

BRASIL. LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO. UFT Arraias, 2013.

- BURIOLLA, Marta A F. O Estágio Supervisionado. São Paulo: Cortez. 2001.
- PARECER CNE/CEB, nº 35/2003. Dispõe sobre as normas para a organização e realização de estágio de alunos do Ensino Médio e da Educação Profissional. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2003.
- CALDART, Rosely; MOLINA, Mônica. Pedagogias em Movimento.
- NÓVOA, António. Profissão Professor. 2 ed. Portugal: Porto Editora, 1995.
- PIMENTA, Selma Garrido. Formação dos profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. In: Educação e Sociedade, Campinas: Cedes, nº 68, p.239-277, 1999.
- _____. O estágio na formação de professores: unidades teoria e prática? 7 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior. Brasília: MEC/CNE, 2015.
- RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE) nº 20/2012. Dispõe sobre as normas para os estágios curriculares não obrigatórios realizados por estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Tocantins. Palmas: UFT, 2012.
- RIBEIRO, Marlene. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.34, nº1, p. 027-045, jan./abr. 2008.
- SAVIANI, Demerval. A nova lei da educação: trajetórias, limites e perspectivas. 10 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O presente regulamento foi elaborado para normatizar as atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Licenciatura em Educação do Campo: Códigos e Linguagens – Artes Visuais e Música, da Universidade Federal do Tocantins/Câmpus Universitário Professor Dr. Sérgio Jacintho Leonor (Arraias – TO), como requisito indispensável à conclusão do curso.

Art. 2º. O Trabalho de Conclusão de Curso consiste em uma pesquisa individual em formato de Monografia sob a orientação, preferencialmente, de um(a) professor (a) do curso, abordando temáticas nas áreas de Artes Visuais, Música, Educação do Campo e temas correlacionados ao processo educacional.

Parágrafo único: A orientação de monografia poderá ser realizada por um(a) professor(a) de outro curso da UFT mediante aprovação do Colegiado. Para cada orientação assumida, no caso explicitado, é necessária aprovação prévia do Colegiado.

Art. 3º. Os objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso são:

- I.** Estimular a pesquisa e a produção científica no âmbito das Artes Visuais, da Música, da Educação do Campo e da prática educativa;
- II.** Contribuir para a formação de professores(as) da Educação Básica no contexto da Educação do Campo;
- III.** Realizar interfaces entre os saberes tradicionais e o conhecimento científico/acadêmico no tocante aos processos de prática docente e de gestão escolar; e
- IV.** Garantir ao estudante o aprofundamento de seus estudos em uma temática relacionada ao perfil de formação do curso.

CAPÍTULO II

DO(A) COORDENADOR(A) DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 4º. O(A) coordenador(a) dos Trabalhos de Conclusão de Curso será eleito(a) pelo Colegiado e terá a titulação mínima de mestre(a).

Art. 5º. Compete ao(à) coordenador(a) dos Trabalhos de Conclusão de Curso:

- I.** Articular a elaboração do calendário de todas as atividades relacionadas aos Trabalhos de Conclusão de Curso: cronograma das defesas de acordo com as datas fornecidas pelos orientadores: com datas, locais, horários e divulgação do cronograma.
- II.** Apresentar as solicitações de professores(as) orientadores(as), em casos especiais, docentes externos para apreciação do colegiado;
- III.** Encaminhar aos(às) professores(as) orientadores(as) os(as) respectivos(as) orientandos(as) após a assinatura do Termo de Compromisso;
- IV.** Convocar, quando necessário, reuniões com os(as) professores(as) orientadores(as) e/ou alunos(as) envolvidos(as) nos Trabalhos de Conclusão de Curso, bem como propor quando possível seminários de TCC;

CAPÍTULO III

DOS(AS) PROFESSORES(AS) ORIENTADORES(AS)

Art. 6º. As orientações das monografias são de competência, preferencialmente, dos(as) professores(as) da Licenciatura em Educação do Campo: Códigos e Linguagens – Artes Visuais e Música do Câmpus Universitário Professor Dr. Sérgio Jacintho Leonor (Arraias – TO), podendo estes(as), caso desejem, solicitar um(a) coorientador(a) a seu critério.

Art. 7º. A quantidade de alunos que o(a) professor(a) poderá orientar será o mínimo de 01 (um) e no máximo de 05 (cinco) por turma ingressante, observando-se a sua carga horária didática e a disponibilidade de novas orientações.

Art. 8º. A substituição de orientador(a) apenas poderá ocorrer quando houver afastamento do(a) docente e conseqüentemente a designação de professor(a) substituto(a), que assumirá também a orientação.

Parágrafo único: Casos excepcionais serão avaliados pelo Colegiado.

Art. 9º. São deveres do(a) professor(a) orientador(a):

- I. Participar das reuniões convocadas pelo(a) coordenador(a) dos Trabalhos de Conclusão de Curso;
- II. Atender seus(suas) orientandos(as) em dias e horários a serem acordados;
- III. Estabelecer com o(a) orientando(a) um plano de estudos, o cronograma de ações, os locais e horários de atendimento, bem como os instrumentos de acompanhamento da orientação;
- IV. Entregar ao(à) coordenador(a) dos Trabalhos de Conclusão de Curso, ao final de cada semestre, as fichas de frequência do(s)/da(s) discente(s) preenchidas e assinadas;
- V. Participar das bancas examinadoras para as quais estiver designado(a);
- VI. Assinar, juntamente com os demais membros das bancas examinadoras, as fichas de avaliação das monografias e as atas finais das sessões de defesas;
- VII. Supervisionar o(a) orientando(a) nas correções recomendadas pela banca, e
- VIII. Preencher e assinar o parecer final relativo às correções recomendadas pela banca.

Art. 10º. A elaboração da monografia é de inteira responsabilidade do(a) aluno(a), o que não exime o(a) professor(a) orientador(a) de desempenhar, dentro das normas definidas neste regulamento, as atribuições decorrentes das atividades de orientação.

CAPÍTULO IV

DOS(AS) ALUNOS(AS) EM FASE DE REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 11º. Para a produção das monografias, os(as) alunos(as) deverão estar aprovados na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I e regularmente matriculados(as) na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II.

Art. 12º. São deveres dos(as) orientandos(as):

- I. Participar das reuniões convocadas pelo(a) professor(a) orientador(a);
- II. Manter contato com o(a) professor(a) orientador(a) para discussão e aprimoramento de sua pesquisa sempre que necessário;
- III. Cumprir o calendário divulgado pelo(a) coordenador(a) dos Trabalhos de Conclusão de Curso para entrega de projeto e da versão final da monografia;
- IV. Entregar ao(à) orientador(a) as produções parciais sobre as atividades desenvolvidas;

- V. Elaborar a versão final da monografia de acordo com o presente regulamento e as instruções de seu(sua) orientador(a);
- VI. Entregar a monografia em formato PDF para os membros da banca examinadora via e-mail ou outro canal de comunicação;
- VII. Comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar e defender o seu Trabalho de Conclusão de Curso.

Parágrafo único: O(A) aluno(a) poderá, ao matricular-se na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I, sugerir o nome de um(a) professor(a) para realizar a orientação, cuja designação dependerá do aceite deste(a) docente e da existência de vaga. A definição de orientação será feita a partir de proposta da coordenação do curso, considerando as temáticas e as linhas de pesquisas e analisada em reunião do Colegiado.

CAPÍTULO V

DO PROJETO DE MONOGRAFIA

Art. 13º. O(A) aluno(a) deve elaborar seu projeto de pesquisa monográfica baseado neste regulamento e seguindo as recomendações do(a) seu(sua) professor(a) orientador(a).

CAPÍTULO VI

DA MONOGRAFIA

Art. 14º. A monografia deverá ser elaborada considerando-se:

- I. Na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos em *template* próprio do curso e as normas da ABNT sobre documentação, no que forem aplicáveis, e
- II. No seu conteúdo, as finalidades estabelecidas no Artigo 2º deste regulamento e a vinculação direta do seu tema nas áreas de conhecimento já relacionadas.

Art. 15º. A estrutura da monografia deverá ser composta de:

Parte I – Pré-Textual: (*template* do curso)

1. Capa;
2. Folha de rosto;
3. Ficha catalográfica (item obrigatório);
4. Errata (opcional);

5. Folha de aprovação;
6. Folha de dedicatória (opcional);
7. Folha de agradecimento (opcional);
8. Epígrafe (opcional);
9. Resumo;
10. Palavras-chaves;
11. Abstract (opcional);
12. Listas de Ilustrações;
13. Lista de Tabelas;
14. Lista de Siglas e Abreviaturas;
15. Lista de Símbolos, e
16. Sumário.

Parte II – Corpo do Trabalho:

1. Introdução;
2. Desenvolvimento;
3. Considerações Finais.

Parte III – Pós-Textual:

1. Referências;
2. Glossário (opcional);
3. Apêndices (opcional), e
4. Anexos (opcional).

Art. 16º. A monografia deverá ser digitada de acordo com as normas contidas neste regulamento e as normas da ABNT:

- I.** Cópias para defesa: entregar 03 (três) cópias impressas ou enviar o arquivo em PDF para cada um dos membros da banca examinadora.
Enviar 01 (uma) cópia (arquivo em PDF) da monografia para o e-mail institucional da coordenação (após defesa e correções finais);
- II.** No corpo do trabalho, deve conter, **no mínimo, 30 (trinta) páginas** de texto escrito, sem contar os elementos pré-textuais e pós-textuais;

- III. A versão final do trabalho deverá ter obrigatoriamente revisão ortográfica e gramatical feita, preferencialmente, por um profissional da língua portuguesa, e
- IV. Caberá ao orientando(a) o depósito do TCC no Repositório Institucional Digital – Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins/Câmpus Universitário Professor Dr. Sérgio Jacintho Leonor (Arraias – TO), baseado neste regulamento e seguindo as recomendações institucionais vigentes.

Parágrafo único: Será atribuído conceito 0 (zero) à monografia caso se verifique a existência de fraude ou plágio realizado pelo(a) orientando(a), sem prejuízo de outras penalidades previstas no Regimento Geral da Universidade.

Art. 17º. Para a formatação do corpo do trabalho:

- I – Fonte: Times New Roman ou Arial (permitida apenas uma fonte em todo trabalho);
- II – Tamanho da fonte: 12;
- III – Espaçamento entre as linhas: 1,5;
- IV – Recuo do parágrafo: 2,0;
- V – Recuo para citação direta (mais de três linhas): 4 cm;
- VI – Espaçamento para a citação direta: 1,0;
- VII – Tamanho da fonte para citações diretas: 10;
- VIII – Tamanho da fonte para notas de rodapé: 10;
- IX – Margens: superior: 3,0; inferior: 2,0; esquerda: 3,0; direita: 2,0;
- X – Numeração das páginas: superior à direita, e
- XI – Tamanho da fonte para ilustrações e tabelas, paginação e legendas das ilustrações e tabelas: 10.

Parágrafo único: As páginas pré-textuais são contadas a partir da folha de rosto, mas não numeradas. Deve-se começar a numerar a partir da Introdução.

CAPÍTULO VII

DA BANCA EXAMINADORA

Art. 18º. A monografia será apresentada pelo(a) aluno(a) perante a uma banca examinadora composta pelo(a) professor(a) orientador(a), como presidente, e mais 02 (dois) professores(as) *preferencialmente* do curso de Educação do Campo: Códigos e Linguagens – Artes Visuais e Música, convidados(as) pelo(a) professor(a) orientador(a).

Parágrafo único: Na composição da banca examinadora, deverá também ser indicado um membro suplente para substituir quaisquer docentes titulares em caso de impedimento.

Art. 19º. A banca examinadora somente poderá executar seus trabalhos com 03 (três) membros (de forma presencial ou síncrona). Caso isso não ocorra, será marcada nova data para a defesa.

CAPÍTULO VIII

DA DEFESA DA MONOGRAFIA

Art. 20º. As defesas das monografias são públicas e é vedado a qualquer membro das bancas examinadoras tornar público os conteúdos das monografias antes de suas defesas.

Art. 21º. O (a) coordenador(a) dos Trabalhos de Conclusão de Curso divulgará a composição das bancas examinadoras, as datas, os horários e as salas destinados às defesas após o envio de informações sobre as apresentações pelos orientadores.

Art. 23º. Para a apresentação do trabalho, o(a) aluno(a) tem até 20 (vinte) minutos, cada componente da banca examinadora tem até 10 (dez) minutos para fazer a arguição e o(a) aluno(a) tem até 10 (dez) minutos para responder às perguntas.

Art. 24º. Após a arguição, na ausência do(a) acadêmico(a) e do público, cada membro da banca examinadora atribuirá uma nota ao(à) discente, considerando o texto escrito, a exposição oral e a defesa na arguição.

Art. 25º. Serão assegurados, no caso de estudantes com deficiência, critérios e condições adequadas à apresentação ou defesa da monografia.

Parágrafo único: As notas serão lançadas em fichas de avaliação individuais devidamente assinadas pelos componentes da banca. Para ser aprovado(a), o(a) aluno(a) deverá obter nota igual ou superior a 07 (sete) como média das notas individuais atribuídas pelos membros da banca examinadora.

Art. 26º. Em caso de correções e outras recomendações feitas pela banca, o(a) aluno(a) tem 30 (trinta) dias, sendo prorrogável por mais 30 (trinta) dias, devidamente justificável ao orientador e Coordenação de Curso.

Art. 27º. O(A) aluno(a) que não entregar a monografia ou que não se apresentar para a sua defesa oral sem motivo justificado na forma da legislação em vigor está automaticamente reprovado na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II.

CAPÍTULO IX

DA ENTREGA DA VERSÃO FINAL DA MONOGRAFIA

Art. 28º. A versão final da monografia deverá ser entregue ao(à) coordenador(a) dos Trabalhos de Conclusão de Curso, devidamente assinada pelo(a) professor(a) orientador(a) da monografia, em formato PDF para o e-mail institucional da Coordenação do Curso, além da observância dos demais requisitos exigidos nos Artigos 16, 17 e 18 deste regulamento.

Art. 29º. A entrega da versão final da monografia na data divulgada é requisito para a colação de grau.

Art. 30º. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Códigos e Linguagens – Artes Visuais e Música da Universidade Federal do Tocantins/Câmpus Prof. Dr. Sérgio Jacintho Leonor.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 31º. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Códigos e Linguagens – Artes Visuais e Música da Universidade Federal do Tocantins/Campus Prof. Dr. Sérgio Jacintho Leonor, revogando-se todas as disposições existentes no âmbito do curso.

Arraias – TO, 23 de janeiro de 2023.

ANEXO I

ATA DA APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA

No dia _____ do mês de _____ de 20____, às _____ horas, na sala _____ do Câmpus Prof. Dr. Sérgio Jacintho Leonor da Universidade Federal do Tocantins, reuniram-se o(a)Aluno(a) _____, matricula n.º. _____, e os componentes da Banca Examinadora: Professor(a) Orientador(a); _____, Professor(a) Examinador(a), _____, Professor(a) Examinador(a), _____, para apresentação e defesa da Monografia

Após exposição oral do trabalho, o(a) aluno(a) respondeu as questões formuladas pela Banca Examinadora. Terminada tal fase, reuniu-se a Banca Examinadora para atribuição de notas, sendo _____ com a nota: _____, (_____). Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a apresentação da monografia e lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo(a) aluno(a).

Arraias – TO, _____ de _____ de 20_____.

Aluno(a)

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Examinador(a)

Professor(a) Examinador(a)

ANEXO II

MAPA DE AVALIAÇÃO

Aluno: _____

Banca Examinadora	Nota para a monografia	Nota para a apresentação	Média para a monografia/apresentação
Professor(a) Orientador(a)			
Professor(a) Examinador(a)			
Professor(a) Examinador(a)			
Média Final			

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Examinador(a)

Professor(a) Examinador(a)

Arraias – TO, ____ / ____ / ____

ANEXO III

FICHA INDIVIDUAL DE AVALIAÇÃO

Professor: _____

Q	Aluno	Monografia	Apresentação	Média
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				

Arraias – TO, _____ / _____ / _____

Assinatura do Professor

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Para efeito de orientação de Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Códigos e Linguagens – Artes Visuais e Música da Universidade Federal do Tocantins/Câmpus Universitário Professor Dr. Sérgio Jacintho Leonor (Arraias – TO) , declara-se que o (a) docente _____ aceita o (a) acadêmico (a) _____ como seu (sua) orientando(a) de acordo com o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, nos termos do Artigo 10º - Capítulo III.

Arraias – TO, / ____ / ____ / ____.

Nome

Matrícula institucional

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS CÂMPUS PROF. DR. SÉRGIO JACINTHO LEONOR DE ARRAIAS
EDUCAÇÃO DO CAMPO – ARTES VISUAIS E MÚSICA
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Avenida Juraídes de Sena e Abreu, s/nº, Setor Buritizinho
Arraias, Tocantins, CEP 77330-000 | (63) 3653-3400



**REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE
CURSO LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – ARTES VISUAIS E MÚSICA - UFT**



REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – ARTES VISUAIS E MÚSICA - UFT

CAPÍTULO I CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º: O presente Regimento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Artes Visuais e Música da Universidade Federal do Tocantins – campus Arraias e segue as orientações da Resolução N° 01, de 17 de junho de 2010 da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

Art. 2º: O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo e deliberativo, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Parágrafo único. O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º: São atribuições do Núcleo Docente Estruturante do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Artes Visuais e Música:

- I – Elaborar, revisar, atualizar e avaliar constantemente o Projeto Pedagógico do curso, sempre que necessário;
- II – Participar da construção, avaliação e consolidação do perfil profissional do (a) egresso (a) do curso;
- III – discutir e propor mecanismos de integração e interdisciplinariedade, respeitando os eixos estabelecidos pelo Projeto Pedagógico;
- IV – Supervisionar a avaliação anual e acompanhamento do curso, subsidiando o colegiado;



- V – Analisar e avaliar os Planos de Ensino, de acordo com os componentes curriculares, encaminhando para a apreciação do Colegiado de Curso;
- VI - Propor mecanismos de aperfeiçoamento do curso;
- VII – Propor programas ou outras formas de capacitação docente, visando a sua formação continuada;
- VIII - Propor a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo Projeto Pedagógico;
- IX – Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e de extensão;
- X – Zelar pelo cumprimento das seguintes Diretrizes Curriculares Nacionais:
- a) Resolução Nº 01, de 17 de junho de 2010 da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.
 - b) Parecer CNE/CP 009/2001 e Resolução CNE/CP 1 de 18 de fevereiro de 2002 institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
 - c) Parecer CNE/CES nº 236/2009, aprovado em 7 de agosto de 2009, que trata do direito dos alunos à informação sobre o plano de ensino e sobre a metodologia do processo de ensino-aprendizagem e os critérios de avaliação a que serão submetidos;
 - d) Artigo 28 da Lei n 9.394/96 da LDB, estabelece o direito aos povos do campo a um sistema de ensino adequado à sua diversidade sócio-cultural, para as necessárias adaptações de organização, metodologias e currículos as “peculiaridades da vida rural e interesses dos alunos da zona rural”;
 - e) Resolução CNE/CP 2 de 19 de fevereiro de 2002, - institui a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura plena de formação de professores da educação básica em nível superior;
 - f) Resolução nº 03/97, do Conselho Nacional de Educação (CNE), fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
 - g) Resolução CNE/CP n. 1/2004, que estabelece os estudos sobre educação das relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira e indígena;
 - h) Decreto n. 4.281/2002 que regulamenta a Lei n. 9.795/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental;
 - i) Resolução n. 1/2012 que estabelece diretrizes nacionais para a temática Direitos Humanos; e,
 - j) O Parecer CNE/CEB 36/2001 e Resolução CNE/CEB 1/2002, institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.



DA CONSTITUIÇÃO DO NDE

Art. 4º: O Núcleo Docente Estruturante (NDE) será constituído por um mínimo de 5 (cinco) docentes efetivos, lotados no Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Artes Visuais e Música, por portaria da Reitoria da UFT.

Art. 5º.: Os membros do NDE serão indicados e eleitos pelo Colegiado.

I – Podem integrar o NDE docentes com titulação mínima stricto sensu e regime de tempo integral. (I - ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu; III - ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral);

II – O mandato dos membros do NDE será de 2 (dois) anos, podendo haver 1 (uma) recondução.

III - A renovação dos integrantes do NDE será parcial de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

CAPÍTULO IV DA PRESIDÊNCIA DO NDE

Art. 6º.: O (a) Presidente será escolhido por eleição pelos membros do NDE com mandato em vigor, em reunião ordinária.

Art. 7º.: São atribuições do (a) Presidente do NDE:

I – Convocar e presidir as reuniões;

II – Representar o NDE junto aos órgãos da Instituição; e,

III – Encaminhar e zelar pelo cumprimento das deliberações do NDE;

CAPÍTULO VII DAS REUNIÕES

Art. 8º.: O NDE reunir-se-á, ordinariamente, por ordem e convocação do (a) Presidente, de acordo com calendário estabelecido no início de cada período letivo e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo (a) seu (sua) Presidente ou por requerimento escrito de, pelo menos, 1/3 (um terço) de seus membros.

Art. 9º.: As reuniões ocorrerão a presença da maioria absoluta de seus membros.

I – As ausências devem ser justificadas e encaminhadas por escrito.



II – O membro que faltar, sem justificativa aceita pelo NDE, a 2 (duas) reuniões seguidas ou a 4 (quatro) reuniões intercaladas em um período de 12 (doze) meses, poderá ser destituído de sua função.

Art. 10: As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

Art. 11: Após cada reunião, será lavrada a ata, que será discutida e votada, de preferência, na reunião seguinte, com a disponibilização prévia de seu texto para leitura anterior por seus membros.

Parágrafo único: Uma vez aprovada a ata, será subscrita por seus membros presentes na referida reunião.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12: Casos omissos a este Regulamento serão resolvidos pelo NDE.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROF. DR. SÉRGIO JACINTHO LEONOR
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: ARTES VISUAIS E MÚSICA**



**EMENTÁRIO
DISCIPLINAS ELETIVAS E OPTATIVAS**

Obs.: As disciplinas eletivas trabalharão as habilidades funcionais para a prática dos instrumentos. Desse modo, cada estudante escolherá um instrumento dentro das três opções: Violão I; Teclado I ou Flauta-doce I.

4º SEMESTRE

DISCIPLINA: Instrumento Eletivo I - Violão I

Carga Horária Total: 60 h	Carga Horária Teórica: 15 h	Carga Horária Prática: 45 h	Créditos: 04
---------------------------	-----------------------------	-----------------------------	--------------

EMENTA:

Introdução às habilidades funcionais para a prática do instrumento. Postura corporal. Técnicas básicas de mão direita e esquerda. Leitura e compreensão do sistema de cifras e leitura de partitura musical. Estudo de repertório de diferentes estilos, gêneros e períodos. Orientação para a utilização do instrumento na prática da educação musical em contextos variados, especialmente os ligados ao ensino fundamental e médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHEDIAK, Almir. **Dicionário de acordes cifrados**: harmonia aplicada à música popular. São Paulo: Irmãos Vitale, 1984.

PINTO Henrique. **Iniciação ao violão**. São Paulo: Ricordi, 1978.

SCHMID, Will; MORRIS, Bob. **Essential elements for guitar**: comprehensive guitar method (v.1). Hal Leonard, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ARENAS, Mario Rodriguez. **La escuela de la guitarra** (v. 1). Buenos Aires: Ricordi (s.d.)
- GUEST, Ian. **Harmonia: método prático** (v. 1). Rio de Janeiro: Lumiar, 2005.
- PINTO, Henrique. **Violão: um olhar pedagógico**. São Paulo: Ricordi Brasileira, 2005.
- SANTOS, Wilson Rogério. **Apostila de peças para violão** (v. 1). Arraias, 2017. (Não publicada).
- TOURINHO, Cristina; BARRETO, Robson. **Oficina de violão** (v. 1). Salvador: Quarteto, 2003.

DISCIPLINA: Instrumento Eletivo I - Teclado I

Carga Horária Total: 60 h	Carga Horária Teórica: 15 h	Carga Horária Prática: 45 h	Créditos: 04
---------------------------	-----------------------------	-----------------------------	--------------

EMENTA:

Considerações gerais sobre o instrumento abordando: posicionamento corporal; os principais valores das notas; sinais de dinâmica; nomenclatura das teclas brancas; tonalidades de C e G; claves de sol e fá. Repertório para o instrumento, explorando seus recursos como instrumento solo e acompanhador. Fundamentos do ensino do instrumento e do ensino em grupo enquanto ferramenta pedagógica para a educação musical em diferentes contextos, especialmente os ligados ao ensino fundamental e médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ADOLFO, A. **Iniciação ao Piano e Teclado**. Rio de Janeiro: Lumiar, 1994
- MASCARENHAS, Mário. **Método rápido para tocar teclado** (v.1). São Paulo: Irmãos Vitale, 1991.
- MENDES, Adriana; SANTIAGO, Glauber Lúcio Alves. **Introdução ao teclado: uma introdução à prática musical por meio do teclado**. 1ª ed. vol. 1. São Carlos: EdUFSCAR, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- FABER, Nancy; FABER, Randal. **Adult piano adventures all-in-one: piano course** (v. 1). Ann Arbor (MI): Faber, 2016.
- MASCARENHAS, Mário. **É fácil tocar por cifras: método prático de piano popular**. São Paulo: Irmãos Vitale, 1989.
- SUZUKI, Shinichi. **Piano school** (v. 1). New York: Alfred Publishing/New International, 2007.
- SWANWICK, Keith, **Ensinando música musicalmente**. São Paulo: Moderna, 2003.
- VERHAALLEN, Marion. **Explorando música através do teclado** (v.1). Porto Alegre: UFRGS, 1989-93.

DISCIPLINA: Instrumento Eletivo I - Flauta-doce I

Carga Horária -Total: 60 h	Carga Horária Teórica: 15 h	Carga Horária Prática: 45 h	Créditos: 04
----------------------------	-----------------------------	-----------------------------	--------------

EMENTA:

Estudo da técnica básica do instrumento com o objetivo de dar suporte técnico à execução instrumental, utilização do instrumento e do ensino em grupo como ferramenta pedagógica para aulas

de educação musical em contextos variados, especialmente os ligados ao ensino fundamental e médio. Articulação simples. Orientações sobre postura (mãos, dedos, coluna, embocadura) e respiração. Emissão e refinamento da sonoridade de notas da primeira oitava da flauta doce soprano nas tonalidades maiores de Do, Fá e Sol. Sincronia entre dedilhado e articulação. Duetos e trios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MASCARENHAS, Mário. **Minha doce flauta doce** (v.1). Rio de Janeiro: Vitale, 1977. (obs. ou outras edições).

ROSA, Nereide S. S. **Flauta doce método de ensino para crianças**. São Paulo: Scipione, 1993.

VELLOSO, Cristal Angélica. **Sopro novo Yamaha: Caderno de flauta doce soprano**. Rio de Janeiro: Irmãos Vitale, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HENTSCHKE, Liane; DEL BEN, Luciana (org.) **Ensino de Música: propostas para pensar e agir em sala de aula**. São Paulo: Moderna, 2003.

MONKEMEYER, Helmut. **Método para flauta doce soprano**. 6.^a ed. São Paulo: Ricordi, 2004. (ou outras edições).

POTTIER, Laurence. **Método de flauta doce para iniciantes: a flauta doce soprano** (v. 1). Recife: UFPE, 2008.

SANTIAGO, Glauber Lúcio Alves. **Método de Flauta doce soprano** (Intermediário). São Carlos: UFSCAR, 2009.

TIRLER, Helle. **Vamos tocar flauta-doce** (v. 1). 33.^a ed. São Leopoldo: Sinodal, 2004.

5º SEMESTRE

DISCIPLINA: Instrumento Eletivo II - Violão II

Carga Horária Total: 60 h | Carga Horária Teórica: 15 h | Carga Horária Prática: 45 h | Créditos: 04

Pré-requisito: Violão I

EMENTA:

Aprofundamento das habilidades funcionais para a prática do instrumento. Aperfeiçoamento da postura corporal. Técnicas básicas de mão direita e esquerda. Leitura e compreensão do sistema de cifras e leitura de partitura musical. Estudo de repertório de diferentes estilos, gêneros e períodos. Orientação para a utilização do instrumento na prática da educação musical em contextos variados, especialmente os ligados ao ensino fundamental e médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHEDIAK, Almir. **Dicionário de acordes cifrados: harmonia aplicada à música popular**. São Paulo: Irmãos Vitale, 1984.

PINTO Henrique. **Iniciação ao violão**. São Paulo: Ricordi, 1978.

SCHMID, Will; MORRIS, Bob. **Essential elements for guitar: comprehensive guitar method** (v. 1). Milwaukee: Hal Leonard, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARENAS, Mario Rodriguez. **La escuela de la guitarra** (v. 2). Buenos Aires: Ricordi (s.d.)

GUEST, Ian. **Harmonia: método prático** (v. 1). Rio de Janeiro: Lumiar, 2005.

PHILLIPS, Mark; CHAPPELL. **Violão para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2012.

SANTOS, Wilson Rogério. **Apostila de peças para violão** (v. 2). Arraias, 2017. (Não publicada).

TOURINHO, Cristina; BARRETO, Robson. **Oficina de violão** (v. 1). Salvador: Quarteto, 2003.

DISCIPLINA: Instrumento Eletivo II - Teclado II

Carga Horária Total: 60 h	Carga Horária Teórica: 15 h	Carga Horária Prática: 45 h	Créditos: 04
---------------------------	-----------------------------	-----------------------------	--------------

Pré-requisito: **Teclado I**

EMENTA:

Aprofundamento das habilidades funcionais para a prática do instrumento. Estudo da técnica básica do instrumento. Independência das mãos. Fundamentos do ensino do instrumento e do ensino em grupo enquanto ferramenta pedagógica para a educação musical em diferentes contextos, especialmente os ligados ao ensino fundamental e médio. Leitura tradicional nas claves de sol e fá. Desenvolvimento de repertório, explorando seus recursos como instrumento solo e acompanhador. Inversão de acordes. Leitura com base na notação de cifras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADOLFO, A. **Iniciação ao Piano e Teclado**. Rio de Janeiro: Lumiar, 1994

MASCARENHAS, Mário. **Método rápido para tocar teclado** (v. 2). São Paulo: Irmãos Vitale, 1991.

MENDES, Adriana; SANTIAGO, Glauber Lúcio Alves. **Introdução ao teclado: uma introdução à prática musical por meio do teclado**. 1ª ed. vol. 1. São Carlos: EdUFSCAR, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, Luciano. **Dicionário de acordes para piano e teclados**. 2 ed. São Paulo: Irmãos Vitale, 1996.

COLLURA, Turi. **Rítmica e levadas brasileiras para o piano: novos conceitos para a rítmica pianística**. Vitória: Ed. de Autor, 2009.

FABER, Nancy; FABER, Randal. **Adult piano adventures all-in-one: piano course** (v. 1). Ann Arbor (MI): Faber, 2016.

SUZUKI, Shinichi. **Piano school** (v. 2). New York: Alfred Publishing/New International, 2007.

VERHAALLEN, Marion. **Explorando música através do teclado** (v.1). Porto Alegre: UFRGS, 1989-93.

DISCIPLINA: Instrumento Eletivo II - Flauta-doce II

Carga Horária Total: 60 h	Carga Horária Teórica: 15 h	Carga Horária Prática: 45 h	Créditos: 04
---------------------------	-----------------------------	-----------------------------	--------------

Pré-requisito: **Flauta-doce I**

EMENTA:

Aprofundamento das habilidades funcionais para a prática do instrumento. Estudo da técnica do instrumento com o objetivo de dar suporte técnico à execução instrumental, utilização do instrumento e do ensino em grupo como ferramenta pedagógica para aulas de educação musical em contextos variados, especialmente no ensino fundamental e médio. Articulação simples. Orientações sobre postura (mãos, dedos, coluna, embocadura) e respiração. Emissão e refinamento da sonoridade de

notas da primeira oitava da flauta doce soprano nas tonalidades maiores de Do, Fá, Sol, Sib e Ré. Sincronia entre dedilhado e articulação. Exercícios de agilidade. Duetos e trios com flauta-doce e outros instrumentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MASCARENHAS, Mário. **Minha doce flauta doce** (v. 2). 3.^a ed. Rio de Janeiro: Vitale, 1977. (obs. ou outras edições).

TIRLER, Helle. **Vamos tocar flauta-doce** (v. 2). 33.^a ed. São Leopoldo: Sinodal, 2004. (obs. ou outras edições).

WOLTZENLOGEL, Celso. **Flauta Fácil: método prático para principiantes**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEINEKE, Viviane. **Canções do Mundo para Tocar: arranjos para grupo instrumental** (v.1). Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

_____. **Canções do Mundo para Tocar: arranjos para grupo instrumental** (v. 2). Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

MASCARENHAS, Mário. **Brincando Com Flauta Doce: melodias fáceis**. Rio de Janeiro: Vitale, 1978.

MONKEMEYER, Helmut. **Método para flauta doce soprano**. 6.^a ed. São Paulo: Ricordi, 2004. (ou outras edições).

VELLOSO, Cristal Angélica. **Sopro Novo Yamaha: Caderno de prática de conjunto**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2008.

6º SEMESTRE

DISCIPLINA: Instrumento Eletivo III - Violão III

Carga Horária Total: 60 h	Carga Horária Teórica: 15 h	Carga Horária Prática: 45 h	Créditos: 04
---------------------------	-----------------------------	-----------------------------	--------------

Pré-requisito: **Violão II**

EMENTA:

Aprofundamento das habilidades funcionais para a prática do instrumento. Técnicas básicas de mão direita incluindo levadas e dedilhados de diversos tipos de gêneros populares. Técnicas avançadas de mão esquerda (pestanas, arrastes e ligados). Leitura do sistema de cifras, com inclusão de acordes estendidos; leitura de partitura musical. Estudo de repertório de diferentes estilos, gêneros e períodos. Preparação para as atividades do aluno-professor na sala de aula e em contextos variados, especialmente os ligados ao ensino fundamental e médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHEDIAK, Almir. **Dicionário de acordes cifrados: harmonia aplicada à música popular**. São Paulo: Irmãos Vitale, 1984.

PINTO Henrique. **Iniciação ao violão**. São Paulo: Ricordi, 1978.

MORRIS, Bob. **Essential elements for guitar: comprehensive guitar method** (v. 2). Milwaukee: Hal Leonard, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARENAS, Mario Rodriguez. **La escuela de la guitarra** (v. 3). Buenos Aires: Ricordi
 DUDEQUE, Norton. **História do violão**. Curitiba: UFPR, 1994.
 SANTOS, Wilson Rogério. **Apostila de peças para violão** (v. 3). Arraias, 2018. (Não publicada).
 TABORDA, Márcia. **Violão e identidade nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
 TAUBKIN, Myriam (org.). **Violões do Brasil**. São Paulo: SESC, 2008.

DISCIPLINA: Instrumento Eletivo III - Teclado III

Carga Horária Total: 60 h | Carga Horária Teórica: 15 h | Carga Horária Prática: 45 h | Créditos: 04

Pré-requisito: **Teclado II**

EMENTA:

Aprofundamento das habilidades funcionais para a prática do instrumento, incluindo levadas de diversos tipos de gêneros populares. Utilização do instrumento como ferramenta pedagógica para a educação musical em diferentes contextos, especialmente os ligados ao ensino fundamental e médio. Desenvolvimento de repertório, explorando seus recursos como instrumento solo e acompanhador. Leitura com base na notação de cifras. Realização de escalas e arpejos, inversão de acordes. Orientação sobre os recursos do instrumento teclado (timbres e ritmos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADOLFO, A. **Iniciação ao Piano e Teclado**. Rio de Janeiro: Lumiar, 1994
 FABER, Nancy; FABER, Randal. **Adult piano adventures all-in-one: piano course** (v. 2). Ann Arbor (MI): Faber, 2016.
 MASCARENHAS, Mário. **Método rápido para tocar teclado** (v. 2). São Paulo: Irmãos Vitale, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COLLURA, Turi. **Rítmica e levadas brasileiras para o piano: novos conceitos para a rítmica pianística**. Vitória: Ed. de Autor, 2009.
 MASCARENHAS Mário **O melhor da música popular brasileira - vol. I** São Paulo: Irmãos Vitale, 1982.
 MASCARENHAS Mário **O melhor da música popular brasileira - vol. II** São Paulo: Irmãos Vitale, 1982.
 SUZUKI, Shinichi. **Piano school** (v. 2). New York: Alfred Publishing/New International, 2007.
 VERHAALLEN, Marion. **Explorando música através do teclado** (v.2). Porto Alegre: UFRGS, 1989-93.

DISCIPLINA: Instrumento Eletivo III - Flauta-doce III

Carga Horária Total: 60 h | Carga Horária Teórica: 15 h | Carga Horária Prática: 45 h | Créditos: 04

Pré-requisito: **Flauta-doce II**

EMENTA:

Aprofundamento da técnica do instrumento com o objetivo de dar suporte técnico à execução instrumental. Articulação simples. Emissão de notas e refinamento da sonoridade. Sincronia entre dedilhado e articulação. Exercícios de agilidade. Duetos e trios com flautas-doce e outros instrumentos. Estudo das diversos instrumentos da família das flautas-doce (sopranino, soprano, contralto, tenor e baixo). Orientação e

preparação para as atividades do aluno-professor na sala de aula e em contextos variados, especialmente no ensino fundamental e médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MASCARENHAS, Mário. **Minha doce flauta doce** (v. 3). 3.^a ed. Rio de Janeiro: Vitale, 1977. (obs. ou outras edições).

MONKEMEYER, Helmut. **Método para flauta doce soprano**. 6.^a ed. São Paulo: Ricordi, 2004. (ou outras edições).

VELLOSO, Cristal Angélica. **Sopro Novo Yamaha**: Caderno de prática de conjunto. São Paulo: Irmãos Vitale, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SANTIAGO, Glauber Lúcio Alves. **Método de Flauta doce contralto** (Intermediário). São Carlos: UFSCAR, 2009.

LACERDA, Osvaldo. **6 temas do folclore brasileiro**: para quarteto de flautas doce. São Paulo: Ricordi Brasileira, 1977.

VELLOSO, Cristal Angélica. **Orquestra de flauta doce**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2008.

VELLOSO, Cristal Angélica. **Sopro Novo Yamaha**: Caderno de flauta doce contralto. São Paulo: Irmãos Vitale, 2008.

WOLTZENLOGEL, Celso. **Música brasileira para conjuntos de flauta** - vol. 1. Rio de Janeiro: Vitale, 1988.

7º SEMESTRE

DISCIPLINA: OPTATIVA DE MÚSICA* (escolha de uma disciplina relacionada à Música e que esteja sendo oferecida no semestre)

Carga Horária Total: 60 h	Carga Horária Teórica: 30 h	Carga Horária Prática: 30 h	Créditos: 04
---------------------------	-----------------------------	-----------------------------	--------------

EMENTA:

As ementas estão inseridas em cada uma das *disciplinas optativas*, a seguir.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

*As Bibliografias básica e complementar estão inseridas em cada uma das *disciplinas optativas* a seguir.

*** A cada semestre poderão ser oferecidas novas opções de disciplinas optativas, conforme interesse e disponibilidade do corpo docente do curso.**

DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINA: Prática de ensino de Música na Educação Básica

Carga Horária Total: 60 h	Carga Horária Teórica: 30h	Carga Horária Prática: 30h	Créditos: 04
---------------------------	----------------------------	----------------------------	--------------

EMENTA:

Abordagens pedagógico-musicais aplicáveis à Educação Básica. Construção de instrumentos musicais para utilização em sala de aula, incluindo instrumentos alternativos feitos a partir de materiais recicláveis; elaboração e execução repertório para conjuntos de instrumentos alternativos. Elaboração e execução de projetos educacionais a serem aplicados na escola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRITO, Teca de A. **Música na educação infantil: propostas para formação integral da criança**. 3^a. ed. São Paulo: Peirópolis, 2006.

LOUREIRO, Alicia Maria A. **O ensino da música na escola fundamental**. 4^a. ed. Campinas: Papirus, 2003.

MATEIRO, Teresa; ILARI, Beatriz (Org.). **Pedagogias em Educação Musical**. Curitiba: Ibpex, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRÉS, Artur. **UAKTI: um estudo sobre a construção de novos instrumentos musicais acústicos**. Belo Horizonte: Com Arte, 2005.

JEANDOT, Nicole. **Explorando o universo da música**. 2^a. ed. São Paulo: Scipione, 1993.

PENNA, Maura. **Música(s) e seu ensino**. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2010.

SCHAFER, Murray. **A afinação do mundo**. São Paulo: UNESP, 2012.

SOUZA, Jussamara, HENTSCHE, Liane, OLIVEIRA, Alda de, DEL BEN, Luciana e MATEIRO, Teresa. **O que faz a música na escola? Concepções e vivências de professores do ensino fundamental**. Porto Alegre: NEAPPGM. 2002.

DISCIPLINA: Metodologia da pesquisa em música

Carga Horária Total: 60 h	Carga Horária Teórica: 30h	Carga Horária Prática: 30h	Créditos: 04
---------------------------	----------------------------	----------------------------	--------------

EMENTA:

Estudo da natureza e diferenciação dos paradigmas e desenhos de investigação. Definição dos instrumentos mais adequados à investigação em diversos contextos ligados à Música e à Educação Musical. Orientação e desenvolvimento de projeto de pesquisa, a partir das propostas criadas com a orientação dos professores de música.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COUTINHO, Clara Pereira. **Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática**. 2^a. ed. Coimbra: Almedina, 2013. 421p.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

DIÁZ, Maravillas (coord.). **Introducción a la investigación en Educación musical**. Madrid: Enclave Creativa, 2006. 163p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 13.a. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 516p.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (org.). **Pesquisa participante: o saber da partilha**. Aparecida: Idias & Letras, 2006.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. 14.a ed. São Paulo: Perspectiva, 1998 (obs. Ou outras edições).

FREIRE, Vanda B. **Horizontes da pesquisa em Música**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010. 172p.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 4.a ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. 120p.

DISCIPLINA: Regência e formação de grupos musicais

Carga Horária Total: 60 h	Carga Horária Teórica: 30h	Carga Horária Prática: 30h	Créditos: 04
---------------------------	----------------------------	----------------------------	--------------

EMENTA:

Formação e trabalho com conjuntos vocais e instrumentais em contextos escolares e não escolares. A regência como ferramenta para o educador musical. Os gestos convencionais da regência e o desenvolvimento de técnicas de condução de ensaios. Funções do educador musical no planejamento do trabalho em grupo, na aplicação de estratégias e na avaliação de resultados. Organização do repertório. Concepção e prática da produção de concertos didáticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARTINEZ, Emanuel; et al. **Regência coral**: princípios básicos. Curitiba: Dom Bosco, 2000.

ROCHA, Ricardo. **Regência**: uma arte complexa. Técnicas e reflexões sobre a direção de orquestras e corais. Rio de Janeiro: Ibis, 2004.

SANTOS, Wilson R. Organizando ensaios e trabalhos de ensino coletivo. In: SANTOS, Wilson R.; SANTOS, Ana Roseli P. **Educação musical na educação do campo**: outras epistemologias. Palmas: EdUFT, 2018. p. 341-385.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FIGUEIREDO, Sérgio L. **O ensaio coral como momento de aprendizagem**: a prática coral numa perspectiva de educação musical. Porto Alegre: UFRGS, dissertação (Mestrado em Música: Educação musical), 1990.

Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/131743>.

MULLER, V. B. Ações sociais em educação musical: com que ética, para qual mundo? **Revista da ABEM**. Porto Alegre, n.10, p. 53-58.

ZANDER, Oscar. **Regência coral**. 5.a ed. Porto Alegre: Movimento, 2001 (obs. Ou outras edições).

DISCIPLINA: Introdução à etnomusicologia

Carga Horária Total: 60 h	Carga Horária Teórica: 30h	Carga Horária Prática: 30h	Créditos: 04
---------------------------	----------------------------	----------------------------	--------------

EMENTA:

Trajetória da Etnomusicologia dentro dos contextos Estadunidense e Europeu e suas possíveis aproximações com a Educação Musical. Práticas etnográficas, mapeamento sonoro, vivências e produção de conhecimentos relacionados às sociedades indígenas e afrodescendentes no Brasil e em especial no estado do Tocantins.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMARA DE LANDA, Enrique. **Etnomusicologia**. Madrid: ICCMU, 2003. 308p.

BLACKING, John. **?Hay música en el hombre?** Madrid: Alianza, 2012. 179p.

FRANCISCO, Cruces. **Las culturas musicales**: lecturas de etnomusicologia. Madrid: Trotta, 2002. 493p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Mario de. **Música de feitiçaria no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.

DANTAS, Fred. Santo Reis de bumba: praxe pedagógica e organologia. In: SANTOS, Ana Roseli P.

SANTOS, Wilson R. **Educação musical na educação do campo**: outras epistemologias. Palmas: EdUFT,

2018. p. 115-177.

LAPLANTINE, François. **A descrição etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

QUEIROZ, Luis Ricardo S. **A música como fenômeno sociocultural**. In: MARINHO, Vanildo M.;

QUEIROZ, Luis Ricardo S. **Contexturas: o ensino da arte em diferentes espaços**. João Pessoa: EdUFPB, 2004. p. 49-65.

DISCIPLINA: **Educação musical e narrativas da multiculturalidade**

Carga Horária Total: 60 h	Carga Horária Teórica: 30h	Carga Horária Prática: 30h	Créditos: 04
---------------------------	----------------------------	----------------------------	--------------

EMENTA:

Aproximações multiculturais a partir da Educação Musical, considerando três tipos de abordagem: insular, modificada e dinâmica. A Música como elemento de partida para a incorporação, no currículo escolar, de conteúdos provenientes de manifestações dos saberes tradicionais. Diálogo intercultural, desenvolvimento de novos padrões de apreciação e comportamento relacionados às Músicas e aos Povos do Mundo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ELLIOTT David J. **Music Matters: a new philosophy of music education**. New York: Oxford University, 1995. 378p.

MOREIRA, Antonio F. CANDAU, Vera M. (org.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2.a ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 245p.

NASCIMENTO, Marco Antonio T. STERVINO, Adeline A. M. (org.) **Ensino e aprendizagens musicais no mundo: formação, diversidade e currículo com ênfase na formação humana**. Sobral: Sobral. 2018. 179p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SOUSA, Maria do R. **Música, educação artística e interculturalidade**. Rio Tinto (PT): Lugar da Palavra, 2010. 263p.

SWANWICK, Keith, **Ensinando música musicalmente**. São Paulo: Moderna, 2003.

WISNIK, José Miguel. **O som e o sentido: uma outra história das músicas**. 3.a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. (obs. Ou outras edições).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS PROFESSOR DR. SÉRGIO JACINTHO LEONOR
COORDENAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Av. Juraíldes de Sena e Abreu, Setor Buritizinho | Sala 12, Bloco BALA | 77.330-000 | Arraias/TO
(63) 3653-3447/3425 | Ramal 3447/3425 | www.uft.edu.br | educampo.arraias@uft.edu.br



CERTIDÃO N° 006/2023 – CCEC

Certificamos que durante a continuidade da 1ª Reunião Ordinária do Colegiado, em 30 de janeiro de 2023, foi aprovada a Atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Artes Visuais e Música, do Câmpus Professor Dr. Sérgio Jacintho Leonor – UFT/Arraias.

Arraias, 31 de janeiro de 2023.



Documento assinado digitalmente

SILVIA ADRIANE TAVARES DE MOURA

Data: 31/01/2023 12:53:19-0300

Verifique em <https://verificador.itl.br>

Sílvia Adriane Tavares de Moura
Coordenadora do Curso de Educação do Campo



Avenida Juraíldes de Sena e Abreu, setor Buritizinho | CEP 77330-000 | Arraias/TO
(63)3653-3404 | www.uft.edu.br | dirarraias@uft.edu.br

CERTIDÃO nº 7/2023/CONDIR/CUAR/UFT

Certificamos que, em 30 de março de 2023, na 1ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do Câmpus, foi aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Artes Visuais e Música, conforme o processo 23101.000822/2023-52.

Arraias, 04 de abril de 2023

Antonivaldo de Jesus

Diretor do Câmpus

Port.nº835, DOU nº104, de 31/05/2019



Documento assinado eletronicamente por **Antonivaldo de Jesus, Presidente**, em 04/04/2023, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.uft.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0120070** e o código CRC **E9F588C5**.